



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



Apuro
31/05/2017
Rubina Leal

Exma. Senhora
Chefe de Gabinete de Sua Excelência
a Secretária Regional da Inclusão e
Assuntos Sociais

Rua João de Deus nº5
9050 – 527 Funchal

Serviço Regional de Protecção
Civil, IP-RAM

Sua referência: *Secretária Regional*
Rubina Leal Sua comunicação de

Saída
N.º: 759
Proc: 0.0.0

30-05-2017

Publicar-se no site do SRPC, IP-RAM

ASSUNTO: Relatório de Atividades – Autoavaliação referente ao ano 2016

31706-05

Junto se envia o Relatório de Atividades – Autoavaliação referente ao ano 2016, a fim de ser submetido à aprovação de S. Ex.ª a Secretária Regional da Inclusão e Assuntos Sociais.

Com os melhores cumprimentos,

O Vogal do Conselho Diretivo,

[Handwritten Signature]
José Miguel da Silva Branco

Serviço Regional de Protecção
Civil, IP-RAM

Entrada

N.º: 1.897/A
Proc: 0.0.0

05-06-2017

SECRETARIA REGIONAL DA
INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
Gabinete da Secretária

ENTRADA

N.º: 2.448
Geral

Data: 2017-05-31
Proc.:1.6.0.0

SECRETARIA REGIONAL DA
INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
Gabinete da Secretária

SAÍDA

N.º: 2 464
Geral

Data: 2017-07-26
Proc.:0.0.0.0

0084CV - SRIAS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES - AUTOAVALIAÇÃO REFERENTE AO ANO 2016
Protecção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.

1





Relatório de Atividades

Autoavaliação

2016



ÁREAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO
PORTARIA 256/2015 de 16 de Março
723 - Enfermagem
861 – Proteção de Pessoas e Bens

Maio, 2017



Índice

0.	- Nota Prévia	7
1.	- Enquadramento	8
1.1.	- Missão	8
1.2.	- Visão	8
1.3.	- Valores	9
1.4.	- Política de Qualidade	9
1.5.	- Principais Atribuições	10
1.6.	- Organograma	13
2.	- Balanço	14
2.1.	- Principais Resultados Atingidos	14
2.2.	- Processo de Monitorização de Metas e Indicadores dos Objetivos Operacionais	15
2.3.	- Autoavaliação do Serviço	16
2.4.	- Detalhe dos Objetivos no Quadro SIADAP-RAM 1	18
2.4.1.	- OE 1 - Promover a melhoria do Dispositivo de Resposta Operacional face à tipologia de riscos considerados mais suscetíveis de afetar o normal desenvolvimento das atividades da Região Autónoma da Madeira	18
2.4.2.	- OE 2 - Aumentar a capacidade de monitorização das ocorrências, desenvolvendo e consolidando o sistema de aviso, alerta e alarme, no sentido de reforçar os níveis de prontidão do Dispositivo de Resposta Operacional e a consequente capacidade de decisão	20
2.4.3.	- Promover uma cultura de prevenção através do desenvolvimento de programas de sensibilização e de educação para o risco, garantido o incremento da resiliência da população aquando de acidentes e catástrofes naturais	22

2.4.4.	<i>Aumentar a qualidade da prestação dos nossos serviços, melhorando a qualificação dos agentes de proteção civil, apoiando e incentivando as instituições e organizações que sejam o garante da difusão da informação necessária à melhoria dos seus níveis de preparação e prevenção</i>	23
2.5.	<i>- Evidenciação do disposto no nº 2 do Artº 14º do Decreto Legislativo Regional nº 27/2009/M, que adapta à RAM a Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro</i>	25
2.5.1.	<i>- Apreciação por parte dos Utilizadores dos Serviços Prestados pelo SRPC, IP-RAM</i>	25
2.5.2.	<i>- Audição de Colaboradores do SRPC IP-RAM</i>	32
2.5.3.	<i>- Avaliação do Sistema de Controlo Interno</i>	36
2.5.4.	<i>- Análise das Causas de Incumprimento de Ações ou com Resultados Insuficientes</i>	37
2.5.5.	<i>- Comparação com o Desempenho dos Serviços Idênticos, no Plano Nacional e Internacional</i>	37
2.5.6.	<i>- Audição dos Dirigentes Intermédios e Demais Trabalhadores na Autoavaliação do Serviço</i>	37
3.	<i>- Atividade Operacional e Formação</i>	38
3.1.	<i>- Comando Regional de Operações de Socorro</i>	38
3.1.1.	<i>- Gestão de Ocorrências</i>	38
3.1.2.	<i>- Principais Acontecimentos</i>	41
3.2.	<i>Dispositivo Regional de Resposta Operacional - DROR</i>	55
3.3.	<i>Inspeção Regional de Bombeiros</i>	57
3.3.1.	<i>– Ações Inspetivas</i>	57
3.3.2.	<i>– Planos de Instrução dos Corpos de Bombeiros</i>	59
3.3.3.	<i>– Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses - RNBP</i>	59
3.3.3.1.	<i>A Plataforma do RNBP</i>	59



3.3.3.2.	<i>Fiscalização do Cumprimento do Serviço Operacional - SO</i>	64
3.3.3.3.	<i>Análise e Verificação do SO na Plataforma</i>	64
3.3.3.4.	<i>Comparação da Passagem ao Quadro Reserva (QC)</i>	64
3.3.3.5.	<i>Fiscalização e Acompanhamento das Corporações de Bombeiros</i>	65
3.3.3.6.	<i>Demografia dos Bombeiros da RAM</i>	65
3.4.	- SEMER	68
3.4.1.	<i>A Emergência Pré-hospitalar</i>	68
3.4.2.	<i>Vertente Operacional</i>	69
3.4.3.	<i>Vertente Formativa</i>	69
3.4.4.	<i>Desfibrilhação Automática Externa</i>	71
3.4.5.	<i>Equipamentos/Medicação Introduzidas nas EMIR</i>	72
3.4.6.	<i>Atividades Diversas</i>	72
3.4.7.	<i>Visitas ao SEMER</i>	73
3.4.8.	<i>Projeção de EMIR para o Porto Santo durante o Verão</i>	73
3.4.9.	<i>Participação em Outras Atividades</i>	73
3.4.10.	<i>Estágios</i>	74
3.5.	- Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros	74
3.5.1.	<i>Informação e Sensibilização</i>	74
3.5.2.	<i>Formação</i>	77
3.5.3.	<i>Atividade do Departamento de Formação no ano 2016</i>	81
3.5.4.	<i>Formação dos Funcionários e Colaboradores do SRPC, IP-RAM</i>	81
3.6.	Unidades Flexíveis	82



3.6.1. Núcleo de Análise de Riscos	82
3.6.2. Núcleo de Planeamento de Emergência e Ordenamento do Território	84
4. - Recursos	86
4.1. - Recursos Humanos	86
4.2. - Recursos Financeiros	89
4.3. - Recursos Físicos	90
4.3.1. - Frota Automóvel	90
4.3.2. - Instalações	91
4.4. - Planos de Manutenção Preventiva e Planos de Verificação e Calibração	91
5. - Auditorias de Qualidade	92
5.1. - Auditorias Internas aos Processos	92
5.2. - Auditorias Externas	93
5.2.1. - Sistema de Gestão de Qualidade	93
5.2.2. - Processo de Certificação do SRPC IP-RAM como Entidade Formadora	94
6. - Avaliação Final	96
6.1. - Apreciação Qualitativa e Quantitativa dos Resultados Alcançados	96
6.2. - Menção Proposta pelo Dirigente Máximo do Serviço como Resultado da Autoavaliação	96
6.3. - Conclusões e Prospetiva	97
6.4. - Consideração Final	99
Anexos	100

0. Nota Prévia

O presente relatório tem como intuito a avaliação e a reflexão crítica das atividades desenvolvidas pelo Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM (SRPC IP-RAM) em 2016, tendo em conta as suas principais atribuições.

Perante o referido, em 2016 a atividade do SRPC, IP-RAM continuou a desenvolver-se num contexto de contenção orçamental e de racionalização de recursos, colocando desafios plenamente assumidos pela instituição, e aos quais procurou responder através de uma maior eficiência e eficácia da sua ação. Neste contexto, cada uma das unidades orgânicas adotou uma gestão mais orientada para os resultados e consequente otimização dos meios ao seu dispor.

A escassez de recursos humanos continuou a ser um dos principais constrangimentos do serviço que tem vindo a comprometer seriamente o seu desempenho.

Apesar de todas as dificuldades e constrangimentos, o SRPC, IP-RAM conseguiu assegurar os seus procedimentos, por requisitos que vão ao encontro dos patamares do serviço público de excelência, que se pretende.

Não podemos de deixar de realçar nesta introdução os acontecimentos de agosto de 2016, altura em que foi ativado o Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira (PREPCRAM) e a mobilização de meios que essa ativação acarretou, alterando, enquanto decorreu essa situação toda a forma de atuação e de trabalho do SRPC, IP-RAM.

Ao nível da avaliação do Serviço, medido através da monitorização do QUAR SIADAP-RAM 1, os resultados atingidos foram bons e estiveram globalmente alinhados com o esperado. Num total de 9 objetivos definidos, 6 foram superados e os restantes 3 atingiram níveis de realização muito próximo dos delineados.

O acompanhamento dos níveis de execução dos indicadores, ao longo do ano, permitiu identificar desvios e implementar as necessárias medidas corretivas com vista à melhoria progressiva, tendo produzido os resultados obtidos, mas que requereu de todos os colaboradores um esforço de mobilização.



Em suma, é pertinente salientar o profissionalismo e empenho de todos que, de modo direto e indireto, contribuíram para o sucesso dos resultados alcançados, no quadro dos objetivos que nos propusemos atingir, onde importa sempre referir o quadro operacional demasiado reduzido para as tarefas acometidas ao SRPC IP-RAM.

O presente relatório revela-se também com o culminar de um período para o SRPC IP-RAM, na medida que coincide com o final da comissão de serviço do anterior Conselho Diretivo, presidido pelo Coronel Luís Manuel Guerra Neri e tendo o Tenente-coronel Pedro Manuel Dias Alves Barbosa como vogal

Não podemos por isso deixar de realçar o notável desempenho do Coronel Luís Manuel Guerra Neri e tendo o Tenente-coronel Pedro Manuel Dias Alves Barbosa na afirmação do SRPC, IP- RAM como serviço regional de excelência.

1. Enquadramento

O Serviço Regional de Proteção Civil, IP – RAM é um Instituto Público integrado na administração indireta da Região Autónoma da Madeira, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Prossegue atribuições da Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais, sob superintendência e tutela da respetiva Secretária Regional.

1.1. Missão

A missão do SRPC, IP-RAM é prevenir os riscos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como resolver os efeitos decorrentes de tais situações, socorrendo as pessoas e protegendo os seus bens.

1.2. Visão

No sentido de planear e coordenar as atividades de Proteção Civil na Região Autónoma da Madeira, designadamente, na proteção e socorro das populações e assegurar um adequado sistema de emergência pré-hospitalar, o SRPC, IP-RAM tem como **Visão** um lema que pretende traduzir uma continuidade nas suas ações, de hoje e de amanhã, para além de englobar nessas tarefas todos os cidadãos:

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.

1.3. Valores

Para além disso, os **valores** com que é pautado todo o seu trabalho são:

- Orientar a sua atividade no cidadão e no património;
- Rigor na execução das tarefas;
- Motivação permanente para o trabalho;
- Dinâmica de grupo na prossecução das ações;
- Qualidade em tudo o que é efetuado;
- Credibilidade dos profissionais;
- Ética dos colaboradores nas tarefas que executam;
- Prontidão face à necessidade de respostas céleres.

1.4. Política de Qualidade

O SRPC, IP-RAM, tendo como referência a política e planeamento global definidos pela Tutela, tem como Política da Qualidade, no âmbito das suas atribuições, assegurar

- A obtenção de índices, sempre crescentes, de melhoria contínua da qualidade da prestação de serviços à sociedade e da eficácia do sistema de gestão da qualidade;
- A utilização eficaz, transparente e eficiente dos recursos à sua responsabilidade;
- A desburocratização, modernização e inovação dos serviços administrativos, com vista a agilizar a capacidade de resposta e os processos de tomada de decisão;
- A responsabilização, motivação, dignificação e valorização profissional dos seus funcionários;
- A contribuição para o aumento do prestígio e dignificação da Administração Regional;

- A prestação, aos cidadãos, empresas e outras entidades, de serviços que respondam às suas necessidades e expectativas no cumprimento integral da legislação aplicável.

1.5. Principais atribuições

De um modo geral, podemos referir que as principais atribuições da atividade do SRPC, IP-RAM se enquadram nas seguintes áreas:

Atividade dos Bombeiros

- Zelar pelo cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis aos corpos de bombeiros e prestar-lhes o apoio necessário ao desenvolvimento das suas atividades;
- Promover o estudo, normalização e aplicação de técnicas adequadas de prevenção e socorro;
- Apoiar técnica e financeiramente as associações humanitárias de bombeiros e outras instituições que mantenham corpos de intervenção operacional na área do socorro e emergência, devidamente homologados;
- Exercer a ação tutelar sobre os corpos de bombeiros, nomeadamente definindo o dispositivo e as áreas de intervenção e zelando pelos regulamentos e leis em vigor;
- Através da Inspeção Regional de Bombeiros coordenar, acompanhar e fiscalizar, a nível regional, a atividade dos corpos de bombeiros no domínio da proteção civil e socorro;
- Garantir, através da Inspeção Regional de Bombeiros, a manutenção do Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses;
- Acompanhar, através da Federação Regional de Bombeiros, a concretização do Programa de Vigilância Médica dos bombeiros da RAM.

Planeamento de emergência e ordenamento do território

- Contribuir para operacionalização do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da RAM, com a realização de um exercício do tipo CPX;



- Promover, ao nível regional, a elaboração de estudos sobre planos de emergência especiais;
- Promover as ações conducentes à organização e funcionamento dos Serviços Municipais de Proteção Civil;
- Emitir parecer sobre os planos de emergência de âmbito municipal;
- Emitir parecer, na vertente da proteção civil, relativamente aos planos de ordenamento do território, nomeadamente os Planos Diretores Municipais.

No âmbito da avaliação e prevenção de riscos

- Organizar um sistema regional de aviso e alerta que integre os diversos serviços especializados e assegure a informação necessária à população;
- Promover, em coordenação com entidades tecnicamente credenciadas, o levantamento, previsão e avaliação dos riscos coletivos de origem natural ou tecnológica;
- Assegurar o cumprimento da legislação em vigor sobre o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios e recintos da RAM, nos termos da lei.

No âmbito da emergência pré-hospitalar

- Definir, organizar, coordenar, avaliar e fiscalizar as atividades de socorro de emergência pré-hospitalar, nas suas vertentes medicalizada e não medicalizada;
- Coordenar o acionamento dos meios de socorro apropriados no âmbito da emergência pré-hospitalar;
- Orientar a ação coordenada dos agentes de saúde nas situações de acidente grave ou catástrofe;
- Contribuir para a difusão e implementação do Programa Regional da Desfibrilhação Automática Externa.

No âmbito da proteção e socorro

- Promover a elaboração de Diretivas Operacionais que possam otimizar o Dispositivo de Resposta Operacional Regional para fazer face a ocorrências que, fruto da análise específica efetuada, venham a colocar em perigo a vida humana, os seus bens e o património;



- Decidir sobre a oportunidade, tipo e extensão da intervenção de qualquer agente de proteção civil em caso de iminência, ou ocorrência de incidente ou acidente que motive a sua ação, constituindo-se como a entidade coordenadora da proteção civil e do socorro;
- Desenvolver o Sistema de Apoio à Decisão Operacional (SADO);
- Implementar a Unidade de Intervenção em Riscos Tecnológicos (UIRT);
- Inspeccionar, fiscalizar e avaliar os serviços, meios e recursos de proteção civil, que integrem o dispositivo de resposta operacional da RAM;
- Coordenar o planeamento conjunto de exercícios de proteção civil de âmbito regional;
- Integrar as operações de socorro, busca e salvamento marítimos, em articulação com a autoridade marítima, no âmbito do sistema de busca e salvamento marítimo.

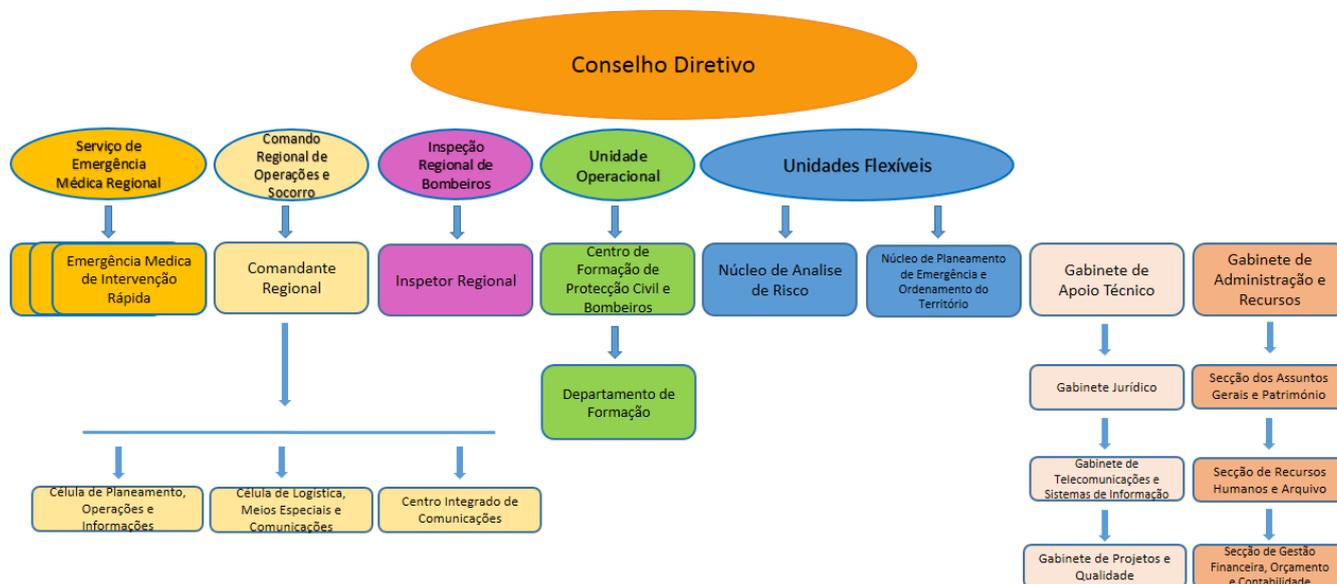
No âmbito da formação

- Desenvolver um plano de formação integrador das várias matérias necessárias ao desenvolvimento de competências dos agentes de proteção civil, especialmente dos corpos de bombeiros, de quem colabora com eles e quem necessita de melhorar as suas formas de intervenção, através da formação;
- Promover a formação a todo o pessoal indispensável às ações de emergência pré-hospitalar;
- Promover e desenvolver protocolos de cooperação com várias instituições no âmbito da formação;
- Assegurar a realização de ações de formação e aperfeiçoamento operacional com vista à melhoria contínua dos conhecimentos técnicos do pessoal dos corpos de bombeiros.

1.6. Organograma

O SRPC, IP-RAM tem a sua organização atual que decorre do DLR nº 17/2009/M, alterado pelos DLR nº 8/2010/M e DLR nº 12/2013/M e consubstanciada através da Portaria Conjunta nº 69/2013.

De seguida, apresenta-se o modelo de organização interna:



Para além do Conselho Diretivo e da Inspeção Regional de Bombeiros, tem como órgãos os seguintes: Fiscal único, Conselho Consultivo e Centro de Coordenação Operacional Regional.

2. Balanço

2.1. Principais resultados atingidos

Dimensões	Objetivos		Indicadores		Classificação %		
	Nº	Peso	Nº	Peso	Obj	Parcial	Final
EFICÁCIA (50%)	1	30%	1	20%	112%	92%	

			2	25%			
			3	30%			
			4	25%			
	2	20%	5	100%	100%		
			3	30%	6	30%	
	7	30%					
	8	40%					
	5	20%	14	40%	88%		
			15	0%			
	EFICIÊNCIA (30%)	4	40%	9	20%	104%	
10				20%			
11				20%			
12				20%			
13				20%			
6		30%	16	40%	127%		
			17	60%			
8		30%	20	20%	104%		
			21	20%			
			22	20%			
	23		20%				
	24		20%				
QUALIDADE (20%)	7	40%	18	60%	94%		
			19	40%			
	9	60%	25	30%	116%		
			26	25%			
			27	15%			
			28	15%			
			29	15%			

101%

A avaliação deve ser entendida como um importante ato de gestão e não só como uma mera obrigação legal, já que permite uma leitura dos resultados obtidos, identificando ganhos e pontos críticos, constituindo uma oportunidade para ajustar estratégias e realocar recursos.



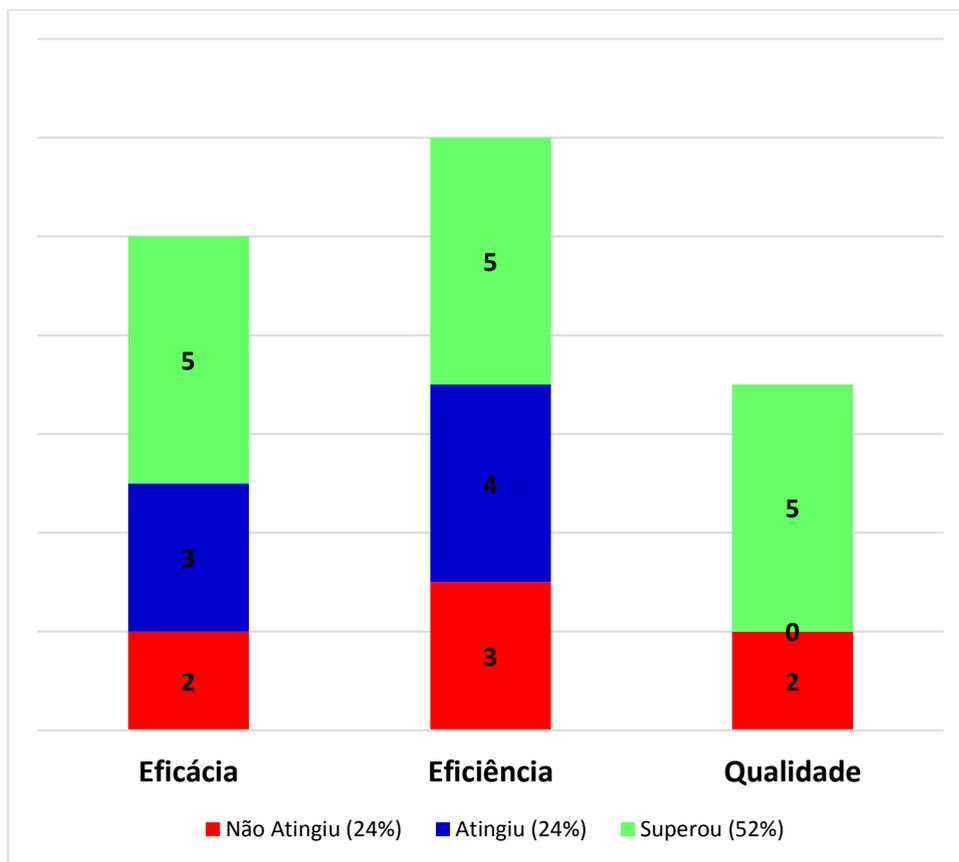
Do acompanhamento do QUAR SIADAP-RAM 1 durante o ano 2016, adiantam-se as seguintes considerações:

- A definição deste quadro estratégico resultou na definição de objetivos comuns e transversais a todo o SRPC, IP-RAM, facto que tem fomentado a partilha e a criação de uma cultura comum dentro da Instituição;
- Através deste processo de aprendizagem progressiva, iniciado anteriormente, implementou-se um adequado sistema de controlo interno, que procedeu à monitorização dos Projetos e Atividades que sustentam os objetivos, tendo sido efetuadas, no decorrer do ano, algumas atualizações aos objetivos operacionais das Unidades Orgânicas, ao nível dos indicadores e metas definidas.

2.2. Processo de monitorização de metas e indicadores dos Objetivos Operacionais

Ao longo do ano foi efetuado o acompanhamento dos objetivos, que se traduziu na apresentação semestral de resultados. A monitorização realizada evidenciou a necessidade de maior atenção a determinados indicadores e metas.

2.3. Autoavaliação do Serviço Execução dos Parâmetros



Objetivos Operacionais	Indicador	Classificação (S/A/NA)	Metas	Resultados	Desvios	
EFICÁCIA						
1 Melhorar a capacidade de intervenção do Dispositivo de Resposta Operacional	1	Taxa de aumento dos efetivos do SEMER	NA	2%	0%	-100%
	2	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Inspeções da IRB	A	100%	100%	0%
	3	Nº de exercícios, de âmbito regional, participados	S	2	100%	100%
	4	Taxa de cumprimento do plano de treinos operacionais	S	70%	75%	5%
2 Acompanhar a definição da tipologia de riscos que possam afetar o normal desenvolvimento das atividades na RAM	5	Elaboração de pareceres prévios sobre Planos Municipais de Emergência	A	Até 90 dias após entrada	100%	0%
3 Promover a qualificação dos	6	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Formação	S	60%	76%	16%

	recursos humanos que compõem os agentes de proteção civil do DROR, através da formação		Sectorial para os elementos do DROR.				
		7	Nº de elementos (bombeiros e outros agentes proteção civil) que frequentaram ações de formação	S	500	526	5.2%
		8	Índice de satisfação dos formandos que frequentaram as ações de formação	S	75%	90%	15%
5	Promover a divulgação de informação técnica e operacional junto dos agentes de proteção civil	14	Taxa de execução do plano de auditorias ao RNBP	NA	50% ATÉ 30JUN 100% até 30DEC	70%	-30%
		15	Nº de normas elaboradas, no âmbito da institucionalização de procedimentos operacionais	A	3	3	0%
EFICIÊNCIA							
4	Preservar a vida humana, o ambiente e o património cultural, facilitando a evacuação e o salvamento das pessoas em risco, permitindo a intervenção eficaz e segura dos meios de socorro.	9	% de pareceres emitidos face ao nº de Programas DAE recebidos	S	90%	100%	10%
		10	Nº de Contratos-Programa com ABV, CM e CVP propostos, para aquisição e manutenção de equipamentos no âmbito da operacionalidade do DROR.	A	10	10	0%
		11	Taxa de execução de pareceres emitidos face nº de processos recebidos no âmbito da SCI	S	70%	81%	11%
		12	Taxa de execução de pareceres emitidos face ao nº de processos recebidos no âmbito das Medidas de Autoproteção, relativos a estabelecimentos de ensino e outros edifícios	NA	60%	50%	-10%
		13	Taxa de execução de vistorias realizadas face às solicitadas	S	90%	100%	10%
6	Dinamizar a elaboração dos Planos de Emergência e Segurança, no âmbito do desenvolvimento do sistema de aviso, alerta regional	16	Nº de reuniões realizadas com as CM no âmbito do planeamento de emergência	S	6	19	217%
		17	Taxa de cumprimento do Plano de ações a executar no âmbito do PREPCRAM	NA	75%	0%	-100%
8	Melhorar o funcionamento interno do SRPC	20	Taxa de cumprimento dos registos de assiduidade	A	95%	95%	0%
		21	Índice de satisfação dos funcionários	NA	75%	74%	-1%

		22	% de compromissos elaborados face aos nº de processos de despesa	A	100%	100%	0%
		23	Elaboração dos Mapas de Reporte Mensais	A	100% até 06 cada mês	100%	0%
		24	% de funcionários que frequentaram ações de formação	S	50%	61%	11%
QUALIDADE							
7	Garantir a manutenção do Sistema de Gestão de Qualidade	18	Taxa de execução do plano Anual de Auditorias Internas	NA	75%	65%	-10%
		19	Índice de satisfação do serviço prestado (INQUÉRITO)	S	75%	78%	3%
9	Desenvolver a política de informação e de educação em proteção civil	25	Nº pessoas abrangidas pelas campanhas de sensibilização no âmbito do programa "Segurança em casa, na rua e na escola"	S	4000	5178	29%
		26	Índice de satisfação no âmbito do Programa "Segurança em casa, na rua e na escola"	S	75%	98%	23%
		27	Nº de visitas mensais à página WEB	S	3000	5602	87%
		28	Nº de boletins editados	NA	1	0	-100%
		29	Taxa cumprimento dos Planos Mensais de ações divulgação/sensibilização	S	90%	100%	10%

2.4. Detalhe dos Objetivos do Quadro SIADAP-RAM 1

2.4.1. OE 1 - Promover a melhoria do Dispositivo de Resposta Operacional face à tipologia de riscos considerados mais suscetíveis de afetar o normal desenvolvimento das atividades da Região Autónoma da Madeira

Este objetivo estratégico materializou-se nos objetivos operacionais 1 e 5:

- Melhorar a capacidade de intervenção do Dispositivo de Resposta Operacional;
- Promover a divulgação de informação técnica e operacional junto dos agentes de proteção civil.

Objetivos Operacionais		Indicadores		Meta	Resultado	Desvio
OP1	Melhorar a capacidade de intervenção do Dispositivo de Resposta Operacional	1	Taxa de aumento dos efetivos do SEMER	2%	0%	-100%
		2	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Inspeções da IRB	100%	100%	0%
		3	Nº de exercícios, de âmbito regional, participados	2	100%	100%
		4	Taxa de cumprimento do plano de treinos operacionais	70%	75%	5%

Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios

Ind 1

Inicialmente estava previsto, mas não houve lugar a concurso.

Ind 2

Plano cumprido integralmente com elaboração de Relatórios Finais. Foram apresentadas recomendações e medidas corretivas e de melhoria.

Ind 3

Durante 2016, o SRPC participou como entidade coordenadora em todos os exercícios de âmbito regional (CLCM / Aeroporto Porto Santo / CPX2016).

Ind 4

Dos 8 treinos do Programa anual de Treinos Operacionais foram realizados 6 deles (Os treinos 5 e 6 foram cancelados devido ao empenhamento dos elementos no POCIF 2016).

Objetivos Operacionais		Indicadores		Meta	Resultado	Desvio
OP5	Promover a divulgação de informação técnica e operacional junto dos agentes de proteção civil	14	Taxa de cumprimento do plano de auditorias ao RNBP	50% ATÉ 30JUN 100% até 30DEC	70%	-30%
		15	Nº de normas elaboradas, no âmbito da institucionalização de procedimentos operacionais	3	3	0%

Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios

Ind 14

As auditorias ao RNBP não foram integralmente concretizadas devido ao facto de, pelo segundo ano consecutivo, a IRB não ter podido contar com os serviços do técnico que estivera afetado a essas funções; assim, apenas remotamente e por amostragem se conseguiu auditar o essencial dos eventos e respetivas atualizações.

Ind 15

Procedimentos de Acesso Aeroporto da Madeira.

SERVIÇO DE TELEASSISTÊNCIA.

Utilização Operacional da Ambulância de Cuidados Intensivos 01 do SEMER.

2.4.2. OE 2 - Aumentar a capacidade de monitorização das ocorrências, desenvolvendo e consolidando o sistema de aviso, alerta e alarme, no sentido de reforçar os níveis de prontidão do Dispositivo de Resposta Operacional e a consequente capacidade de decisão.

Este objetivo estratégico materializou-se nos objetivos operacionais 2, 4 e 6:

- Acompanhar a definição da tipologia de riscos que possam afetar o normal desenvolvimento das atividades na RAM;
- Preservar a vida humana, o ambiente e o património cultural, facilitando a evacuação e o salvamento das pessoas em risco, permitindo a intervenção eficaz e segura dos meios de socorro;
- Dinamizar a elaboração dos Planos de Emergência e Segurança, no âmbito do desenvolvimento do sistema de aviso, alerta regional.

Objetivos Operacionais		Indicadores		Meta	Resultado	Desvio
OP2	Acompanhar a definição da tipologia de riscos que possam afetar o normal desenvolvimento das atividades na RAM	5	Elaboração de pareceres prévios sobre Planos Municipais de Emergência	Até 90 dias após entrada	100%	0%
Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios						
Ind 5						
Apesar da simultaneidade de entrada no SRPC de processos referentes aos PMEPC de Machico, Santa Cruz, Câmara de Lobos, Calheta e Porto Santo, foi feito um grande esforço no NPEOT para emitir todos os pareceres dentro da meta definida.						
Objetivos Operacionais		Indicadores		Meta	Resultado	Desvio
OP4	Preservar a vida humana, o ambiente e o património cultural, facilitando a evacuação e o salvamento das pessoas em risco, permitindo a intervenção eficaz e segura dos meios de socorro.	9	% de pareceres emitidos face ao nº de Programas DAE recebidos	90%	100%	10%
		10	Nº de Contratos-Programa com ABV, CM e CVP propostos, para aquisição e manutenção de equipamentos no âmbito da operacionalidade do DROR.	10	10	0%
		11	Taxa de execução de pareceres emitidos face nº de processos recebidos no âmbito da SCI	70%	81%	11%
		12	Taxa de execução de pareceres emitidos face ao nº de processos recebidos no âmbito	60%	50%	-10%

		das Medidas de Autoproteção, relativos a estabelecimentos de ensino e outros edifícios			
	13	Taxa de execução de vistorias realizadas face às solicitadas	90%	100%	10%

Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios

Ind 9

Efetuada 6 pedidos de licenciamento para Utilização de DAE em espaços Públicos - foram todos licenciados (CM Machico, AD Camacha, SRPC, Achada Fisioclinic, Hotel Riu Palace, Hoteis Four Views)

Ind 10

Foram celebrados todos os Contratos programa e acordos de colaboração com as entidades detentoras dos Corpos de Bombeiros da RAM.

Ind 11

A contratação de prestações de serviços efetuada, permitiram uma maior disponibilidade dos técnicos do quadro a este indicador, cujo resultado obtido encontra-se contudo abaixo da meta desejável dos 100%.

Ind 12

A escassez de recursos humanos, conjugada com as atividades desenvolvidas em áreas não relacionadas com a SCIE e a análise a processos pendentes do ano transato, constituíram os fatores determinantes para o resultado alcançado.

Ind 13

O reduzido n.º de solicitações para vistorias ocorrido neste período, permitiu alcançar o resultado obtido. Em contraponto, tem aumentado o n.º de solicitações para a realização de inspeções, o qual se prevê venha a ser ainda mais intensificado no decorrer do ano 2017.

Objetivos Operacionais		Indicadores		Meta	Resultado	Desvio
OP6	Dinamizar a elaboração dos Planos de Emergência e Segurança, no âmbito do desenvolvimento do sistema de aviso, alerta regional	16	Nº de reuniões realizadas com as CM no âmbito do planeamento de emergência	6	19	217%
		17	Taxa de cumprimento do Plano de ações a executar no âmbito do PREPCRAM	75%	0%	-100%

Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios

Ind 16

Uma vez que a realização destas reuniões não depende unicamente do SRPC, e as Câmaras municipais da RAM são 11, foi definida uma meta mediana.

Ind 17

Em reunião de 13 de setembro de 2016, foi solicitado ao Vogal do CD do SRPC a alteração ou mesmo eliminação deste indicador. Pois o PREPCRAM encontra-se elaborado e em vigor, e para a operacionalização do mesmo, sem prejuízo do trabalho efetuado nesta matéria no NPEOT, não existe um plano de ações determinadas para efeito.

2.4.3. OE 3 - Promover uma cultura de prevenção através do desenvolvimento de programas de sensibilização e de educação para o risco, garantido o incremento da resiliência da população aquando de acidentes e catástrofes naturais.

Este objetivo estratégico materializou-se nos objetivos operacionais 3 e 9:

- Promover a qualificação dos recursos humanos que compõem os agentes de proteção civil do DROR, através da formação;
- Desenvolver a política de informação e de educação em proteção civil.

Objetivos Operacionais		Indicadores		Meta	Resultado	Desvio
OP3	Promover a qualificação dos recursos humanos que compõem os agentes de proteção civil do DROR, através da formação	6	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Formação Sectorial para os elementos do DROR.	60%	76%	16%
		7	Nº de elementos (bombeiros e outros agentes proteção civil) que frequentaram ações de formação	500	526	5.2%
		8	Índice de satisfação dos formandos que frequentaram as ações de formação	75%	90%	15%

Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios

Ind 6

Dos 46 Módulos/Cursos previstos no Plano de Formação para 2016, só conseguimos concretizar 35 o que equivale a 76%, um pouco para além da meta estabelecida.

Ind 7

Se por um lado ficamos ligeiramente aquém da meta estabelecida para a taxa de cumprimento do Plano Anual de Formação, no que diz respeito a este indicador superamos ligeiramente a meta atingindo as 526 participações em Cursos/Módulos, de entre bombeiros e outros agentes de proteção civil, muito por força da realização de formação plurimodular de 3 Novas Escolas de Bombeiros.

Ind 8

A meta foi superada, dos 35 cursos realizados, participaram 526 formandos.

Objetivos Operacionais		Indicadores		Meta	Resultado	Desvio
OP9	Desenvolver a política de informação e de educação em proteção civil	25	Nº pessoas abrangidas pelas campanhas de sensibilização no âmbito do programa "Segurança em casa, na rua e na escola"	4000	5178	29%

	26	Índice de satisfação no âmbito do Programa "Segurança em casa, na rua e na escola"	75%	98%	23%
	27	Nº de visitas mensais à página WEB	3000	5602	87%
	28	Nº de boletins editados	1	0	-100%
	29	Taxa de cumprimento dos Planos Mensais de ações de divulgação/sensibilização	90%	100%	10%

Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios

Ind 25

A exiguidade de recursos humanos disponíveis para assegurar estas ações obrigou-nos à redução, em 2016, do número de intervenções mensais de 4 para 3 e também à redução meta de 6000 para 4000. Contudo conseguimos superar esta meta, muito por força da capacidade/dimensão dos estabelecimentos de ensino contemplados, este ano.

Ind 26

No ano 2016, o projeto "Segurança em casa, na rua e na escola" abrangeu 5178 pessoas.

Ind 27

Os incêndios de agosto 2016 contribuíram para um aumento significativo da média mensal.

Ind 28

Não foi Editado / Publicado nenhum Boletim em 2016.

Ind 29

A superação desta meta encontra-se já justificada pelos aspetos já evidenciados na justificação do resultado obtido no indicador 25.

2.4.4. OE 4 - Aumentar a qualidade da prestação dos nossos serviços, melhorando a qualificação dos agentes de proteção civil, apoiando e incentivando as instituições e organizações que sejam o garante da difusão da informação necessária à melhoria dos seus níveis de preparação e prevenção

Este objetivo estratégico materializou-se nos objetivos operacionais 7 e 8:

- Garantir a manutenção do Sistema de Gestão de Qualidade;
- Melhorar o funcionamento interno do SRPC.

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Resultado	Desvio
------------------------	-------------	------	-----------	--------

OP7	Garantir a manutenção do Sistema de Gestão de Qualidade	18	Taxa de execução do plano Anual de Auditorias Internas	75%	65%	-10%
		19	Índice de satisfação do serviço prestado (INQUÉRITO)	75%	78%	3%

Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios

Ind 18

O plano anual teve que ser ajustado três vezes, contudo não foi possível executar na totalidade.

Ind 19

Dos 73 clientes inquiridos, a percentagem de resposta foi de 27%.

Objetivos Operacionais		Indicadores		Meta	Resultado	Desvio
OP8	Melhorar o funcionamento interno do SRPC	20	Taxa de cumprimento dos registos de assiduidade	95%	95%	0%
		21	Índice de satisfação dos funcionários	75%	74%	-1%
		22	% de compromissos elaborados face aos nº de processos de despesa	100%	100%	0%
		23	Elaboração dos Mapas de Reporte Mensais	100% até 06 cada mês	100%	0%
		24	% de funcionários que frequentaram ações de formação	50%	61%	11%

Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios

Ind 20

O registo de assiduidade foi feito nos meses de outubro, novembro e dezembro, não tendo sido acompanhado mensalmente.

Ind 21

Dos 67 colaboradores inquiridos, a percentagem de resposta foi de 79%.

Ind 22

Os Processos de aquisição que deram entrada na SGFOC foram efetuados de acordo com a indicação no n.º 2 e 3 do art.º 7 do Decreto-lei 127/2012 de 21 de Junho e art.º 5 da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro. Os compromissos são efetuados em função dos fundos disponíveis.

Ind 23

Os mapas de reporte mensal são enviados na data solicitada pela Unidade de Gestão da SRIAS e de acordo com alínea a) n.º 1 do artigo 12.º do DRR n.º 3/2017/M de 7 de março.

Ind 24

A superação da meta estabelecida para este indicador deveu-se em grande parte à programação e realização de formação destinada aos colaboradores do SRPC, IP-RAM na área su suporte básico de vida, que em duas ações abrangeu um significativo número de colaboradores.

2.5. Evidenciação do disposto no n.º2 do Art. 14º do Decreto Legislativo Regional Nº 27/2009/M, que adapta à RAM a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro

A autoavaliação integra informação respeitante à apreciação por parte dos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados, à avaliação do sistema de controlo interno, ao desenvolvimento de medidas de reforço positivo, à audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação dos serviços e à afetação real e prevista dos recursos humanos e financeiros conforme o Quadro SIADAP-RAM 1 executado, cujos resultados obtidos nestes itens são, de seguida, relatados.

2.5.1. Audição dos utilizadores dos serviços prestados pelo SRPC, IP-RAM - Clientes

A concretização desta ação foi efetuada através do envio de inquéritos, por correio eletrónico, para a avaliação de satisfação ao cliente no final de cada ano.

Procedeu-se à análise da perceção da satisfação dos utilizadores através da realização de um inquérito dirigido a Câmaras Municipais, Corporações de Bombeiros, Associações de Bombeiros Voluntários, Cruz Vermelha Portuguesa, IGA, ANAM, TELECOM, EEM, APRAM, GNR, Parque Natural da Madeira, Escolas, Entidades Protocoladas e Órgãos de Comunicação Social.

No tratamento dos dados foi utilizado o programa Excel.

Período de realização do inquérito/questionário: 12/01/2017 a 12/02/2017.

No total de 73 questionários expedidos foram rececionados 20, o que correspondeu a uma taxa de resposta 27%.

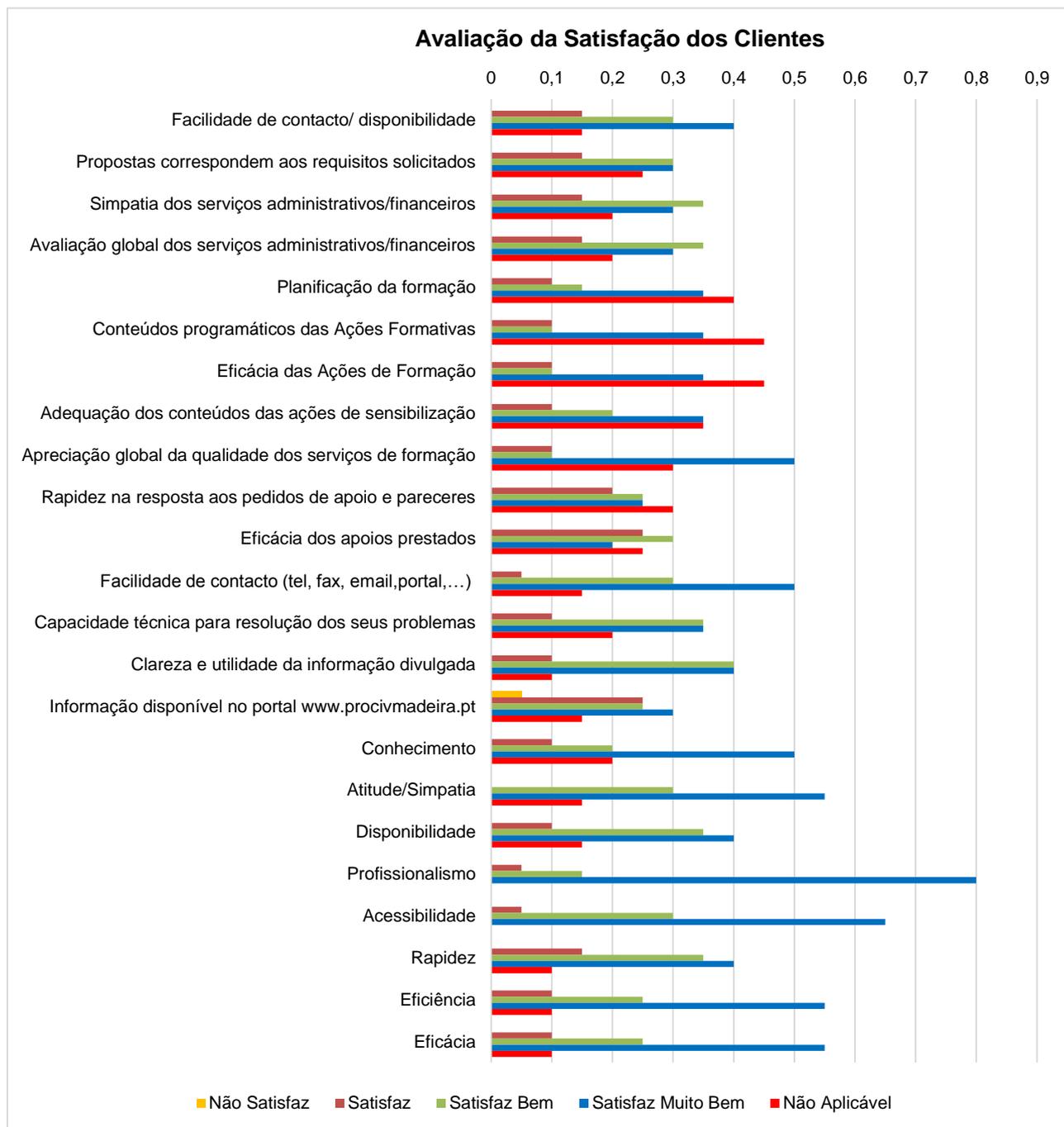
Análise de resultados



O utilizador/cliente procedeu à avaliação do seu nível de satisfação com o SRPC, IP-RAM, numa escala de 2 a 5, em que 2 traduz *Não Satisfaz*, 3 *Satisfaz*, 4 *Satisfaz Bem* e 5 *Satisfaz Muito Bem* e NA *Não Aplicável*.

O resultado do inquérito revela o seguinte:

- É no “*Profissionalismo*” que se regista o mais elevado nível de satisfação, com 80%.
- Observa-se que o item referente à “*Informação disponível no portal www.procivmadeira.pt*” expressa menor grau de satisfação, traduzidos numa percentagem de 5% de clientes não satisfeitos.

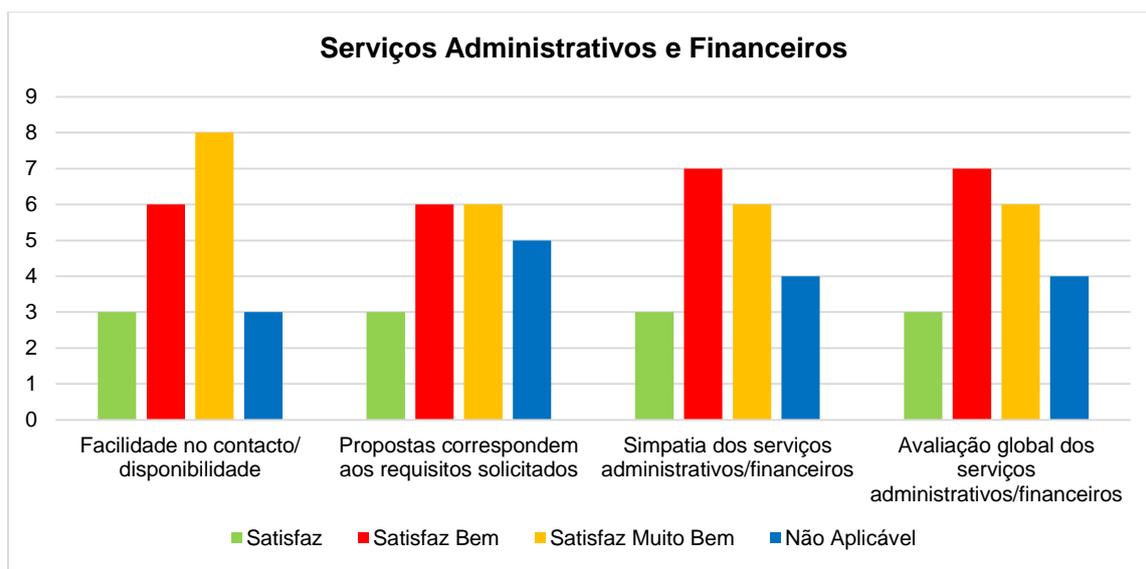


Avaliação de Satisfação dos Clientes referentes a 2016

Satisfação Global com o SRPC IP-RAM

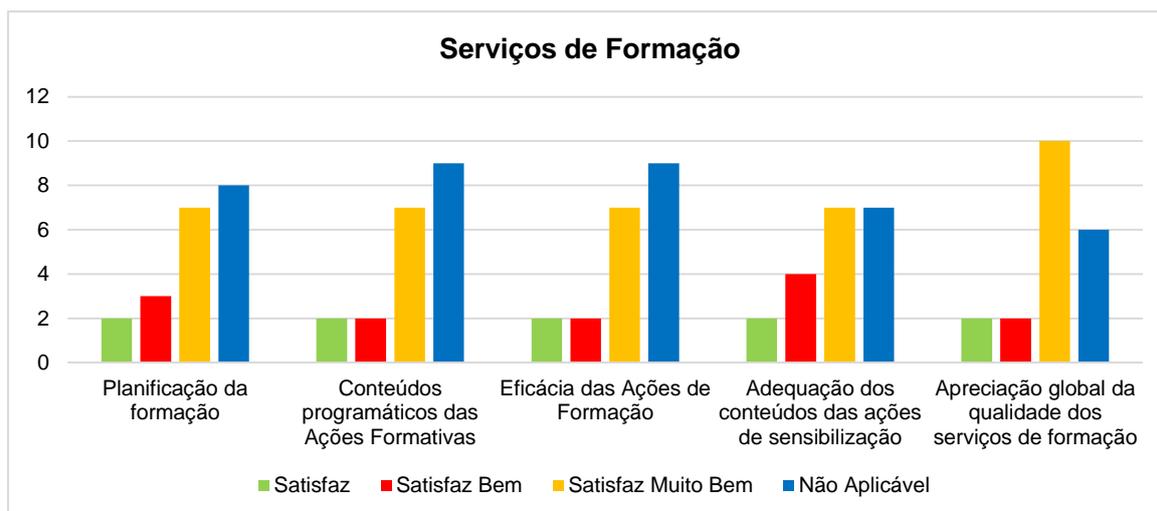
Globalmente, a taxa de satisfação dos utilizadores/clientes relativamente aos serviços prestados pelo SRPC, IP-RAM é de 79%.

Na análise por serviços, verifica-se que os Serviços Administrativos e Financeiros obtêm uma taxa de satisfação mais elevada no parâmetro “Facilidade no contacto/disponibilidade”.



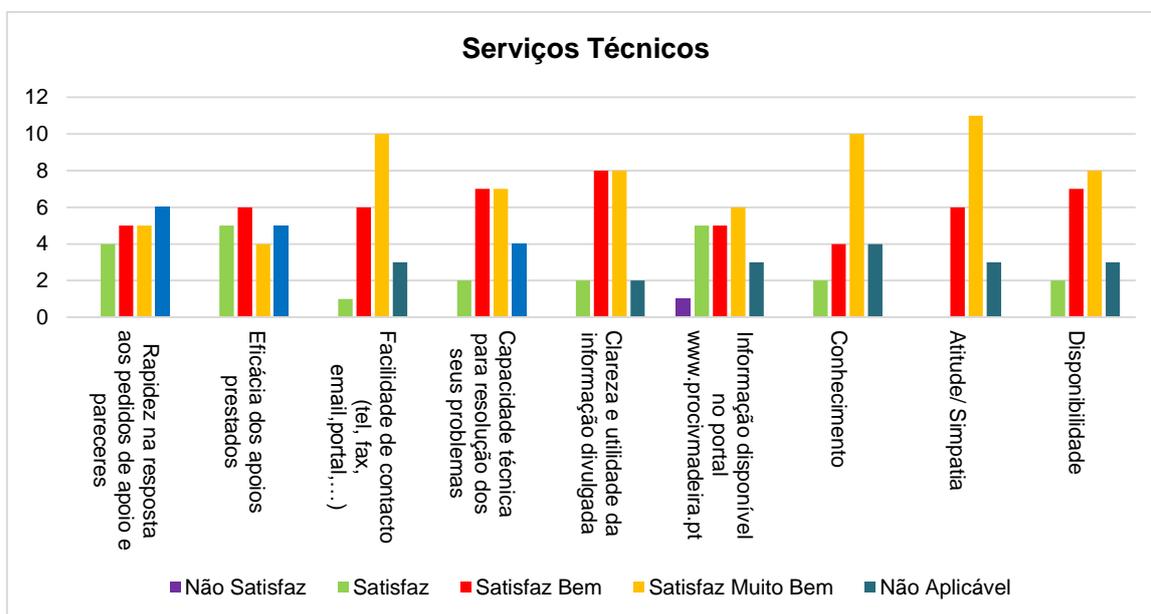
Resultado da avaliação de Satisfação dos Clientes 2016 referente aos Serviços Administrativos e Financeiros

Relativamente aos Serviços de Formação, o parâmetro com grau de satisfação mais elevado, refere-se “Apreciação global da qualidade dos serviços de formação”.



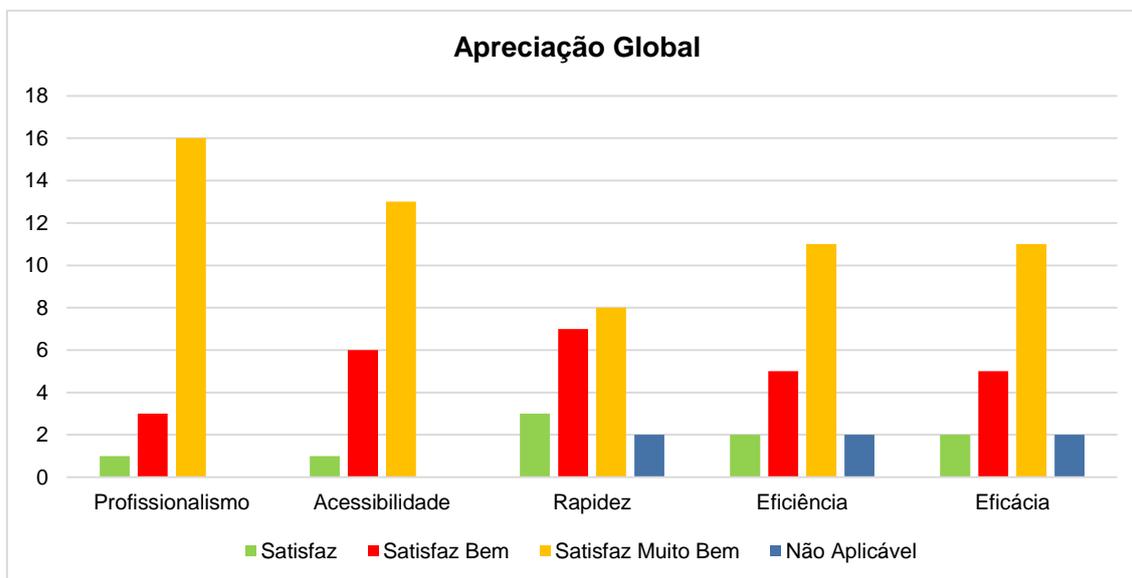
Resultado da avaliação de Satisfação dos Clientes 2016 referente aos Serviços de Formação

Relativamente aos Serviços Técnicos, o parâmetro com grau de satisfação mais elevado corresponde à “Atitude/Simpatia”. Por outro lado, o parâmetro que obteve a classificação mais baixa foi “Informação disponível no portal www.procimmadeira.pt”.



Resultado da avaliação de Satisfação dos Clientes 2016 referente aos Serviços de Técnicos

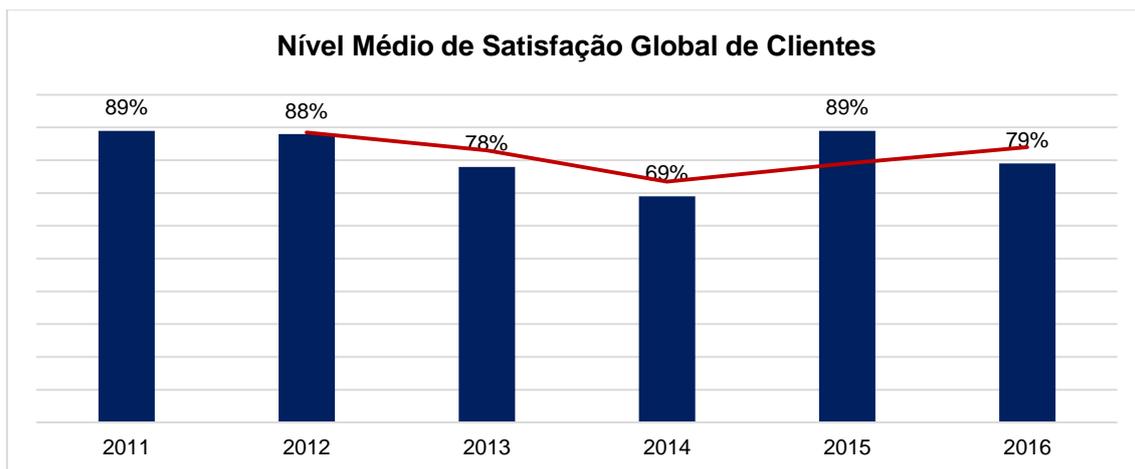
Ao Nível da Apreciação Global do SRPC, IP-RAM, o parâmetro com valor mais elevado foi o “Profissionalismo” e o parâmetro com o valor mais baixo, foi a “Rapidez”.



Resultado da avaliação de Satisfação dos Clientes 2016 referente aos serviços de Apreciação Global do SRPC, IP-RAM

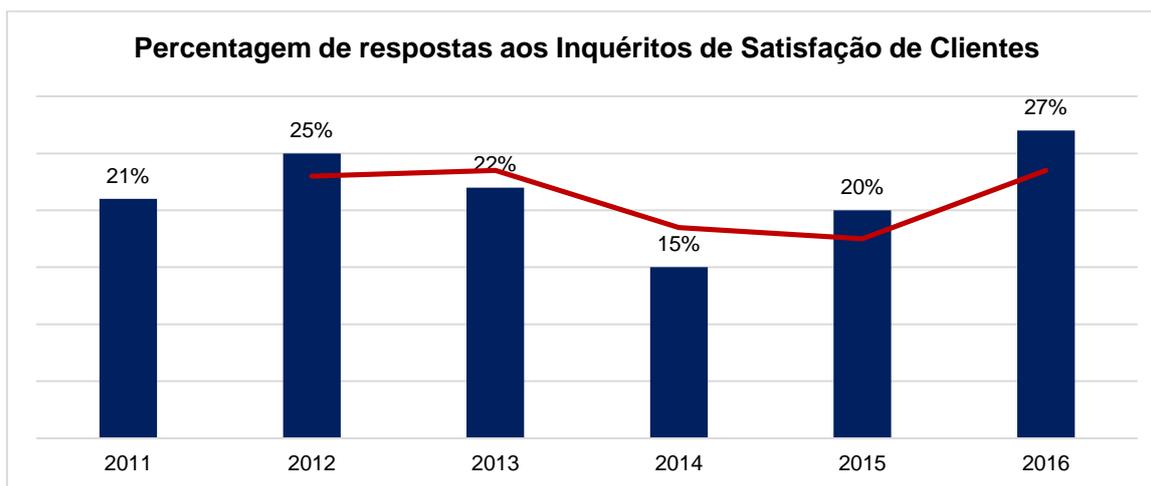
Comparação de resultados

No que se refere à taxa de satisfação dos utilizadores/clientes com o SRPC, IP-RAM, verifica-se uma oscilação ao longo dos anos, apresentando um valor inferior em relação ao ano 2015, no entanto este nível médio de satisfação de clientes em 2016 (79%) é superior aos anos 2013 e 2014.



Comparação dos últimos anos do nível médio de Satisfação Global de Clientes com o SRPC, IP-RAM

Em termos de taxa de resposta, também verifica-se uma oscilação ao longo dos anos, apresentando um valor mais alto em 2016, com 27% de respostas.



Percentagem de respostas aos Inquéritos de Satisfação de Clientes nos últimos anos

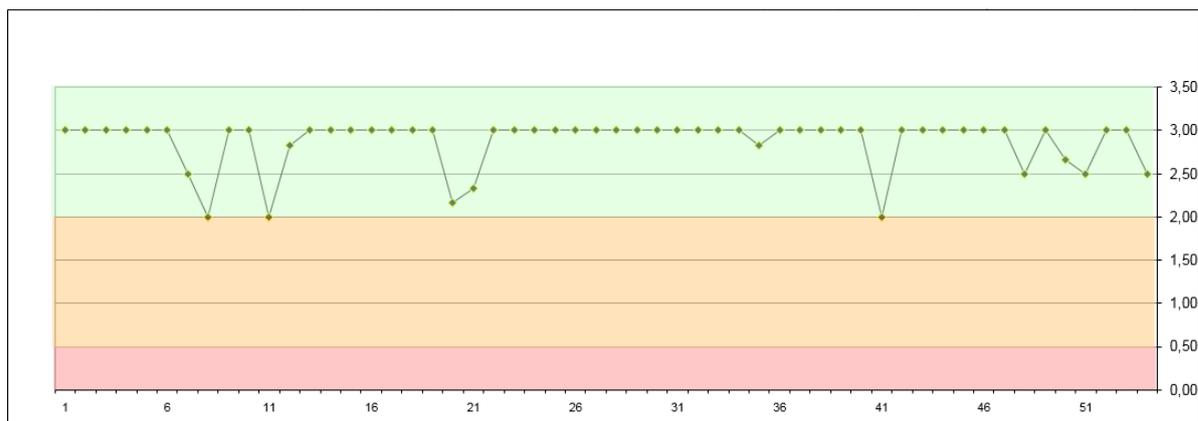
Avaliação dos Fornecedores

Foram avaliados 54 fornecedores, cuja média do Índice da Qualidade é de 2.87 valores, baseado na seguinte escala:

Resultado	Intervalo
Resultado negativo, o fornecedor foi desqualificado	[0;0,4]
Resultado neutro, há a possibilidade de solicitar um Plano e Melhoria ao fornecedor	[0,5;2]
Resultado positivo o fornecedor continua qualificado]2;3]

– Intervalos de avaliação

Índice de Qualidade dos Fornecedores



- Índice de Qualidade de cada Fornecedor de 2016

No gráfico acima é possível verificar que todos os fornecedores obtiveram um Índice de Qualidade superior a 2 valores, não havendo assim necessidade de solicitar planos de melhoria.

2.5.2. Audição dos colaboradores do SRPC, IP-RAM

A concretização desta ação foi efetuada através da distribuição do inquérito de satisfação aos colaboradores.

Período de realização do inquérito/questionário: 13/01/2017 a 13/02/2017.

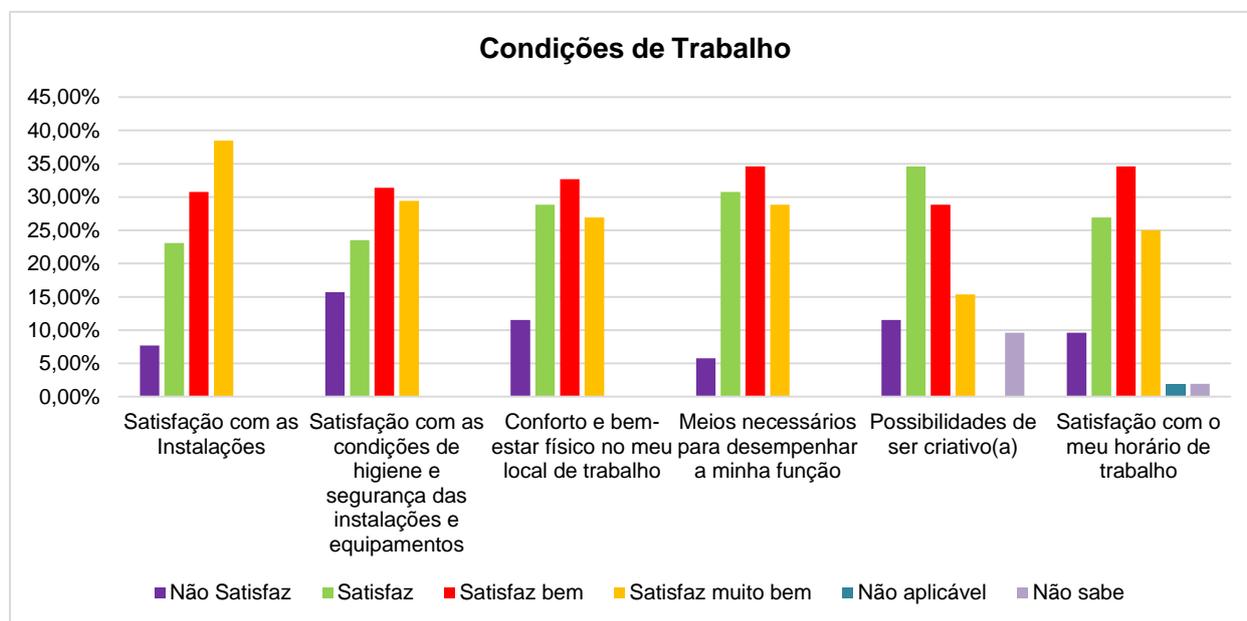
No tratamento dos dados foi utilizado o programa Excel.

No total dos 67 dos questionários entregues, 53 foram respondidos e devolvidos, o que corresponde a uma taxa de 79%.

Os colaboradores procederam à avaliação do seu nível de satisfação em quatro áreas temáticas, sendo elas: “Satisfação com as Condições de Trabalho”, “Satisfação com o Desenvolvimento Funcional”, “Satisfação com a Gestão e Sistema de Gestão” e “Satisfação com a Organização”.

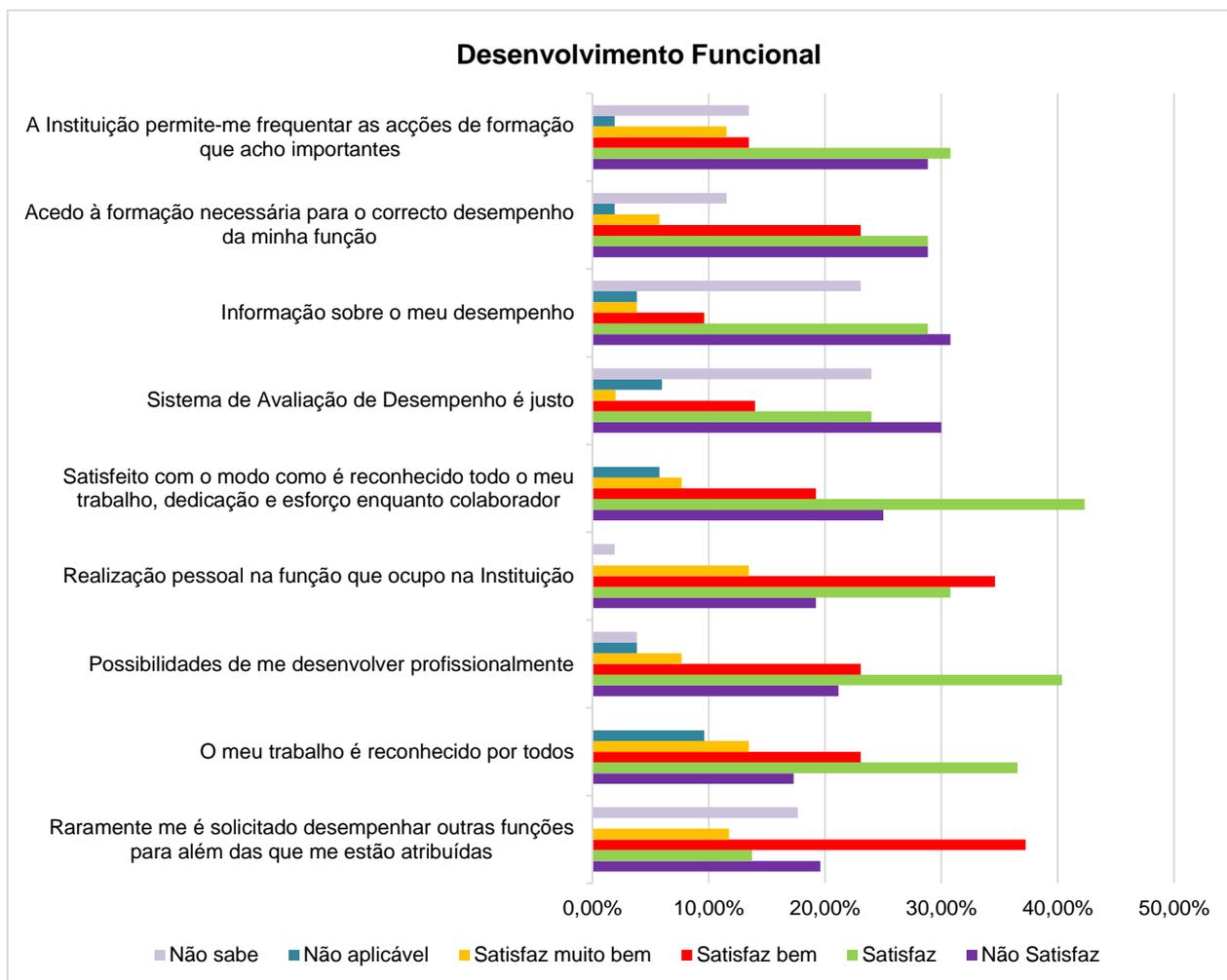
A classificação utilizada é efetuada na seguinte escala: 2 – Não satisfaz, 3 - Satisfaz, 4 – Satisfaz bem, 5 – Satisfaz muito bem, NA - Não aplicável, NS – Não Sabe.

Observa-se que o grau de satisfação dos colaboradores, relativamente às Condições de Trabalho, é mais elevado no que diz respeito à “Satisfação com as Instalações” e menos “Satisfação com as condições de Higiene e Segurança das Instalações e Equipamentos”.



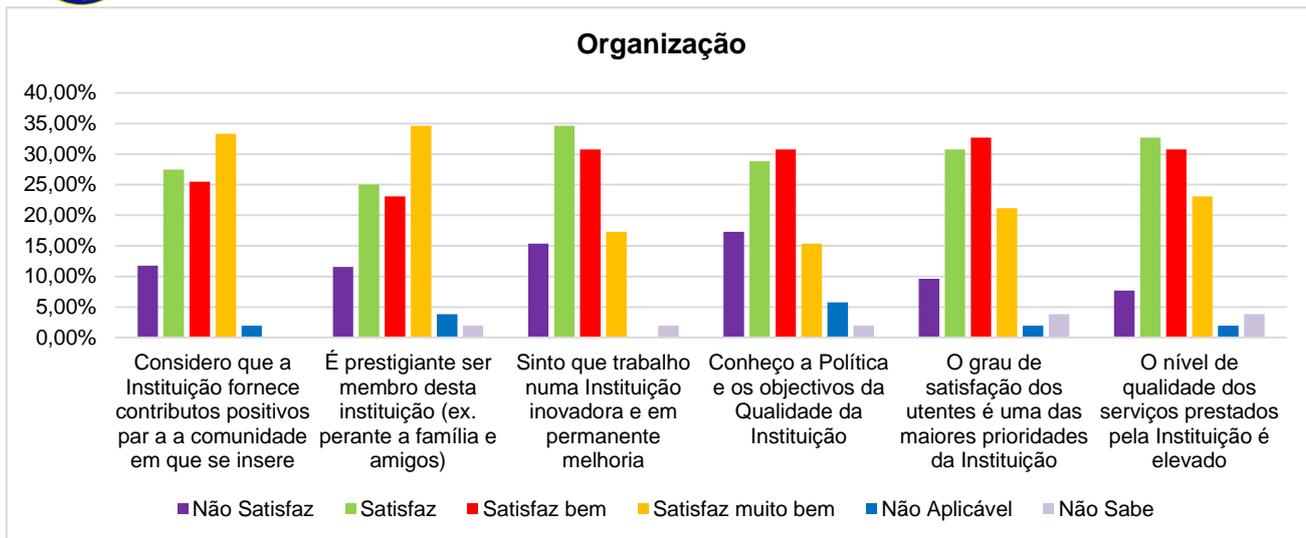
Resultado das questões dos inquéritos de satisfação aos colaboradores 2016 relativamente às Condições de Trabalho

Observa-se que a satisfação dos colaboradores relativamente ao Desenvolvimento Funcional do SRPC, IP-RAM é maior nos parâmetros “O meu trabalho é reconhecido por todos” e “Realização pessoal na função que ocupo na Instituição”. Por outro lado, o menor grau de satisfação refere-se ao “Sistema de avaliação de desempenho é justo” e à “Informação sobre o meu desempenho”.



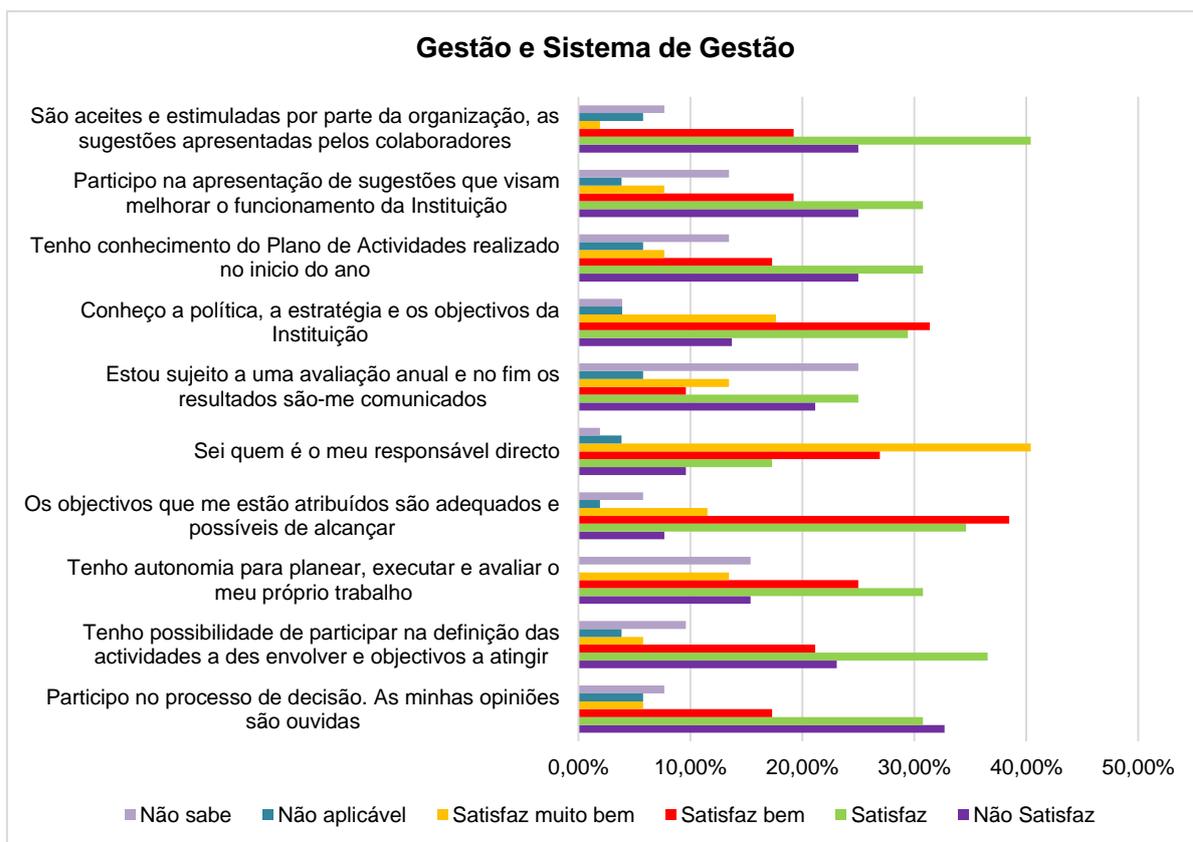
Resultado das questões dos inquéritos de satisfação aos colaboradores 2016 relativamente ao Desenvolvimento Funcional

A taxa de satisfação dos colaboradores com a Organização é maior no que se refere ao parâmetro “É prestigiante ser membro desta instituição” e mais baixa para os parâmetros “Sinto que trabalho numa instituição inovadora e em permanente melhoria” e “Conheço a Política e os objetivos da Qualidade da Instituição”.



Resultado das questões dos inquéritos de satisfação aos colaboradores 2016 relativamente à Organização

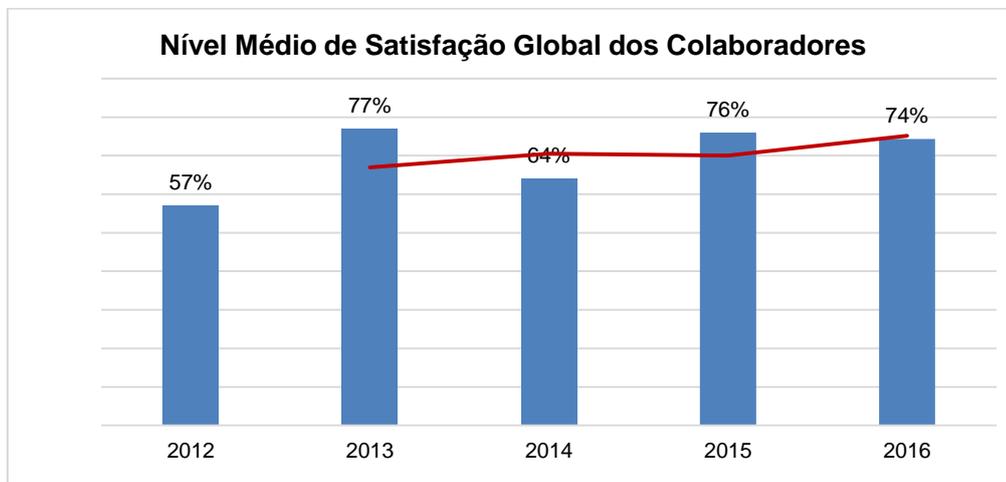
A taxa de satisfação mais elevada referente à Gestão e Sistema de Gestão diz respeito ao parâmetro “Sei quem é o meu responsável directo”, e o parâmetro mais baixo é “Participo no processo de decisão. As minhas opiniões são ouvidas”.



Resultado das questões dos inquéritos de satisfação aos colaboradores 2016 relativamente à Gestão e Sistema de Gestão

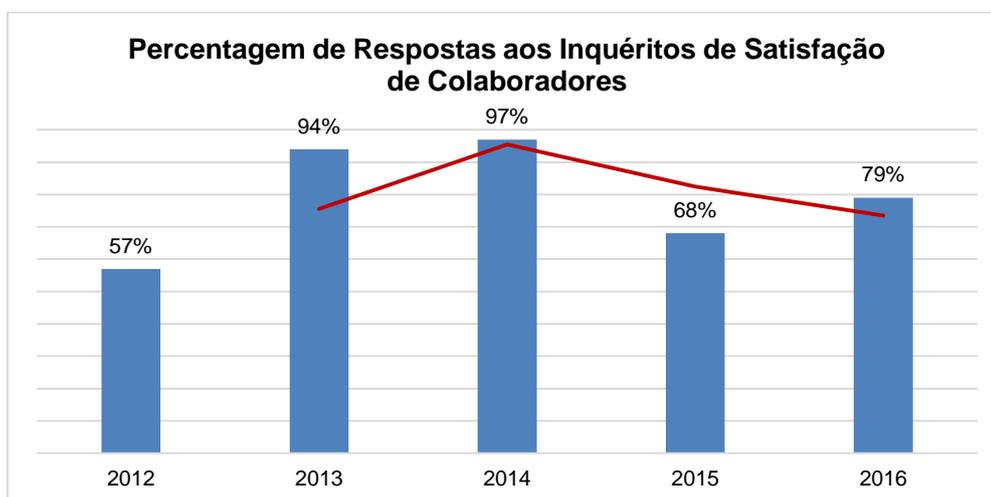
Comparação dos resultados por ano

Comparando os anos, verifica-se que em 2016 houve uma ligeira diminuição da taxa de satisfação dos colaboradores, em relação ao ano 2015.



Nível médio de Satisfação Global dos Colaboradores com o SRPC, IP-RAM

Em termos de taxa de resposta, durante o ano de 2016 verificou-se um aumento em relação ao ano 2015, nomeadamente 79%.



Percentagem de respostas aos inquéritos de satisfação de colaboradores nos últimos anos

Sugestões de melhoria

Não se registaram sugestões de melhoria

2.5.3. Avaliação do Sistema de Controlo Interno

O SRPC, IP-RAM procedeu periodicamente à autoavaliação dos procedimentos utilizados para cumprimento do seu sistema de controlo interno, seguindo o plano de monitorização dos indicadores definidos, através dos departamentos responsáveis pela sua realização.

A experiência acumulada relativa à implementação do SIADAP 1, tem garantido a melhoria na monitorização e no cumprimento desse plano. Verificou-se que, apenas 21% dos indicadores não foram cumpridos, podendo concluir-se que os resultados são positivos e as falhas identificadas serão tidas em consideração no futuro imediato.

2.5.4. Análise das causas de incumprimento de ações ou com resultados insuficientes

Conforme se pode verificar através da análise detalhada de todos os indicadores, a maioria das causas que determinaram o incumprimento de alguns deles, deveu-se a fatores exógenos ao SRPC, IP-RAM e sobre as quais não foi possível exercer qualquer controle.

Por outro lado, o plano de monitorização dos objetivos/indicadores do QUAR SIADAP-RAM 1 obrigou ao acompanhamento mais cuidadoso de determinados indicadores.

2.5.5. Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional

No plano nacional, a instituição que apresenta algumas características idênticas, diferenciáveis sobretudo pela área de abrangência geográfica e não pela missão ou atribuições, é o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Contudo, a inexistência de qualquer dependência formal ou concertação relativa a modelos comuns de abordagem dos problemas ou metodologias de intervenção

tipificadas por assunto, determina a impossibilidade de um referencial comum de atuação, dificulta e desvirtua a realização de qualquer análise comparativa.

Deste modo, a operacionalização da análise “a comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional” não é exequível por ausência de informação associada a indicadores de resultado e de impacto ao nível dos programas e projetos desenvolvidos por instituições similares, em padrões nacionais e internacionais.

2.5.6. Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação dos serviços

A avaliação do QUAR SIADAP-RAM 1 foi participada pelos dirigentes e trabalhadores durante todo o período de análise, referindo-se particularmente dois momentos distintos:

- na sua elaboração, em que diversos colaboradores participaram na construção dos indicadores, sendo determinante toda a informação, transmitida pelas chefias das unidades orgânicas à direção;
- na elaboração do presente relatório que sintetiza a informação produzida pelos vários departamentos.

3. Atividade Operacional e Formação

3.1. Comando Regional de Operações de Socorro

Sendo o departamento com funções de acompanhamento, coordenação e comando operacional das operações de socorro realizadas pelos corpos de bombeiros e outros agentes de proteção civil, assim como pelas entidades referidas nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 17.º do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2009/M, é importante relevar alguns dados que refletem a sua atividade:

3.1.1. Gestão de Ocorrências

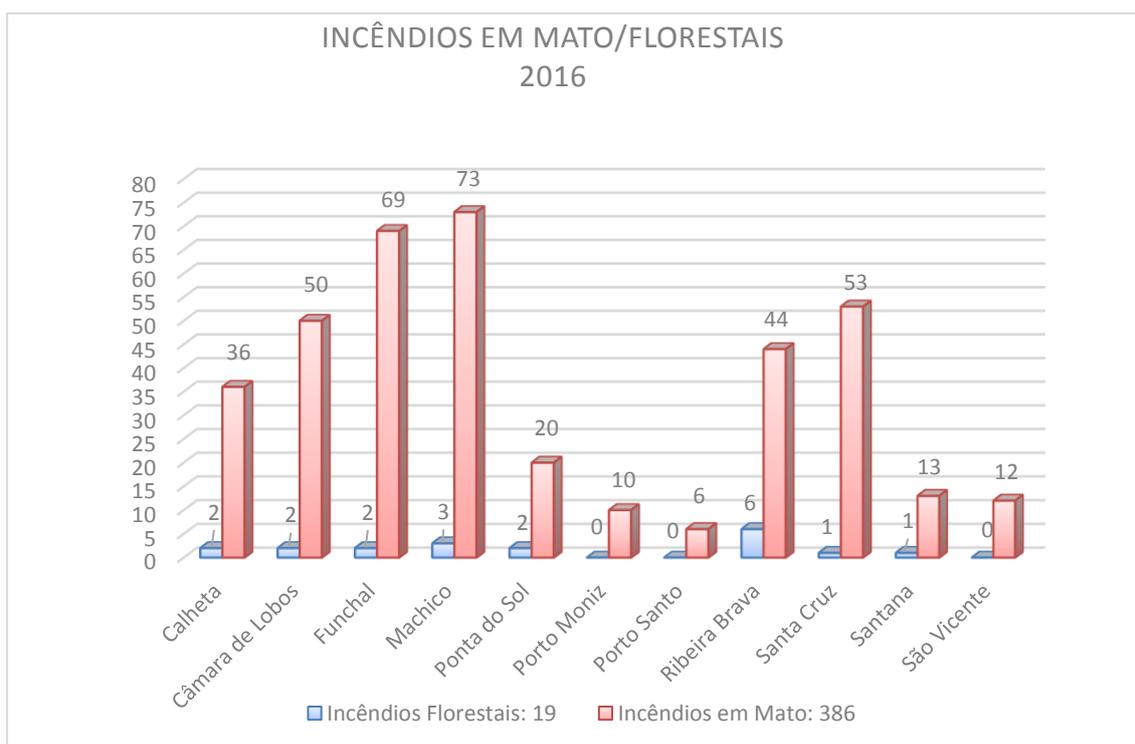
O **Sistema de Apoio à Decisão Operacional (SADO)**, criado para a ANPC, é uma plataforma integradora de vários serviços de informação do socorro, suportado numa

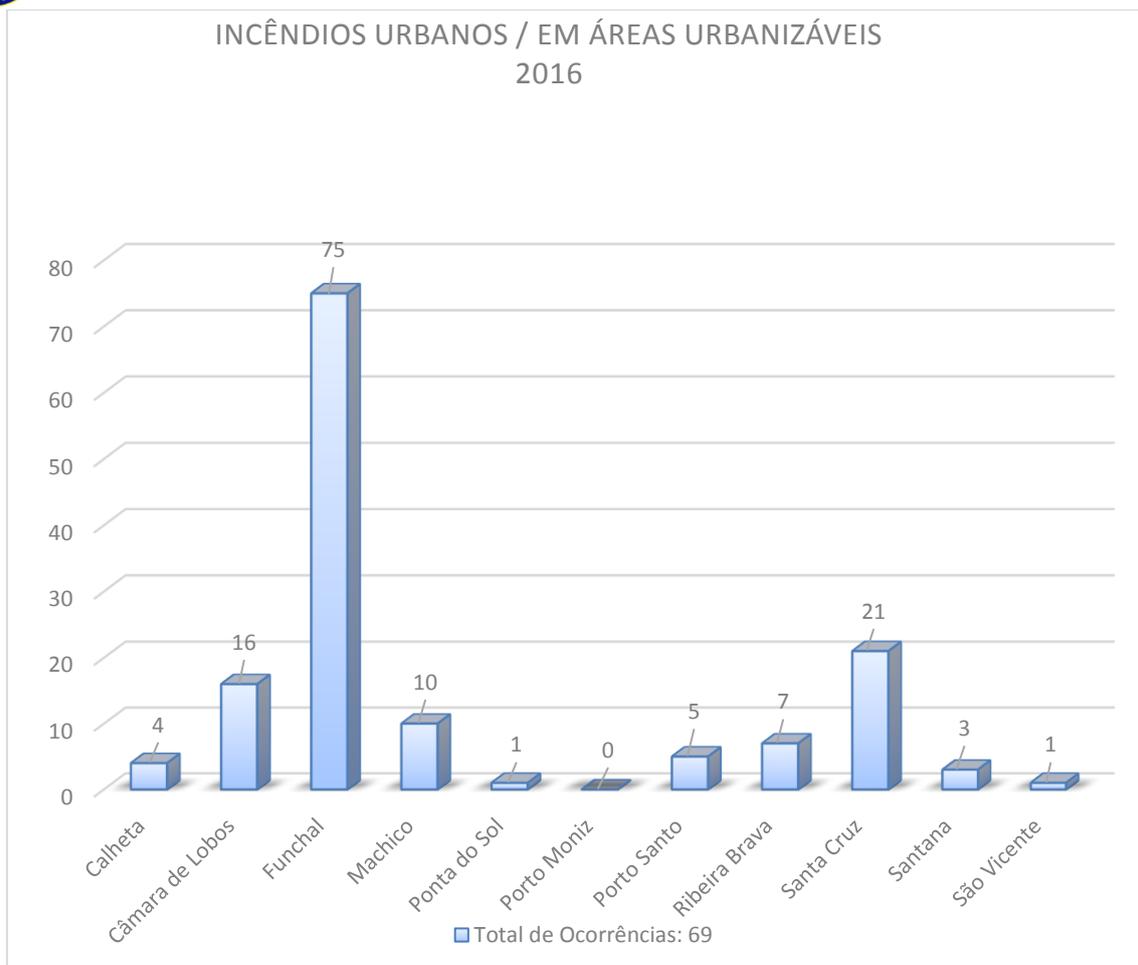
infraestrutura robusta nacional, com capacidade para dar resposta aos requisitos operacionais, nomeadamente na gestão das ocorrências de socorro, possibilidade de troca de informação entre agentes de proteção civil, gestão adequada do teatro de operações (SITAC), informação integrada de meteorologia e mapas militares, entre outros. Esta plataforma foi disponibilizada ao SRPC, IP-RAM e entrou em serviço na RAM a **7 de janeiro de 2015**.

Especificamente para o SRPC foram produzidos 2 módulos: emergência médica e o quadro de situação tática (SITAC).

- **Incêndios**

Os gráficos seguintes, traduzem as ocorrências que se verificaram e que obrigaram ao empenhamento do Dispositivo de Resposta Operacional.

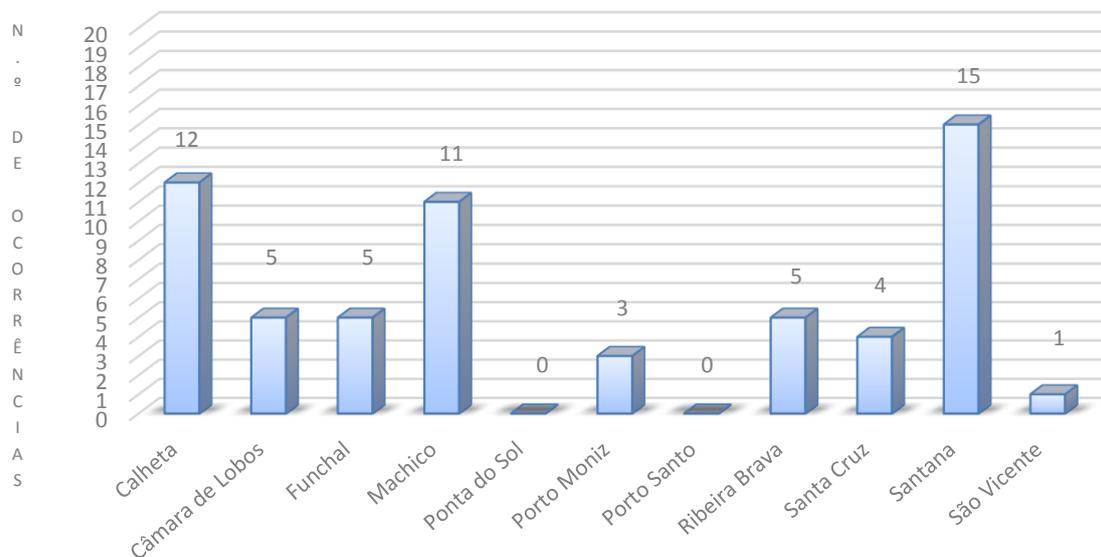




- **Acidentes**

Pelas suas características, que obrigam à intervenção de equipas especiais, os gráficos seguintes refletem os acidentes ocorridos em percursos pedestres:

Acidentes ocorridos em Levadas e Percursos Pedestres 2016



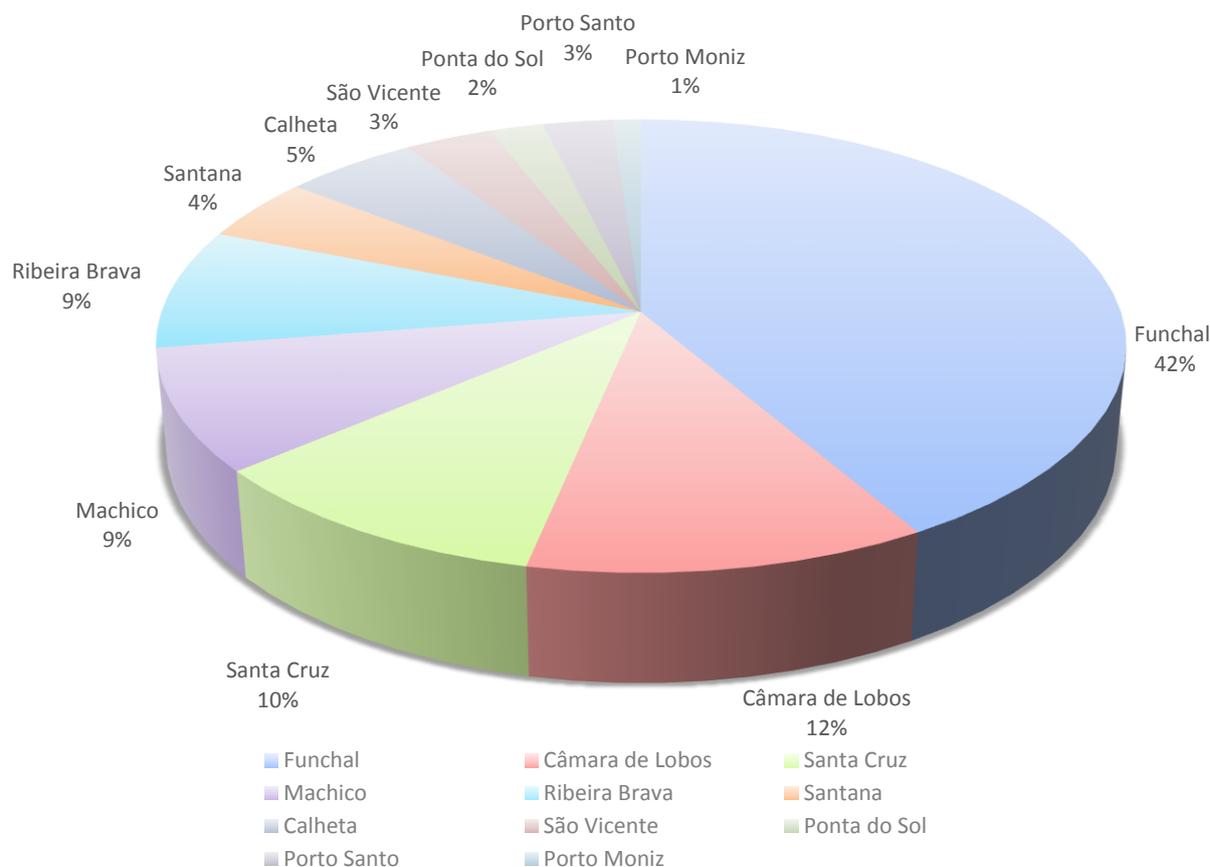
TOTAL DE OCORRÊNCIAS: **61**

- **Emergência pré-hospitalar**

O gráfico seguinte traduz o total das ocorrências de emergência pré-hospitalar verificadas durante o período em análise. Pela sua análise, verifica-se que as corporações situadas nos concelhos mais populosos têm um maior número de intervenções; Funchal, Câmara de Lobos, Santa Cruz e Machico.

A média diária é de 92 ocorrências.

EMERGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR 2016



TOTAL DE OCORRÊNCIAS: **33 499**

3.1.2. Principais Acontecimentos

Durante o ano 2016, destacam-se os acontecimentos, no âmbito do socorro e emergência que, pela sua dimensão, meios mobilizados e, em alguns casos, pelas suas consequências, merecem uma referência mais detalhada e que em seguida se descrevem:

- **Plano Operacional de Combate a Incêndios Florestais (POCIF 2016)**

O SRPC, IP-RAM, tendo em conta as suas atribuições como estrutura central de coordenação regional da intervenção dos agentes de proteção civil no combate aos incêndios rurais e de integrar o esforço regional nas operações de prevenção e vigilância, criou em 2015 o Plano Operacional de Combate a Incêndios Florestais

(POCIF), que vigorou entre 1 de Julho e 31 de Outubro e face aos resultados positivos que daí advieram, reeditou dando cumprimento à *Resolução N.º 280/2016 do Governo Regional da Madeira* o POCIF no corrente ano 2016, com alguns ajustamentos resultantes da análise efetuada ao POCIF 2015. O POCIF 2016 vigorou entre 15 de Junho e 15 de Outubro 2016.

Os resultados referentes à atividade do POCIF 2016 podem ser analisados nos gráficos seguintes.

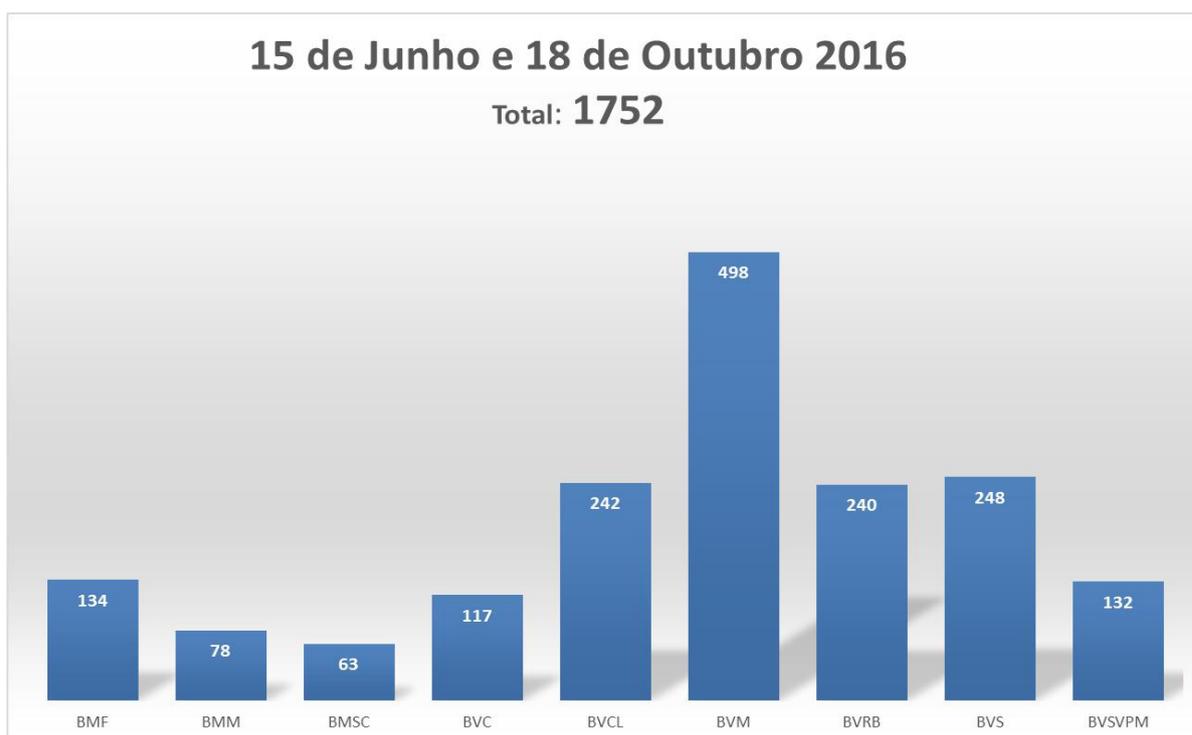


Gráfico 1 - N.º Equipas de Combate a Incêndios Florestais (ECIF)

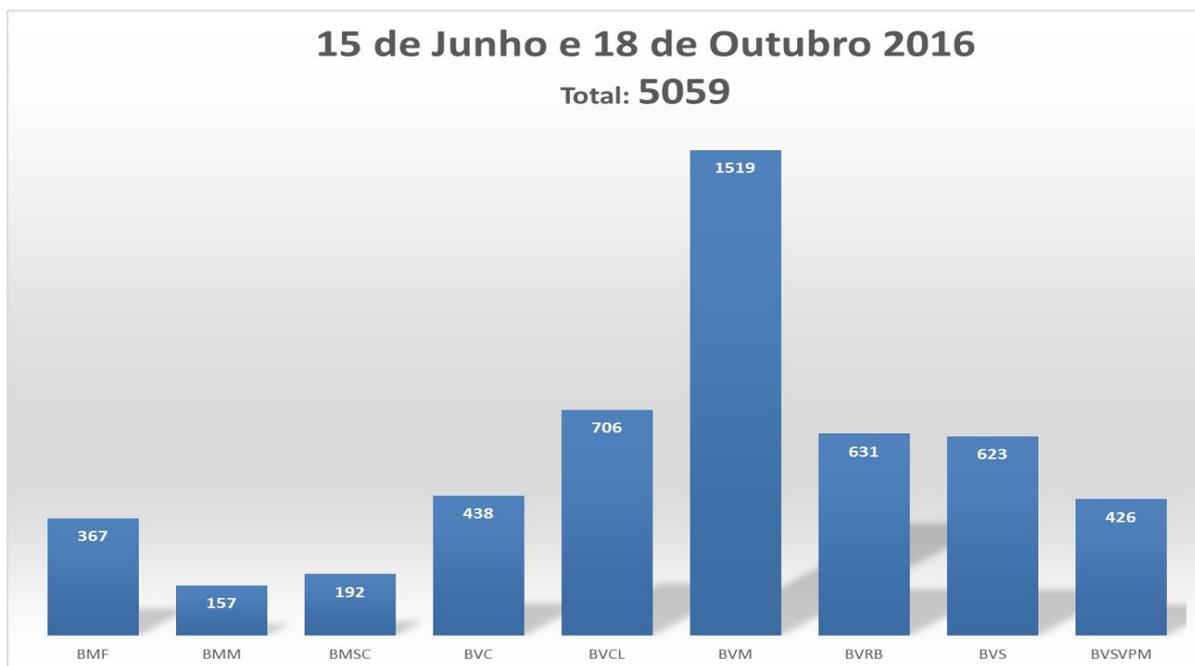


Gráfico 2 - Nº Elementos das Equipas de Combate a Incêndios Florestais (ECIF)

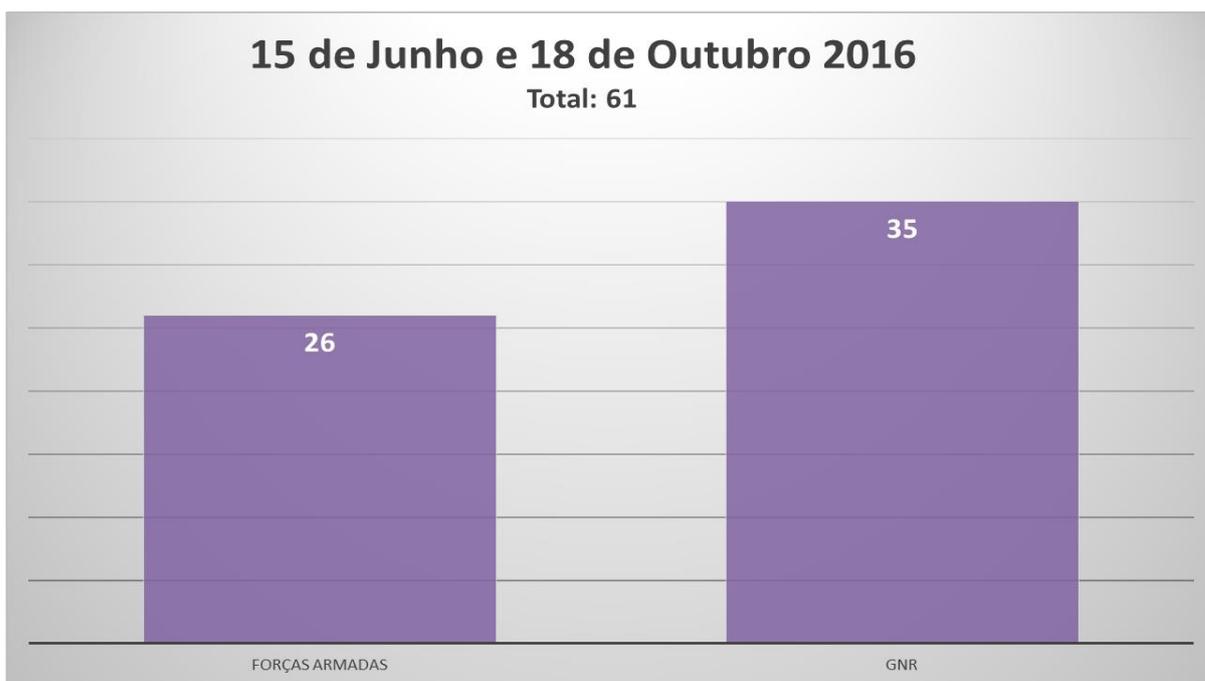


Gráfico 3 - Nº de Equipas Intervenção Florestal (EIF)

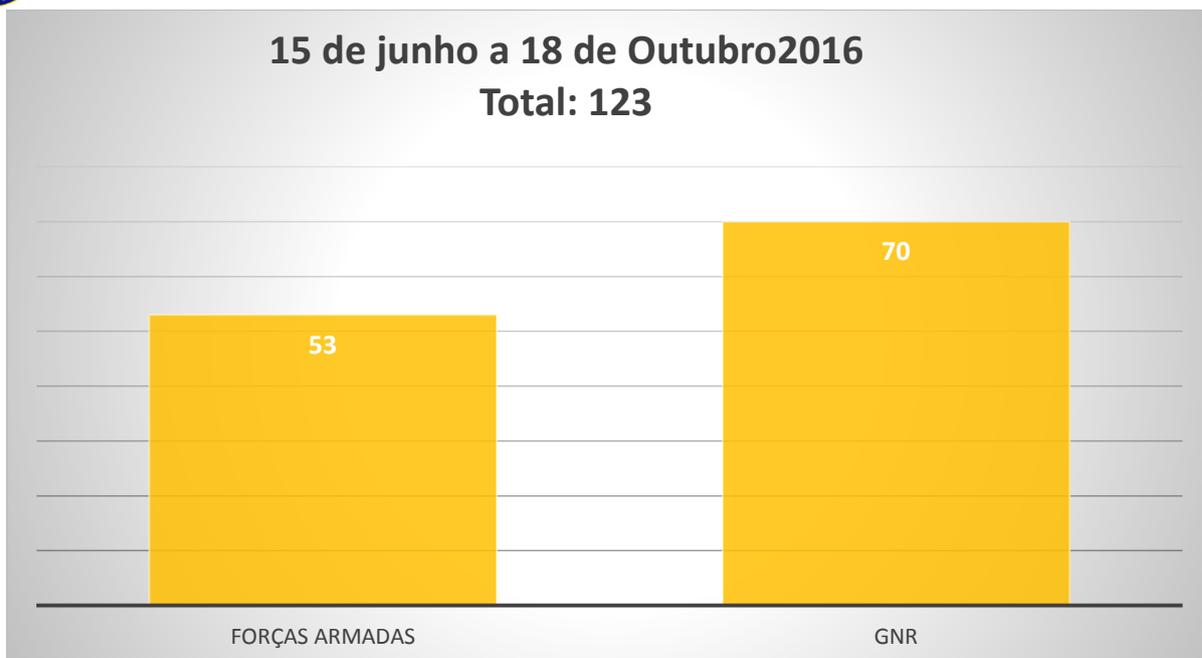


Gráfico 4 - Nº de Elementos Equipas Intervenção Florestal (EIF)

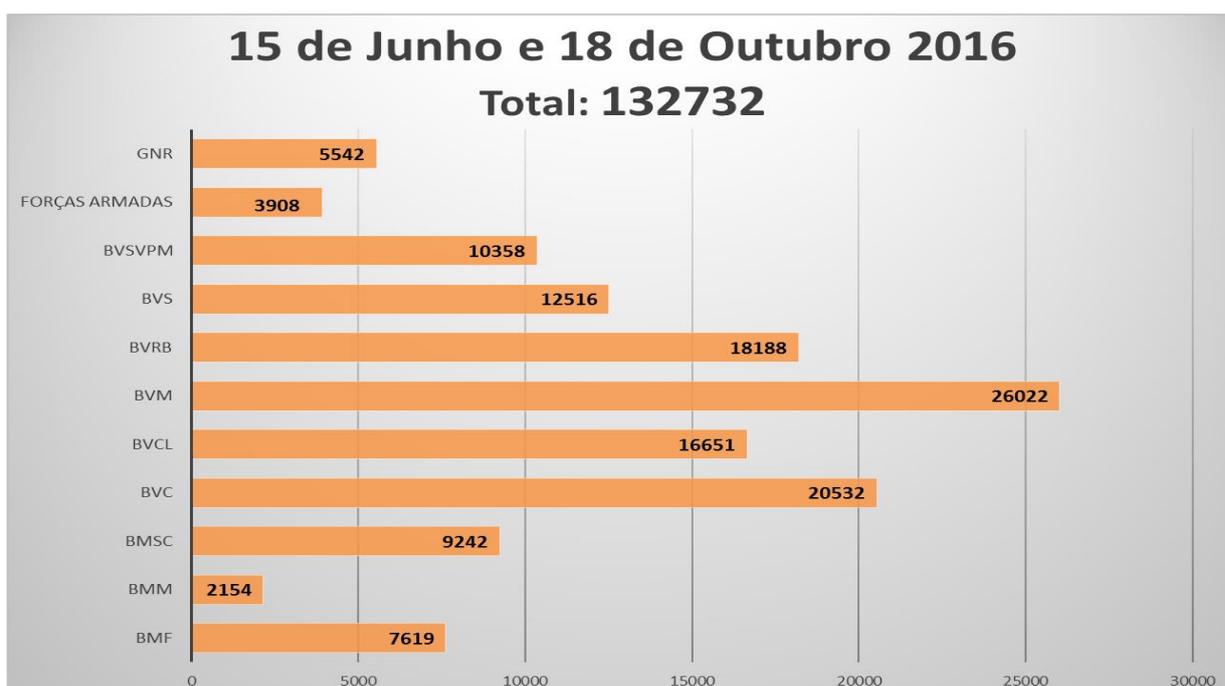


Gráfico 5 - Distância Percorrida (KM)

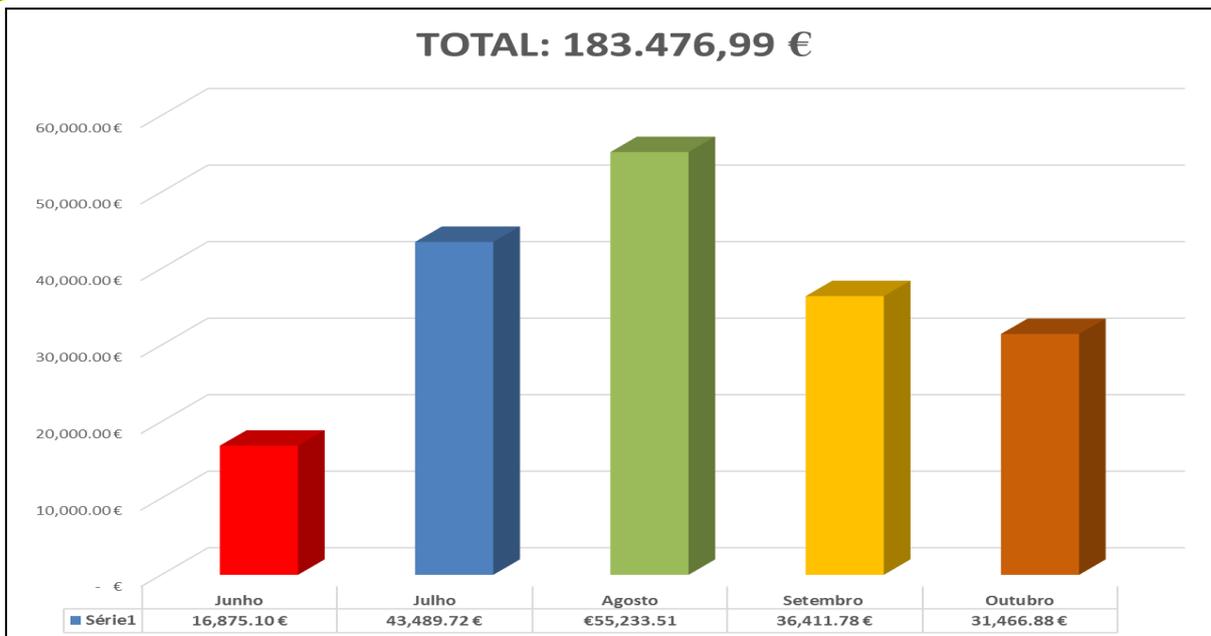


Gráfico 6 – Custos Totais do POCIF 2016

Nos gráficos anteriores podemos observar os dados estatísticos da operacionalização do POCIF 2016.

No **gráfico 1** – podemos verificar que durante o POCIF 2016, foram utilizadas 1752 equipas (ECIF), numero muito superior ao ano de 2015 (827).

No **gráfico 2** – está descrito o número de elementos que participaram no POCIF 2016 (5059) também um número significativamente maior ao de 2015 (2228).

No **gráfico 3 e 4** está discriminado o empenhamento da Equipas de Intervenção Florestal (EIF) das Forças Armadas e da GNR. Verificamos que houve um aumento significativo dos números do na anterior quer nas Forças Armadas (11 Equipas e 22 homens em 2015 e 26 Equipas e 53 homens em 2016). No que se refere à GNR (13 Equipas e 26 homens em 2015 e 35 Equipas e 70 homens em 2016).

No **gráfico 5** – podemos verificar os Kms percorridos. Também neste parâmetro tivemos um aumento relativamente a 2015 (85.205Km), em comparação com 2016 (132.732Km).

Relativamente aos Custos (**gráfico 6**) associados ao POCIF também houve um investimento superior em 2016, totalizando um valor de 184.476,99 €, ao invés dos 138,936.33 € investidos em 2015.

Este aumento nos diversos dados quer no número de ECIF, número de elementos, deve-se em grande parte à organização que foi implementada no ano de 2016, com os Bombeiros Voluntários Madeirenses e os Bombeiros Municipais do Funchal a garantirem em permanência 2 ECIF por dia, situação que não aconteceu em 2015. Outra

das situações que aumenta significativamente os números apresentados tem a ver com a decisão de grande parte das corporações efetuar turnos de 12 horas aumentado de 1 para 2 equipas por dia.

Para o aumento dos Kms percorridos contribuiu de certa forma o reforço dos patrulhamentos também durante a noite das diversas ECIF / EIF, como a inclusão no POCIF de 2016 Equipas Logísticas de Apoio ao Combate (ELAC), também adotadas neste ano.

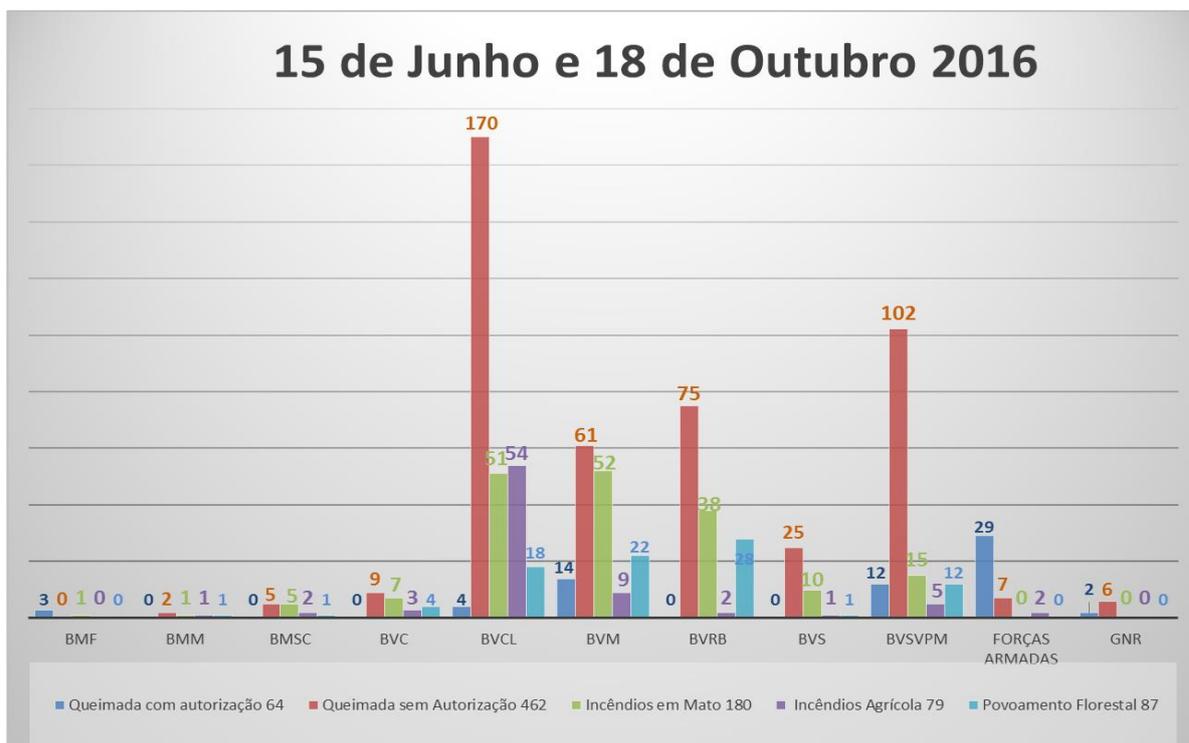


Gráfico 7 – Resumo Operacional das Equipas (ECIF, EIF) do POCIF 2016

No que se refere ao resumo operacional do POCIF 2016 (**gráfico 6**), e nas **figuras 1,2,3,4,5 e 6**, o que podemos observar é que foi na costa Sul da Região que se verificou o maior número de queimadas (autorizadas e não autorizadas), sendo os concelhos de Camara de Lobos, Ribeira Brava e Ponta Sol, os concelhos que registaram mais ocorrências deste género durante todo o período que vigorou o POCIF 2016.

Apesar das ocorrências a norte serem menos significativas, o que nos permite verificar é que a partir do mês Outubro e Setembro houve um ligeiro aumento destas situações norte, destacando-se neste particular o Concelho de São Vicente (**figuras 5 e 6**).

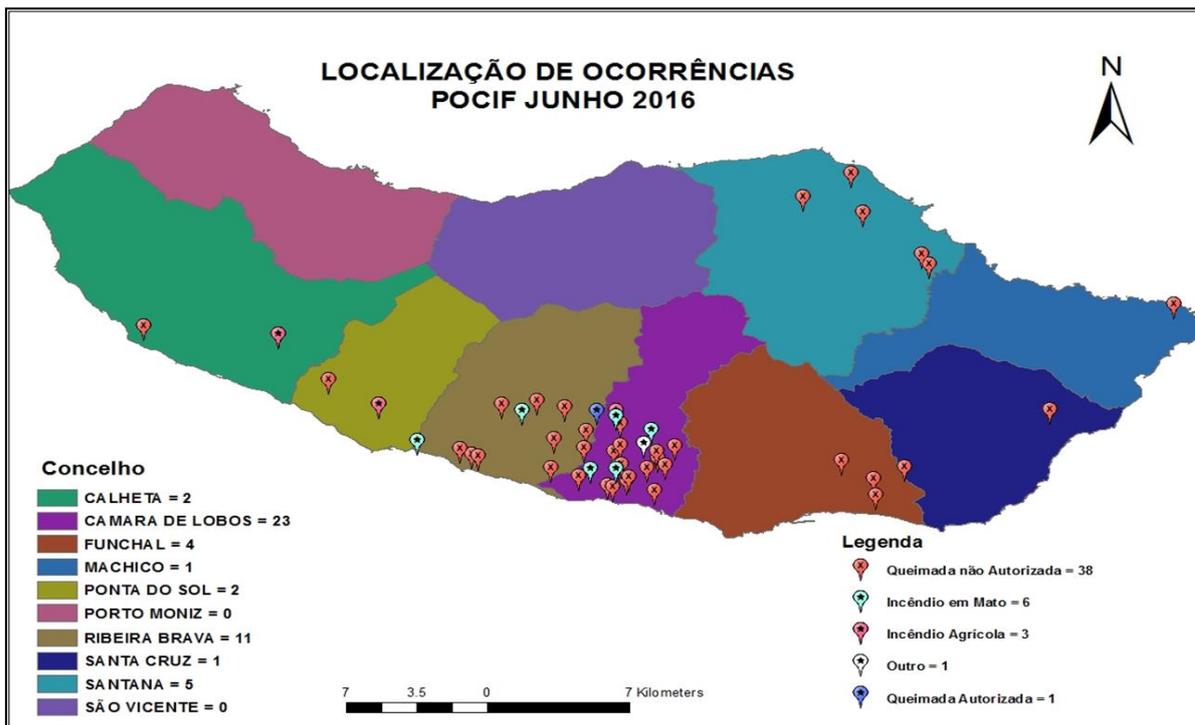


Fig. 1 – Localização das ocorrências POCIF mês de Junho 2016.

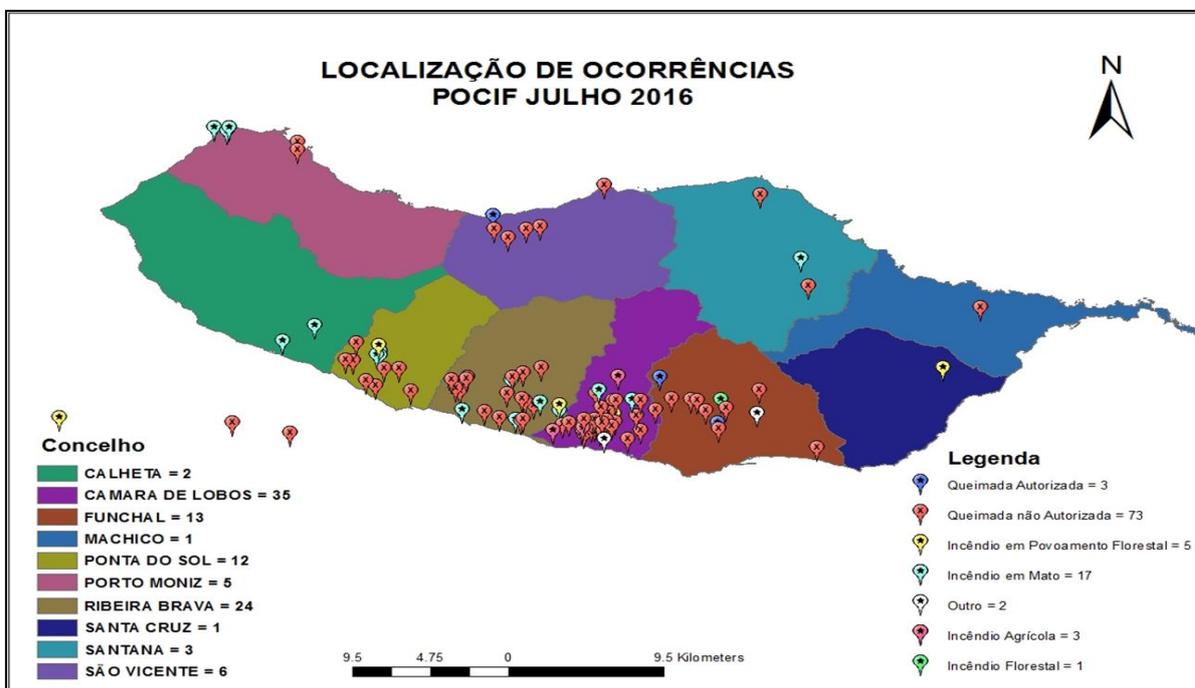


Fig. 2 – Localização das ocorrências POCIF mês de Julho 2016.

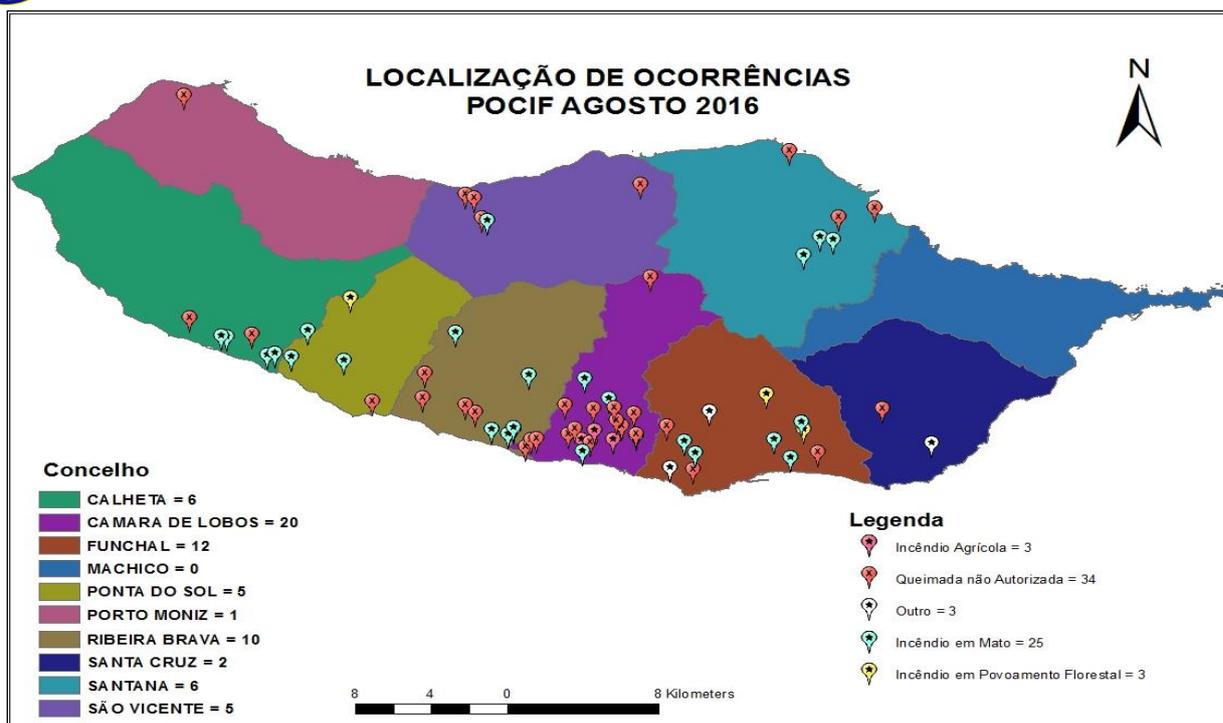


Fig. 3 – Localização das ocorrências POCIF mês de Agosto 2016.

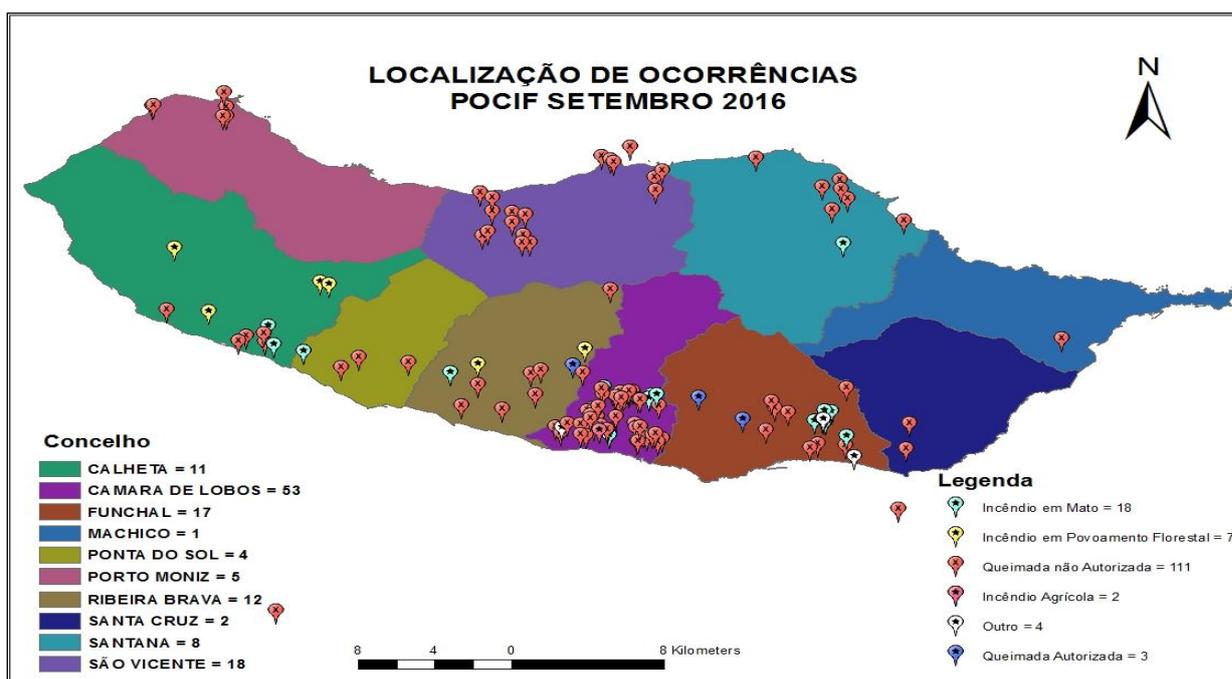


Fig. 4 – Localização das ocorrências POCIF mês de Setembro 2016.

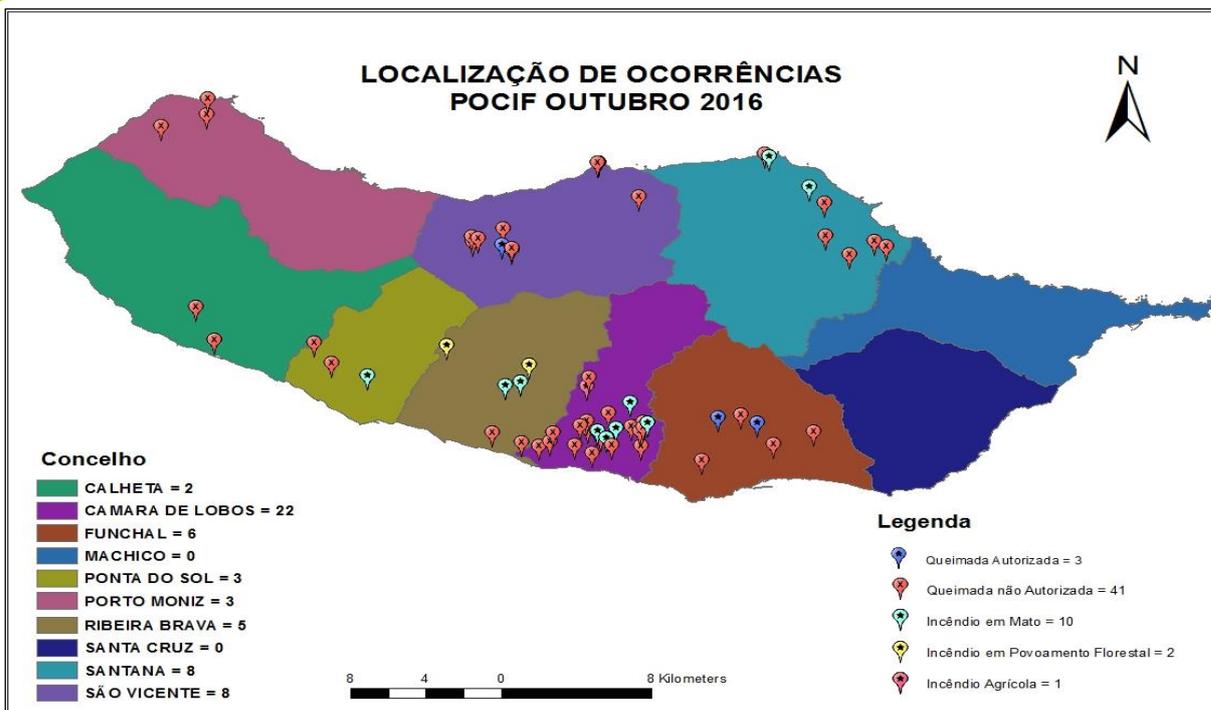


Fig. 5 – Localização das ocorrências POCIF mês de Outubro 2016.

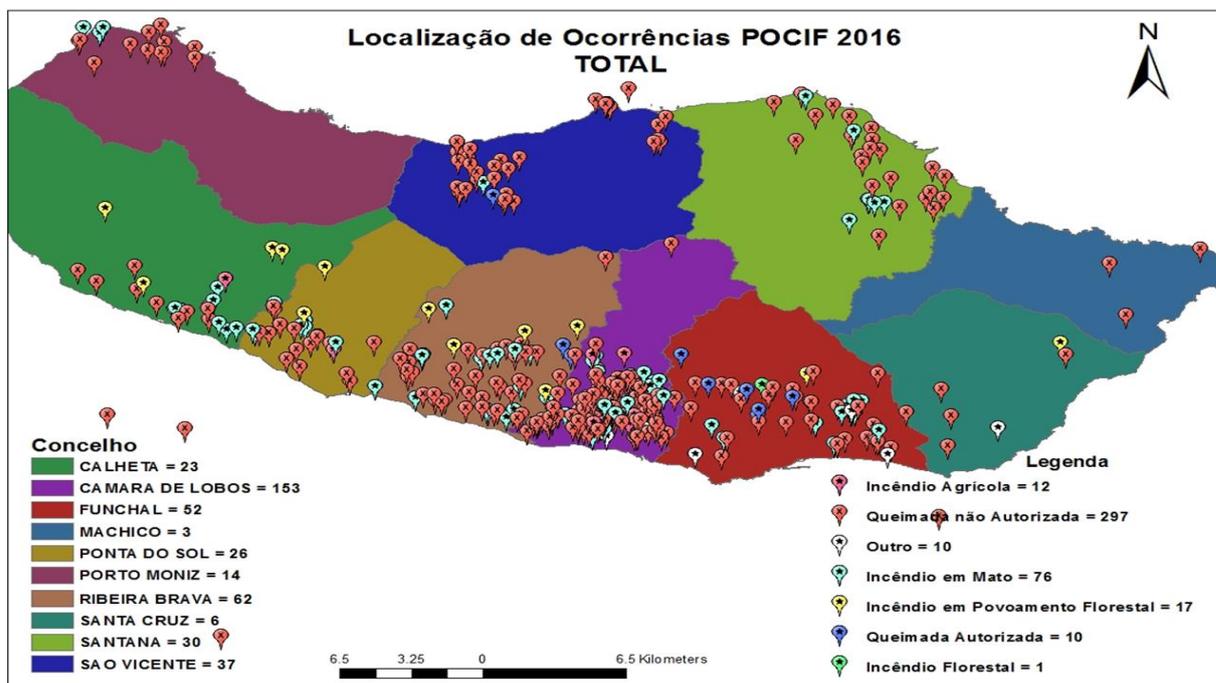


Fig. 6 – Localização das ocorrências POCIF mês de Outubro 2016.

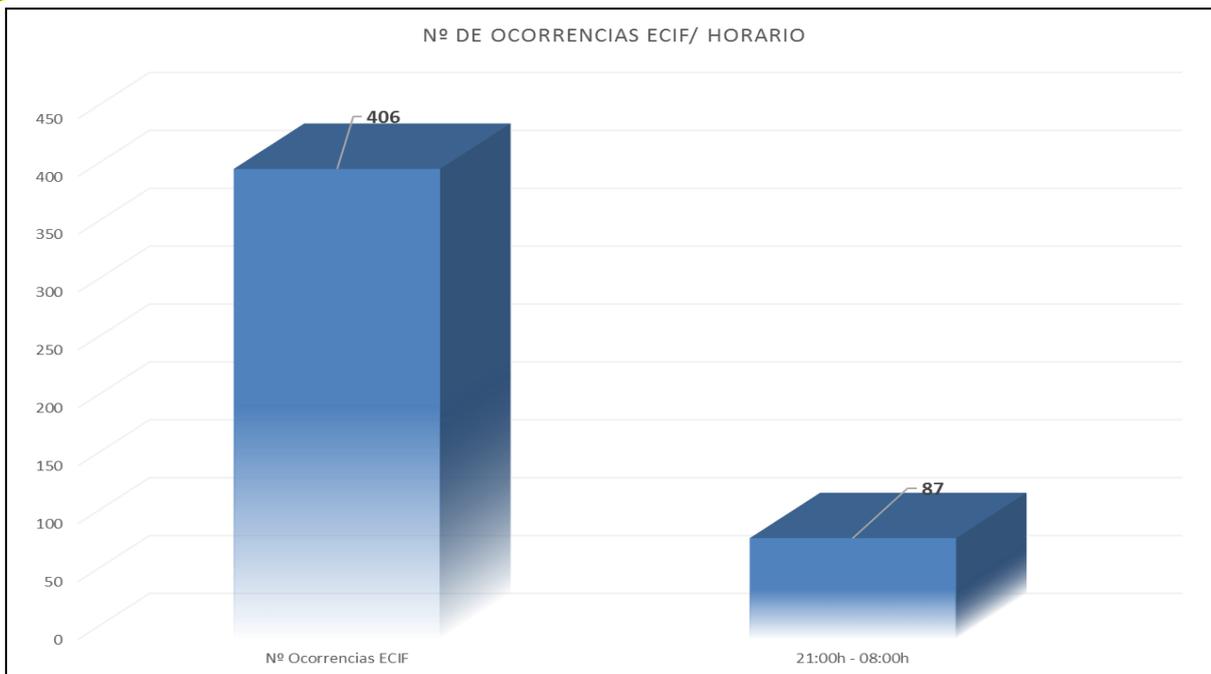


Gráfico 8 – Numero de Ocorrências durante o período POCIF / Horário

Com a adoção de novos modelos de preenchimento de relatórios finais e POSIT, através dos smartphones, foi possível também registar a hora em que foram identificadas as ocorrências pelas diversas equipas no terreno. O **gráfico 8** permite concluir que das 406 ocorrências registadas na plataforma (POCIFDigital), 87 dessas ocorreram entre as 21:00h e as 08:00h, ou seja cerca de 22% das ocorrências tiveram o seu início em horário em que as condições naturais, não são as adequadas para que essas ignições possam surgir, podendo concluir com isso que a probabilidade de estas estarem associadas a comportamentos humanos é elevada.

- **Grandes Incêndios no período de 08 a 13 de agosto de 2016 devido às condições extremas em termos de risco de incêndio rural**

O período 8 a 13 de agosto de 2016 está relacionado com os dois grandes incêndios de 2016 ocorridos no Funchal e na Calheta.



Fig. 3 - Estimativa (mão livre) da área afetada - Landsat 8 OLI TIRS de 11 de agosto

Teatro de Operações (TO) do Funchal

Desde o dia 08 de Agosto que foi estabelecido um Posto de Comando Operacional (PCO) no TO (S. Roque, junto ao polivalente) a partir do qual o CROS procedeu à gestão das operações. Na madrugada de dia 09 de Agosto esse TO mudou para a zona dos Viveiros (Hipermercado Modelo), e foi depois transferido para as instalações do SRPC na Cancela onde se manteve até final do dia 10, quando se deu o incêndio por extinto e se passou à fase de rescaldo e vigilância ativa.

Não pode deixar de se referir que a sala de operações do CROS esteve sempre ativada, garantindo a coordenação dos recursos empenhados quando o PCO nos TO não se encontrava ativo.

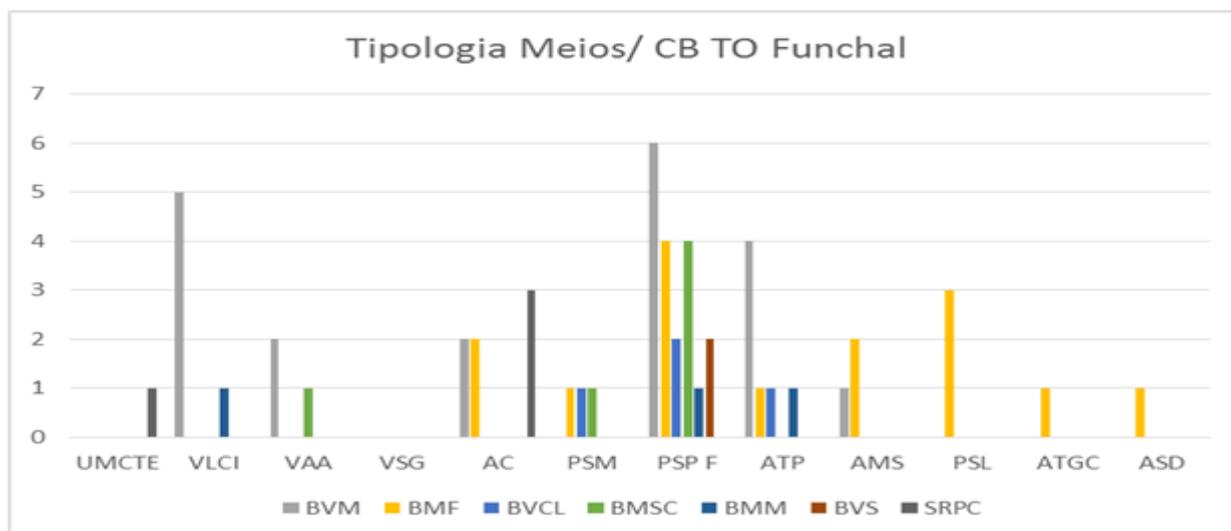
Teatro de Operações (TO) da Calheta

Desde o dia 10 até ao dia 13 de Agosto que o PCO foi estabelecido junto ao campo de futebol dos Prazeres, apesar do incêndio ter sido considerado extinto pelas 23H00 de dia 12 de Agosto. Deve salientar-se que neste TO e junto do PCO esteve sempre a

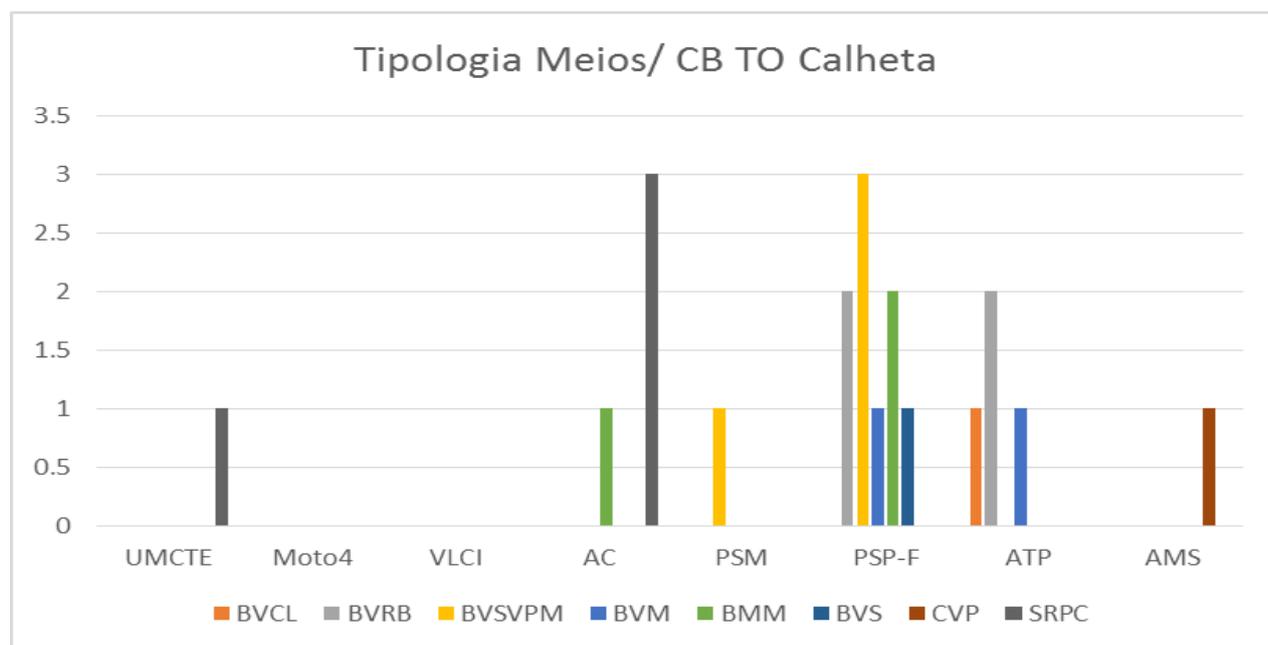
autoridade municipal de proteção civil, juntamente com o COS, o comandante da FOCON e o Comando Regional das Operações de Socorro/SRPC.

1.1 Recursos empenhados dos Corpos de Bombeiros

TO FUNCHAL (08 - 13 DE AGOSTO)								
Meios/Corporações	BVM	BMF	BVCL	BMSC	BMM	BVS	SRPC	Total
UMCTE	0	0	0	0	0	0	1	1
VLCI	5	0	0	0	1	0	0	6
VAA	2	0	0	1	0	0	0	3
VSG	0	0	0	0	0	0	0	0
AC	2	2	0	0	0	0	3	7
PSM	0	1	1	1	0	0	0	3
PSP F	6	4	2	4	1	2	0	19
ATP	4	1	1	0	1	0	0	7
AMS	1	2	0	0	0	0	0	3
PSL	0	3	0	0	0	0	0	3
ATGC	0	1	0	0	0	0	0	1
ASD	0	1	0	0	0	0	0	1
TOTAL	20	15	4	6	3	2	4	54

Quadro 2 – Total viaturas do DROR por tipologia, TO Funchal

TO Calheta (08 - 13 DE AGOSTO)

Meios/Corpo	BVC	BVCL	BVRB	BVSVPM	BVM	BMM	BVS	CVP	SRPC	Total
UMCTE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Moto4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
VLCI	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
AC	1	0	0	0	0	1	0	0	3	5
PSM	2	0	0	1	0	0	0	0	0	3
PSP-F	6	0	2	3	1	2	1	0	0	15
ATP	3	1	2	0	1	0	0	0	0	7
AMS	2	0	0	0	0	0	0	1	0	3
TOTAL	18	1	4	4	2	3	1	1	3	38

Quadro 3 - Total viaturas do DROR por tipologia, TO Calheta

Gráfico 6 – Total viaturas do DROR por tipologia, TO Calheta

- **Exercícios operacionais com a intervenção da estrutura Regional**
 - ✓ 25 de maio – Exercício da Central da Vitória
 - ✓ 15 de junho – Exercício da CLCM/SDM
 - ✓ 22 de setembro – Exercício do madeira Shopping
 - ✓ 14 a 17 de novembro - Exercício CPX 2016
 - ✓ 7 de dezembro – Exercício Aeroporto Porto Santo 2016

- **Treino operacional para as equipas de socorro e resgate em montanha, canyoning e intervenção em riscos tecnológicos**

Dando cumprimento à Diretiva Operacional Regional Nº1/2014, o Dispositivo de Resposta Operacional Regional cumpriu o Plano de Treinos Operacionais no socorro e resgate em montanha e canyoning, com a participação dos agentes de proteção civil de acordo com o quadro seguinte:

Nº Treinos Operacionais	Total de elementos participantes	Total de elementos participantes por entidade	
5	100	SRPC,IP-RAM/ EMIR	6
		Corporações Bombeiros	71
		PSP	10
		GNR	11

De salientar que este plano é desenvolvido ao longo do ano e com várias componentes: treino no corpo de bombeiros, posteriormente, treino conjunto com outras equipas em áreas de responsabilidade contíguas e por fim treinos, a nível regional.

3.2. DISPOSITIVO OPERACIONAL DE RESPOSTA DA RAM – DROR

O dispositivo de resposta operacional – DROR é assegurado pelas corporações de bombeiros da RAM, pela Delegação da Madeira da Cruz Vermelha Portuguesa, pelo Corpo Operacional do Sanas Madeira e pelos agentes de proteção civil identificados no n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2009, de 30 de junho, que aprova o Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira, que possam ser ativados.

A capacidade de intervenção operacional da componente permanente deste dispositivo, é constituída pelas corporações de bombeiros, Cruz Vermelha e SEMER, tem sido uma responsabilidade do SRPC, que desde sempre, tem assegurado a aquisição de quase todos os equipamentos, quer de proteção individual, quer coletivos, assim como viaturas operacionais, incluindo as ambulâncias de socorro – AMS.

Anualmente, através dos planos de aquisição e renovação, tem-se cumprido este desiderato, utilizando exclusivamente, as receitas oriundas das taxas de seguros, legalmente consignadas a este fim.

Nos últimos anos, devido às imposições definidas no PAEF, ao nível dos limites de investimento da região, tem impossibilitado a inserção orçamental da totalidade desta receita em despesas de capital, pelo que a sua utilização foi garantida, através de transferências para as instituições. Assim, para cumprimento dos planos anuais de aquisição, foram celebrados contratos programa e acordos de colaboração com as

entidades detentoras de corpos de bombeiros. Esta situação, muito embora tenha permitido o cumprimento daquele objetivo, revelou alguns inconvenientes, na medida em que se perderam as vantagens da economia de escala, aumentou a dificuldade em manter a uniformização dos equipamentos, para além dos problemas, ao nível do cumprimento do Código de Contratos Públicos, particularmente, por parte das associações de bombeiros voluntários, com células administrativas muito limitadas.

O quadro seguinte traduz o valor dos contratos programa e acordos celebrados e o seu nível de execução:

Entidade		Contrato Programa		Desvio
		Valor	Comprovativo de Despesa	
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Madeirenses	ABVM	16 000,00 €	16 004,14 €	4,14 €
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Câmara de Lobos	ABVCL	9 621,62 €	14 763,07 €	5 141,45 €
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Calheta	ABVC	8 324,32 €	8 353, 11 €	28,79 €
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de São Vicente e Porto Moniz	ABVSVPM	8 324,32 €	20 016, 50 €	11 692,18 €
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santana	ABVS	8 324,32 €	25 773,49 €	17 449,17 €
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Porto Santo	ABVPS	5 837,84 €	6 160,74 €	322,90 €
Câmara Municipal do Funchal	CMF	16 000,00 €	16 842,11 €	842,11 €
Câmara Municipal de Santa Cruz	CMSC	9 621,62 €	13 328,50 €	3 706,88 €
Câmara Municipal de Machico	CMM	9 621,62 €	10 097,79 €	476,17 €
Cruz Vermelha Portuguesa- Delegação da Madeira	CVP	9 621,62 €	0,00 €	0,00 €

3.3. INSPEÇÃO REGIONAL DE BOMBEIROS

3.3.1. Ações Inspetivas

Foi executado o plano anual de ações inspetivas em 2016 sob o formato apresentado no novo Regulamento destas ações.

Todas as Corporações foram objeto de uma ação inspetiva o que permitiu, para além de detetar algumas situações de não conformidade ou a merecer recomendações, identificar também oportunidades de melhoria a par de alguns exemplos de boas práticas que importa também salientar.

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, foi criado um boletim específico para as ações de correção e de melhoria, sendo o mesmo utilizado para a caracterização das situações detetadas e, sobretudo, para a apresentação das ações corretivas e de melhoria a implementar.

Os quadros que se seguem representam, respetivamente, as ações efetivamente realizadas, os relatórios emitidos e o planeamento relativo aos 3 quadrimestres do ano.

Quadro das Ações, Inspeções e relatórios realizados

QUADRO DAS AÇÕES INSPEÇÕES E RELATÓRIOS REALIZADOS											
CB	BVM	BVCL	BVRB	BVC	BVSVPM	BVS	BVPS	BMF	BMSC	BMM	RELATÓRIOS DA INSPEÇÃO ELABORADOS
Nº DE INSPEÇÕES	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	10 Relatórios de Inspeção Elaborados

Quadro do Nº de Ações Inspetivas por CB e Nº de relatórios elaborados neste âmbito

Mapa das Ações Inspetivas Realizadas em 2016

Corporação	OBJETIVO	DURAÇÃO HORAS	EQUIPA DE INSPEÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
BVCL	Funcionamento, organização operacional e formação; · Organização	6	Inspetor Regional de Bombeiros			02									
BVM		6				23									

Corporação	OBJETIVO	DURAÇÃO HORAS	EQUIPA DE INSPEÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
BVRB	administrativa e funcional;	6	Presidente do CD do SRPC, IP RAM				13								
BVC	Instrução e treino – exercícios práticos de	6	-Representante do SEMER					18							
BVS	avaliação do funcionamento de	6							15						
BVPS	de intervenção;	6								13					
BVSVPM	· Veículos e equipamentos;	6										07			
BMM	· Infraestruturas – espaços funcionais e operacionais	6										29			
BMSC		6											19		
BMF		6												09	

3.3.2. Planos de Instrução dos Corpos de Bombeiros da RAM

A formação contínua, através dos Planos de Instrução, visa o treino e o saber fazer, pelo aperfeiçoamento permanente dos conhecimentos adquiridos do pessoal dos corpos de bombeiros nas ações de formação. A instrução do pessoal dos corpos de bombeiros é ministrada sob a direção e orientação do respetivo Comandante, de acordo com programa previamente estabelecido e aprovado pelo SRPC, IP-RAM, sem prejuízo da necessária articulação com os programas definidos pela ANPC. Os Corpos de Bombeiros remetem os Planos de Instrução, em papel ou por correio eletrónico, à Inspeção Regional de Bombeiros, até 31 de dezembro de cada ano, que após verificação procede à respetiva validação e monitoriza o seu cumprimento.

3.3.3. O Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses – RNBP

O regime jurídico dos corpos de bombeiros da Região Autónoma da Madeira regulado através do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/M, na redação dada pelo DLR 14/2016/M, de 11 de março, que adaptou à região o Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 248/2012 de 21 de novembro, prevê no seu artigo 28º a existência do Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses (RNBP), de forma a incorporar a informação relevante que respeita ao registo dos bombeiros.

O Decreto-Lei n.º 49/2008, de 14 de março, veio regular a criação e manutenção do RNBP, definindo os termos de implementação e funcionamento da base de dados de suporte, incluindo as regras de registo e acesso a dados pessoais, bem como as responsabilidades da Autoridade Nacional de Proteção Civil e das entidades detentoras dos corpos de bombeiros, designadamente câmaras municipais, associações humanitárias de bombeiros e entidades ou empresas detentoras de corpos privados.

Desde a implementação do RNBP na RAM, o seu funcionamento e utilização, a obtenção de informações mais claras e reais das corporações de bombeiros e dos elementos que as constituem. A obrigatoriedade de um acompanhamento rigoroso à plataforma RNBP, permitiu o acompanhamento de todas as fases dos processos relativos aos corpos de bombeiros e os procedimentos realizados, quer ao nível da plataforma RNBP como também na instrução dos processos físicos. Com isto, pretendeu-se, um maior rigor nas informações relacionadas com os corpos de bombeiros, desde a gestão, à informação, à execução de alguns procedimentos, disponibilizando um acompanhamento direto às corporações de bombeiros na resolução dos processos.

3.3.3.1. A Plataforma do RNBP

O RNBP é constituído por um suporte aplicacional e uma base de dados central, residentes na ANPC, a que tem acesso, via Internet, as várias entidades com competências de acesso, que na Região são: o Serviço Regional de Proteção Civil da Madeira, as entidades detentoras e os corpos de bombeiros.

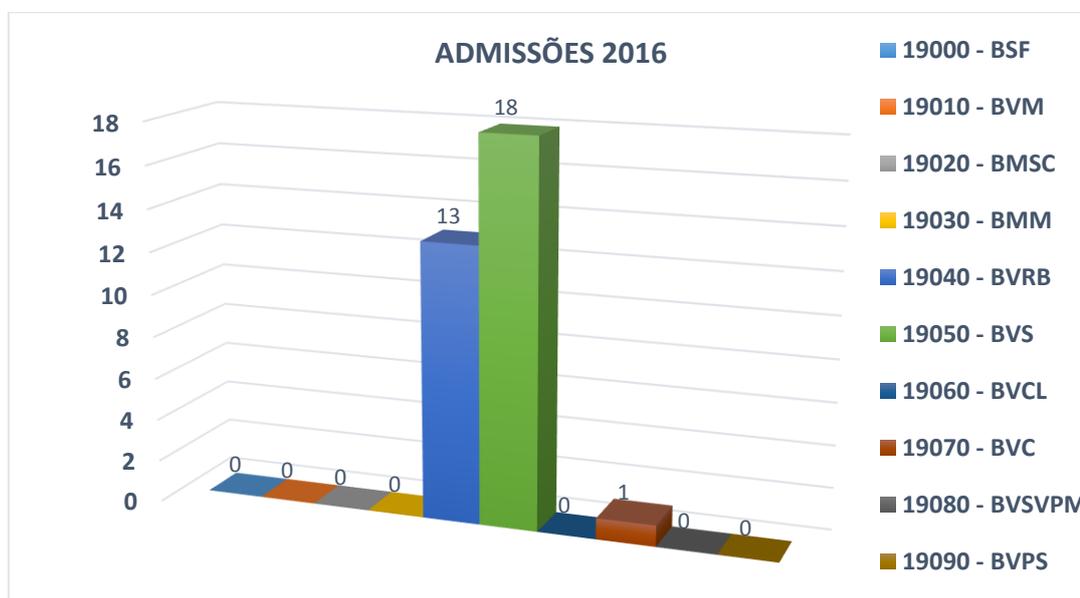
A base de dados integra uma série de elementos de informação relativos aos bombeiros que são fundamentais para a:

- a) Gestão dos efetivos dos quadros de comando, ativo, de reserva e de honra;
- b) Gestão da atividade operacional e formativa dos bombeiros;
- c) Processamento dos reembolsos relativos ao seguro social, segurança social, taxas e a outros direitos e regalias atribuídos na lei aos bombeiros;

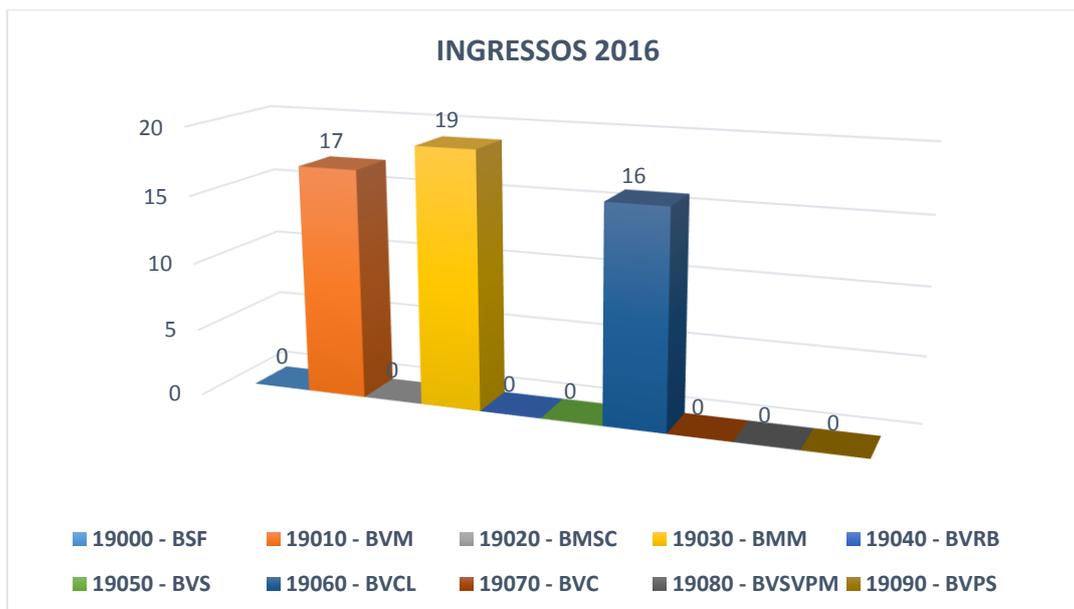
- d) Verificação da informação relativa a seguros de acidentes pessoais dos bombeiros;
- e) Emissão do cartão de identificação de bombeiro;
- f) Emissão de declarações e certificados previstos na lei, relativos à situação e atividade dos bombeiros.

- **Análise aos diferentes tipos de eventos na RAM em 2016**

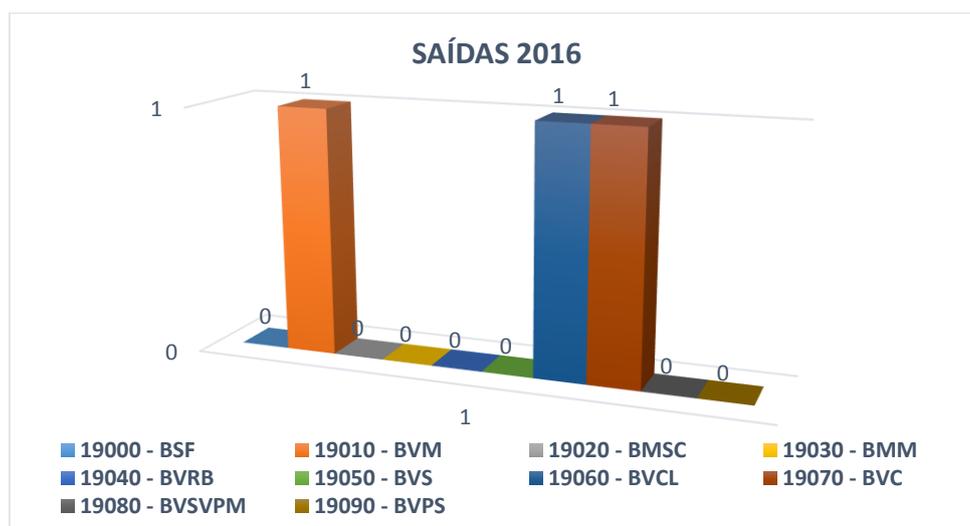
Alguns eventos, pelo seu significado e repercussão na capacidade de resposta do núcleo do Dispositivo de Resposta Operacional tutelado pelo SRPC IP-RAM, são de seguida assinalados através dos seguintes gráficos:



Número de admissões registadas na plataforma RNBP por CB - Data a partir da qual o bombeiro se inscreve no CB. A admissão apenas pode ser efetuada nas categorias de oficial bombeiro estagiário, estagiário, cadete ou infante, dependendo da idade do bombeiro



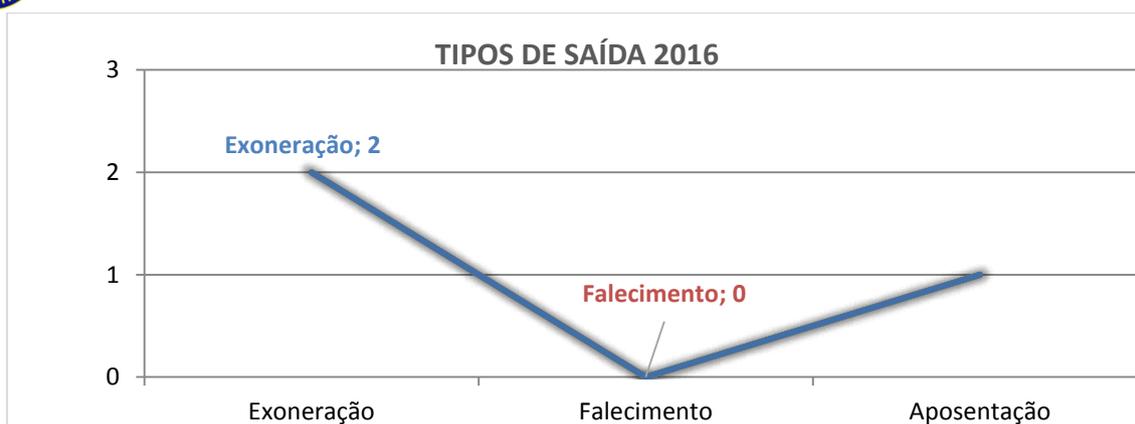
Número de ingressos registados na plataforma RNB/CB - Data de ingresso na carreira. O ingresso apenas pode ser feito nas categorias de bombeiro de 3ª ou oficial bombeiro de 2ª.



Número de Saídas registadas na plataforma RNB/CB

Este evento assinala o afastamento definitivo do bombeiro do CB. Pode acontecer por cinco motivos:

- Exoneração;
- Falecimento;
- Aposentação;
- Demissão;
- Ingresso não concluído.

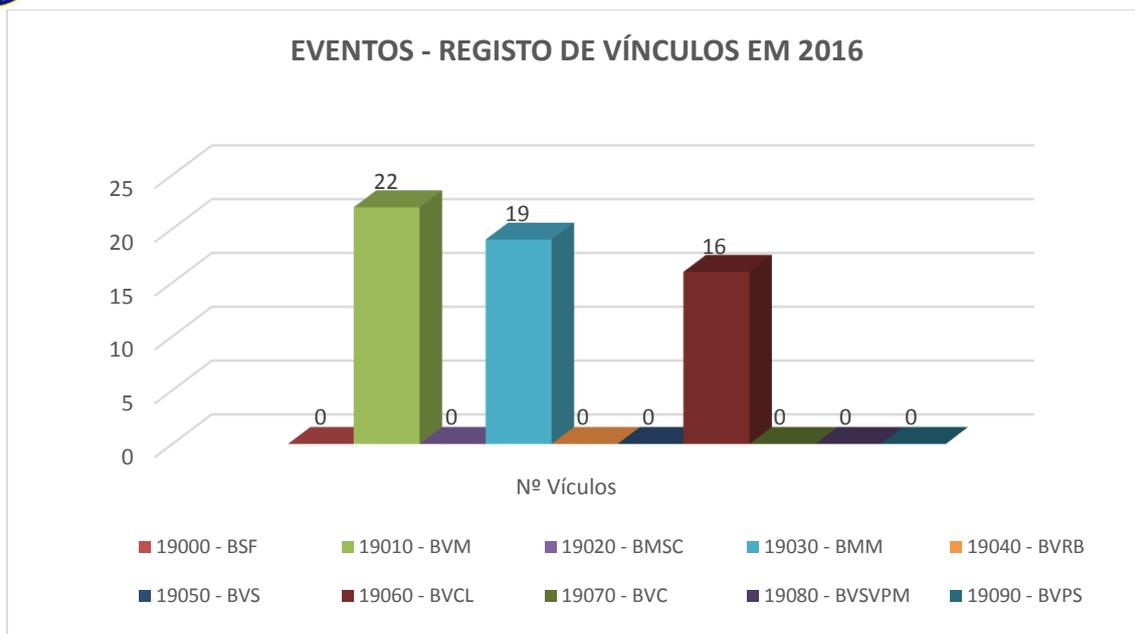


Tipos de saída registadas na plataforma RNB

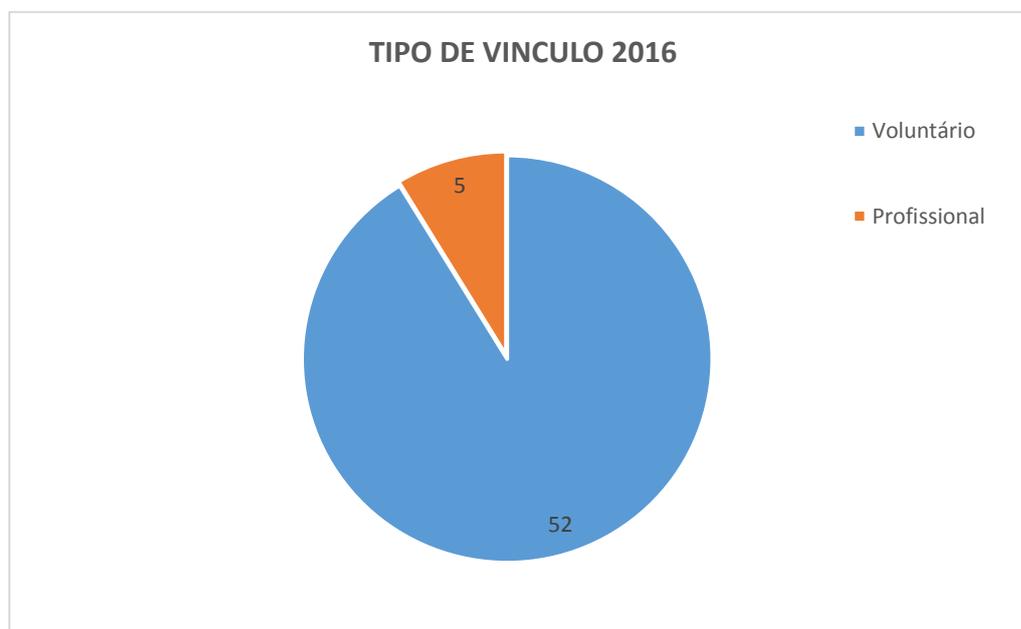


Número de promoções registadas na plataforma RNB por CB

As dificuldades financeiras das entidades detentoras de corpos de bombeiros, determinaram a inexistência de promoções durante alguns anos, com repercussões no nível motivacional dos elementos dos CB. É uma situação a ter em consideração futuramente.



Número de registos de novos vínculos em 2016 - Os “vínculos” servem para registar o tipo de ligação com o Corpo de Bombeiros/Entidade Detentora do CB.



Tipo e Número de registos de novos vínculos em 2016.

3.3.3.2. Fiscalização do Cumprimento do Serviço Operacional

Os procedimentos a adotar para a inserção do Serviço Operacional na plataforma RNBP, foram analisados pela Inspeção Regional de Bombeiros, de modo a criar mecanismos que facilitassem a execução do mesmo.

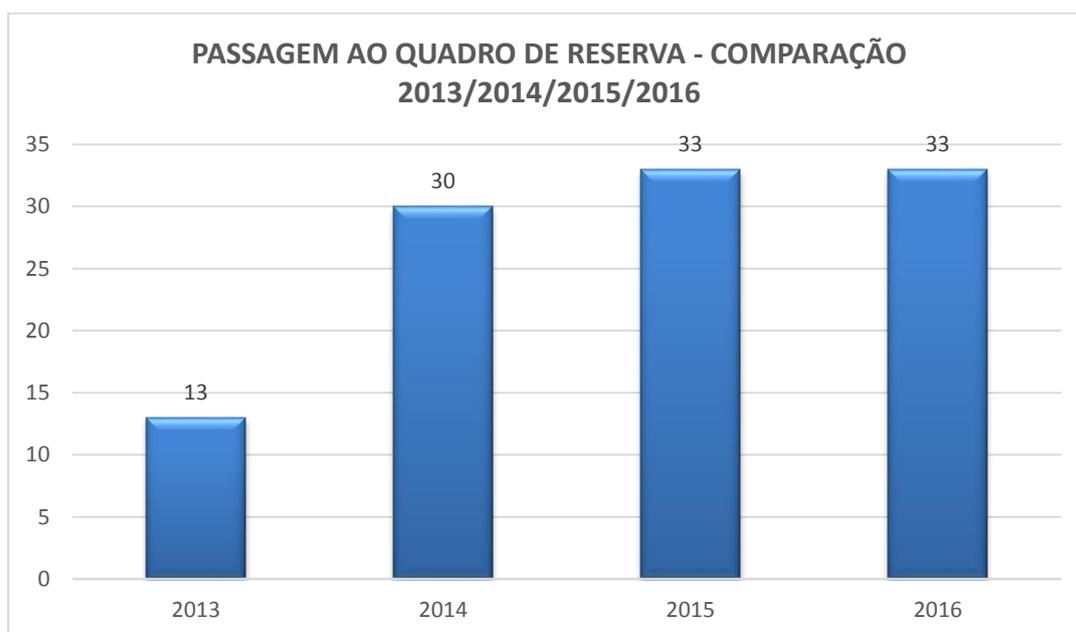
Visto ser um processo moroso e com procedimentos definidos e concretos, foi elaborado uma **Norma de Execução Permanente – NEP 01/2013 – Cumprimento do Serviço Operacional** que tem sofrido os necessários ajustamentos.

3.3.3.3. Análise e verificação da inserção do S.O. na Plataforma RNBP

Deste modo a fiscalização do cumprimento do S.O. realizou-se mensalmente, através:

- ✓ Verificação da inserção do S.O. na plataforma RNBP; **(Não executado)**
- ✓ Envio por correio eletrónico dos dados inseridos através do ficheiro Excel criado para o efeito; **(Não executado)**
- ✓ Verificação e análise do ficheiro e comparação com os dados inseridos na plataforma; **(Não executado)**
- ✓ Relatórios Mensais; **(Não executado)**
- ✓ Relatório Semestral; **(Não executado)**
- ✓ Relatórios de Fim de Ciclo. **(Não executado)**

3.3.3.4. Comparação da Passagem ao Quadro de Reserva em 2013, 2014, 2015 e 2016



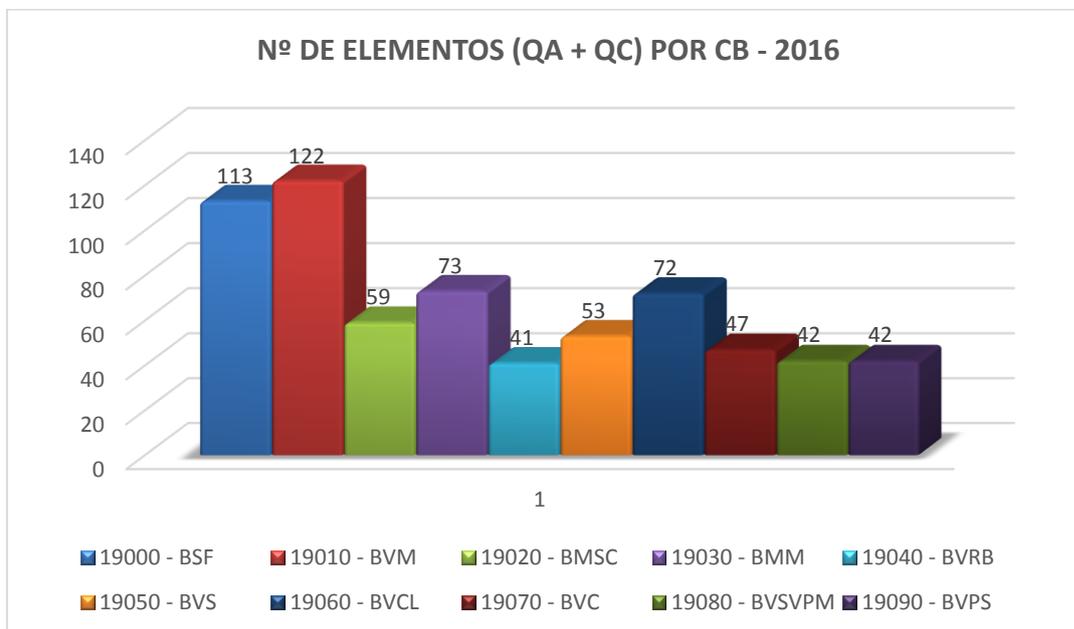
Comparação entre os anos de 2013, 2014, 2015 e 2016

Contrariamente à ideia que os dados nos possam indicar, em que verificamos um claro aumento nas passagens ao Quadro de Reserva motivado pelo incumprimento do Serviço Operacional, a verdade é que este aumento resultou do trabalho rigoroso que tem sido feito nesta matéria. No passado, se verificarmos o ano de 2013, em que a inserção de S.O. na plataforma RBNP ainda não estava implementada na região, os casos de passagem ao Quadro de Reserva eram inexistentes, o que indicava, que apesar do incumprimento, continuavam a ocupar as vagas do Quadro de Pessoal da Corporação e a beneficiar, injustamente, do tempo para a contagem de antiguidade.

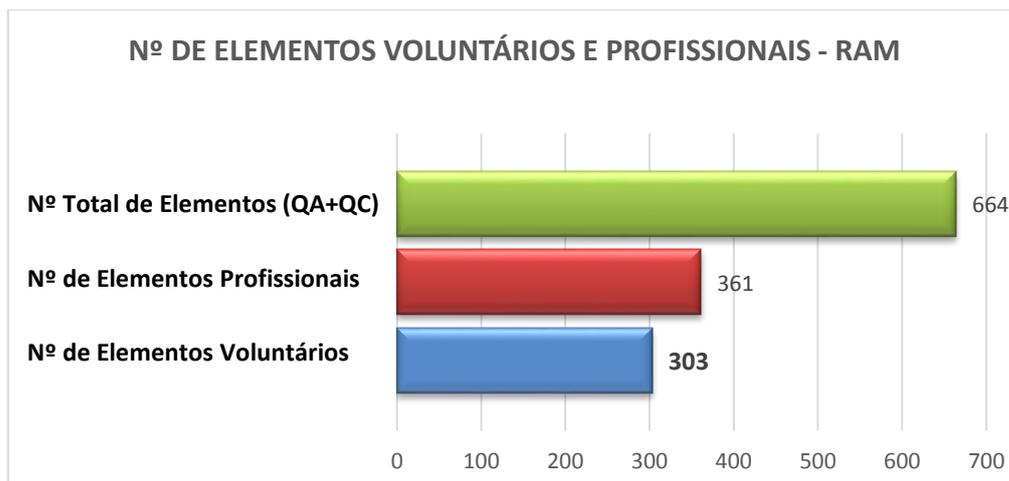
3.3.3.5. Fiscalização e Acompanhamento das Corporações de Bombeiros

Associações Humanitárias	Câmaras Municipais
BVM - Bombeiros Voluntários Madeirenses	BMF - Bombeiros Municipais do Funchal
BVCL - Bombeiros Voluntários de Câmara de Lobos	BMSC - Bombeiros Municipais de Santa Cruz
BVRB - Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava	BMM - Bombeiros Municipais de Machico.
BVC - Bombeiros Voluntários da Calheta	
BVSVPM - Bombeiros Voluntários de São Vicente e Porto Moniz	
BVS - Bombeiros Voluntários de Santana	
BVPS - Bombeiros Voluntários de Porto Santo	

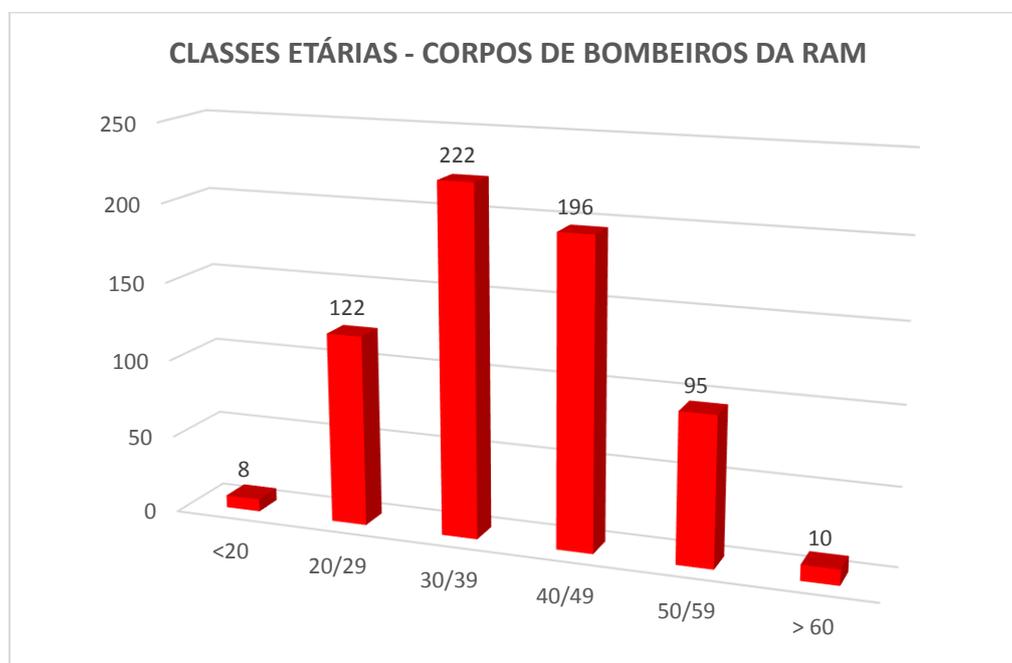
3.3.3.6. Demografia dos Bombeiros da RAM



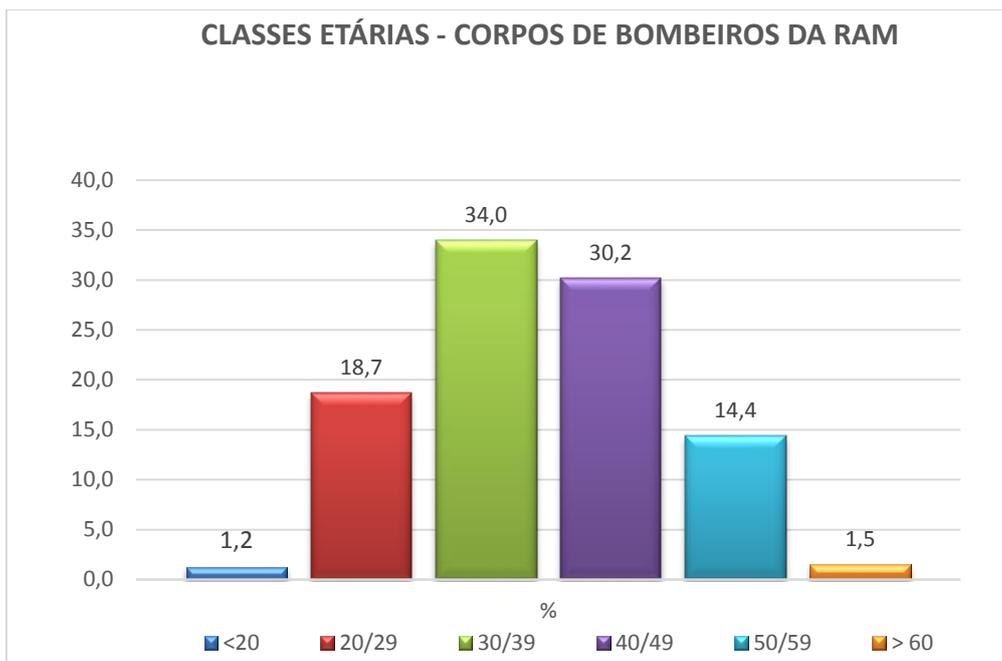
N.º de bombeiros nos Quadros Ativo e de Comando dos CB da RAM



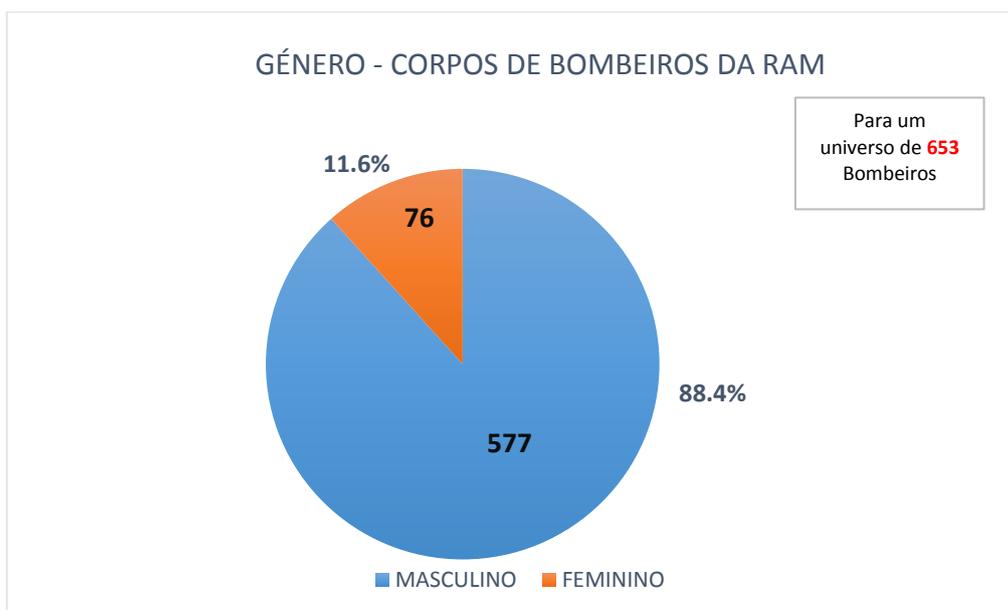
N.º total de bombeiros voluntários e profissionais nos CB da RAM



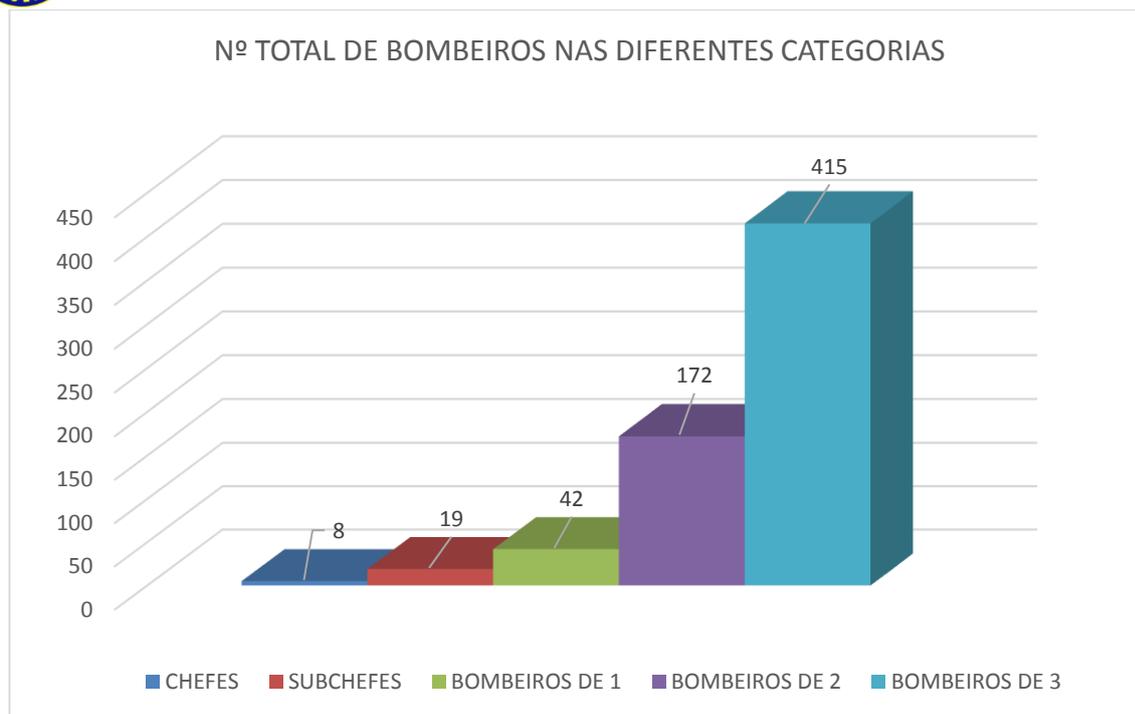
Classes etárias do total dos bombeiros da RAM



Percentagem das Classes etárias do total dos bombeiros da RAM.



Comparação do N.º de bombeiros por género.



N.º total de bombeiros nas diferentes categorias dos CB da RAM.

3.4. SEMER

3.4.1. A Emergência Pré-Hospitalar

O SEMER é o serviço responsável por garantir a prestação do socorro medicalizado de emergência pré-hospitalar e orientar e coordenar a prestação do socorro não medicalizado concomitante, através da atividade dos vários agentes que intervêm na emergência pré-hospitalar. Elabora protocolos/normas na área da emergência pré-Hospitalar; coordena os pedidos de socorro / prestação no pré-hospitalar; define as necessidades em recursos humanos e materiais; forma, supervisiona e certifica Bombeiros, Médicos, Enfermeiros e ou outros Agentes de Proteção Civil; promove, fomenta e dinamiza o acesso de toda a população aos programas implementados.

3.4.2. Atividade Operacional



Na sua vertente medicalizada, através da sua componente operacional EMIR, interveio diretamente em diversas ocorrências, no âmbito da emergência pré-hospitalar, fez o acompanhamento de outras, no sentido incidente/centro de saúde/hospital, facultando as orientações necessárias, assim como, o aconselhamento dos diversos técnicos de saúde.

No quadro seguinte podemos observar a atividade por semestre:

Ocorrências de Emergência Pré-Hospitalar	Ocorrências com Acionamento da Emir	Ocorrências acompanhadas por EMIR/CROS
1º Semestre		
16494	405	1126
2º Semestre		
17003	465	1068
TOTAL		
33497	870	2194

O modelo de funcionamento da Equipa Médica de Intervenção Rápida (EMIR) permaneceu inalterado, ou seja, uma equipa constituída por um médico e um enfermeiro, em prontidão 24 horas por dia, assegurando-se a entrada em operação de outras equipas, sempre que as situações de emergência a tal obriguem. A equipa é composta por 27 elementos, 12 enfermeiros e 15 médicos.

3.4.3. Atividade Formativa

No âmbito da formação, integra o núcleo de formadores do Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros, na vertente Saúde, garantindo o leccionamento de Cursos de Tripulante de Ambulância de Socorro - TAS e Recertificações de TAS, Cursos de Tripulante da Ambulância de Transporte - TAT, Recertificações de TAT, bem como a participação nas recertificações dos cursos de Desencarceramento. Através do seguinte quadro, as ações realizadas neste âmbito aos agentes de socorro do pré-hospitalar.

DESIGNAÇÃO	CURSOS	DATA	PARTICIPANTES
TAS	0		0
TAS REC	3	maio, outubro, novembro	51
TAT NIVEL 1	4	março, junho, julho, dezembro	62
SBV DAE	7	Janeiro, abril, outubro, dezembro	92
TOTAIS	14		205

*Integrados noutros cursos

Ainda na sua vertente formativa, os operacionais do SEMER colaboraram na formação de médicos e enfermeiros dos centros de saúde da RAM. As formações de SAV e REC SAV ministradas a estes profissionais estão mencionadas no quadro seguinte:

SAV REC e SAV - ENFERMEIROS E MÉDICOS			
	DESIGNAÇÃO	CURSOS	PARTICIPANTES
Enf ^o	REC-SAV	5	100
	SAV	2	
Médicos	REC-SAV-	1	15
	TOTAIS	8	115

Tendo por base os relatórios de apreciação global de cada ação formativa, foram relatados níveis de satisfação excelentes, quer ao nível da organização e funcionamento, quer ao nível dos desempenhos dos formadores.

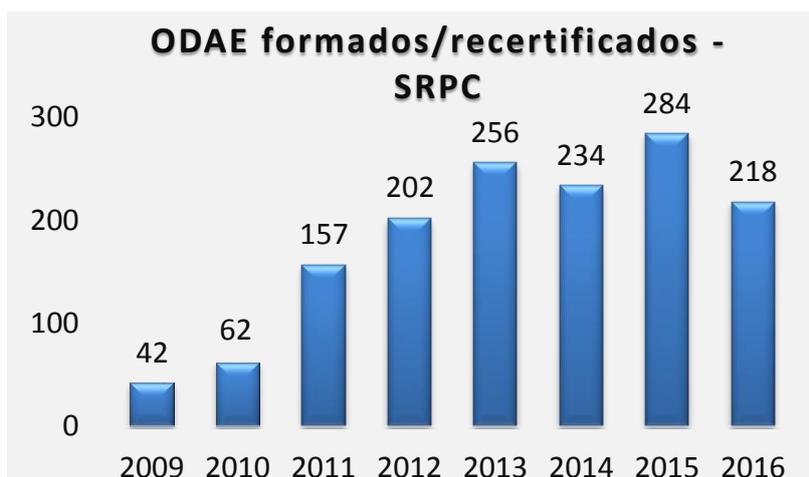
3.4.4. Desfibrilhação Automática Externa

Relativamente à Desfibrilhação Automática Externa (DAE), indo de encontro ao objetivo nuclear do Programa Regional, procurou-se formar novos agentes de socorro nesta vertente, bem como a entidades privadas que assim o solicitaram. Totalizaram-se 18 módulos de SBV-DAE isolados/integrados nas formações de agentes de proteção civil com a formação/recertificação de 218 operacionais.

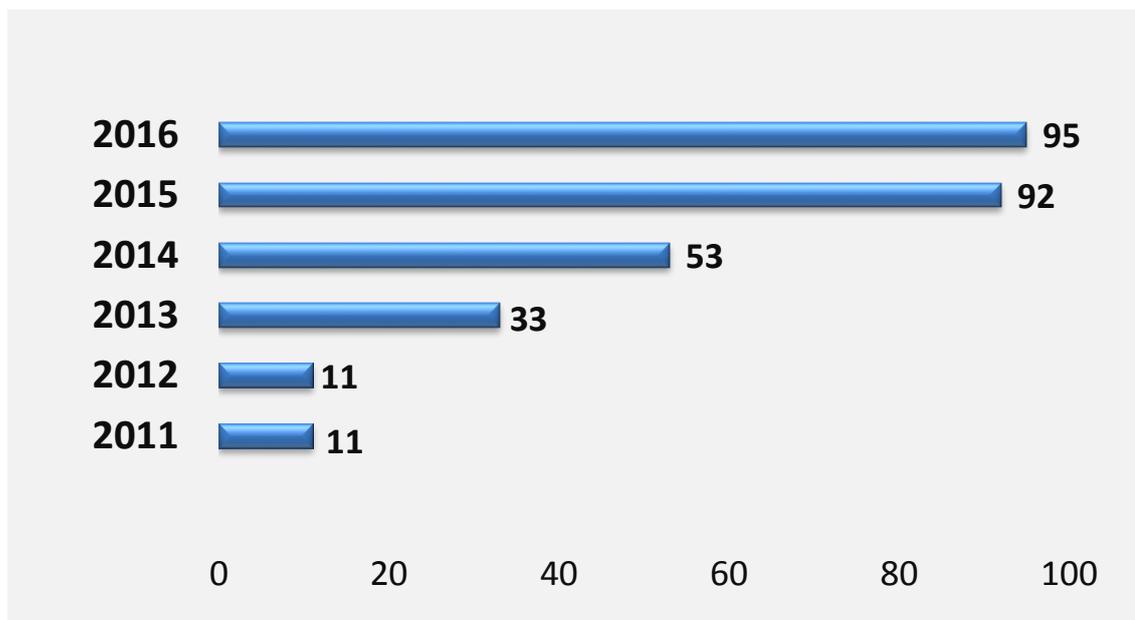
Em 2016 foram emitidos pareceres favoráveis a todos os pedidos de licenciamento que garantiam as condições prévias para tal. Assim, foram licenciadas 4 novas entidades em 6 novos espaços privados, e foi licenciada uma nova entidade formadora.

Em 2016 a RAM contabilizava 1876 Operadores de Desfibrilhador Automático Externo (ODAE), dos quais 81 foram formados por várias entidades privadas.

Em termos gerais ficaram capacitados como operadores de DAE (ODAE) cerca de 218 elementos, entre os novos e os que fizeram recertificações, como se observa no seguinte gráfico:



A Coordenação do PRDAE continuou a sua missão de familiarizar os diversos agentes do socorro pré-hospitalar com a problemática da desfibrilhação, promovendo ações de formação nas diversas Corporações de Bombeiros da RAM. Em relação às ativações de DAE, em 2016 registou-se um aumento significativo traduzindo, também, uma cada vez mais eficiente difusão do PRDAE no terreno:



3.4.5. Equipamentos

Relativamente aos equipamentos, e dando seguimento ao trabalho realizado no ano anterior, foram abatidos equipamentos e feitas novas aquisições.

Os equipamentos que atualmente fazem parte do cativo das viaturas EMIR, dão resposta à equipagem de 3 viaturas, em caso de emergência.

3.4.6. Outras Atividades

O SEMER, na sua vasta componente operacional em 2016 englobou:

- Controlo de auditoria e reposição das malas medicalizadas das AMS e das malas extras de emergência que se encontram no SRPC IP RAM;
- Participação no plano de contenção vírus ébola;
- Acompanhamento das visitas ao SRPC IP RAM, nas áreas do SEMER;
- Acompanhamento das vistorias de todas as AMS da RAM;
- Acompanhamento das auditorias ao PRDAE;
- Colaboração na elaboração do PREPCRAM;

- Substituição de alguns equipamentos e medicação usados nas ambulâncias. (kits partos, pás de DAE, baterias de DAE);
- Promoção de acreditação a entidades formativas;
- Elaboração de relatórios para fins judiciais, quando solicitados

3.4.7. Visitas ao SEMER

Integrando as campanhas de informação e sensibilização levadas a cabo pelo SRPC, o SEMER assegurou a receção das várias instituições que visitaram as instalações do serviço, mostrando as suas componentes operacionais:

3.4.8. Projeção de EMIR para o Porto Santo durante o Verão

Em 2016, a EMIR assegurou a sua missão de operacionalidade na ilha do Porto Santo, onde manteve de 17 de julho a 11 de setembro, 2 equipas da EMIR, para cobertura das situações de emergência e acompanhamento de doentes no Centro de Saúde.

3.4.9. Participação em Iniciativas com Entidades Diversas

O SEMER participou em várias iniciativas, realizadas por diversas entidades, especialmente exercícios/simulacros, sendo algumas, de índole desportiva:

- Simulacro no Aeroporto do Porto Santo;
- Simulação nos Centros de Saúde – acompanhamento do CSCM;
- Treinos de elementos EMIR integrados nas equipas de resgate em Montanha e Canyon;
- Flash Mob de sensibilização para o Suporte Básico de Vida nos três principais centros comerciais do Funchal, em parceria com o ginásio Aquagymn;
- Ação de sensibilização para o Suporte Básico de vida na praia do Porto Santo;
- Formação de colaboradores do C Sport Marítimo em Suporte Básico de Vida e DAE.

3.4.10. Estágios

O SEMER, através da sua componente operacional EMIR, promove uma prática de saúde que envolve a emergência pré-hospitalar. Este campo de assistência proporciona aos elementos, uma prática para situações graves, em que o conhecimento e a destreza são fundamentais para o desempenho diário das atividades de assistência em saúde, para médicos e enfermeiros.

Os pedidos de estágio para os elementos destas 2 classes profissionais têm sido permitidas, acompanhando as equipas de emergência que, de uma forma muito pedagógica, preparam assim, novos profissionais para desafios que desconheciam. No ano 2016 foram realizados 6 estágios na EMIR em contexto de Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica, e um estágio de enriquecimento curricular de uma médica de saúde pública.

3.5. CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO

3.5.1. Informação e Sensibilização

A segurança das populações depende da capacidade para informar e sensibilizar relativamente a comportamentos que devam ser referência para o seu dia-a-dia. Nesta conformidade o SRPC IP-RAM está envolvido em vários projetos, em parcerias com outras entidades:

Projeto - Segurança em Casa, na Rua e na Escola

Em parceria com a Secretaria Regional da Educação, é um projeto de proximidade com todos os intervenientes no meio escolar – alunos, docentes e não docentes- e com os pais e/ou encarregados de educação que, depois de 2010, tem sido o garante da mudança de atitude e de comportamento por parte da população. Em termos de intervenções e universo abrangido, a figura abaixo é disso exemplo.

Ano	Alunos	Docentes	N/Docentes	Paise Enc Ed	Deleg/ Subdeleg	Sessões	TOTAL
2010/15	15345	6014	3409	2778	1466	648	29012
2016	3119	1078	623	278	-		5178
Total	18544	7092	4032	3056	1466	648	34190

Projeto Educação para a Segurança e Prevenção dos Riscos

Este projeto constitui uma área curricular criada pela Secretaria Regional de Educação (SRE), contemplando 7 subtemas, que é implementada nas escolas do 1º, 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico. Alguns dos subtemas estão relacionados com a segurança e Proteção Civil, sendo abordados anualmente em todas as turmas.

O SRPC, enquanto interveniente ativo, presta apoio direto e indireto ao projeto elaborando materiais didáticos usados nos temas relacionados com a Proteção Civil, ministrando formação aos Delegados de Segurança, apoiando a elaboração de Planos de Prevenção e Emergência, colaborando na realização de exercícios internos e intervindo na realização de palestras.

No âmbito deste projeto, a sensibilização chega todos os anos aos alunos entre o 1º ao 9º ano (cerca de 24000 alunos nos estabelecimentos públicos) recebendo cada aluno várias sessões (de 45min cada). São também sensibilizados elementos docentes e não docentes das escolas.

Voluntariado Local

O SRPC, em parceria com as delegações da Madeira da ANAFRE e da Cruz Vermelha Portuguesa e a Casa do Voluntário e no âmbito da operacionalização do PREPCRAM, iniciou um projeto com vista à criação de grupos de cidadãos voluntários, afetos às Juntas de Freguesia da Região Autónoma da Madeira, que possam dar o seu contributo,



em situações de emergência ou acidentes graves, promovendo a realização de pequenos cursos, orientados para melhorar a identificação dos principais riscos e recomendações gerais de segurança, assim como as medidas de prevenção e autoproteção, ajustadas a cada área geográfica. Já foram realizadas 5 ações para cerca de 90 pessoas, sendo um projeto de longo prazo, que prevê a realização de ações na maioria das juntas de freguesia (54).

Instituições de apoio Social- Lares da 3ª Idade

Com a intenção de garantir um melhor conhecimento das medidas de autoproteção aos trabalhadores e colaboradores destas instituições, aumentando, desta forma, os seus níveis de segurança, em 2016, deu-se início a este projeto, tendo já sido realizadas intervenções em **2 Lares para um universo de 162 pessoas**.

Dia da Proteção Civil - Exposição, na Praça do Povo

Nesta atividade estiveram envolvidas mais de 200 pessoas, das várias organizações e instituições ligadas à proteção e socorro na RAM.

A exposição, realizada no dia 04 de março na Praça do Mar, foi visitada por mais de 700 alunos e cerca de 50 professores de vários estabelecimentos de ensino da RAM, além da grande afluência de populares, durante todo o dia.

Dia da Defesa Nacional

Em coordenação com o Ministério da Defesa Nacional, o SRPC participou, nos últimos 3 anos, no programa do Dia da Defesa Nacional que teve lugar nas instalações do RG 3, através de uma pequena intervenção sobre a proteção civil, acompanhada por uma exposição de meios de intervenção em situações de emergência. Em 2016, esta participação teve a duração de 26 dias e foi vocacionada para um universo de 2427 jovens oriundos de todos os concelhos da Região.

Conversas á tarde com idosos



Este projeto, teve início no mês de julho, com o objetivo de intervir junto da população idosa que vive sozinha, em casas ou apartamentos de bairros sociais, para sensibilizar e esclarecer essas pessoas sobre medidas e comportamentos face a determinado tipo de riscos. Realizado em parceria com o IHM, irá intervir, numa 1ª fase, nos bairros sociais implantados na malha urbana, alargando-se depois a outras zonas. No ano 2016 foram realizadas 3 sessões para 39 pessoas.

3.5.2. Formação

O Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros consubstancia as atribuições do SRPC IP-RAM, na formação dos bombeiros e outros agentes de proteção civil, da Região Autónoma da Madeira. A oferta de cursos, sustentada por um núcleo de **35 formadores**, certificados pela Escola Nacional de Bombeiros, está distribuída pelas seguintes áreas técnicas:

- Salvamento e Desencarceramento;
- Incêndios Florestais;
- Incêndios Urbanos e Industriais;
- Socorro e Resgate em Montanha e Canyoning;
- Matérias Perigosas;

Para os cursos no âmbito da **Emergência Pré-hospitalar**, a formação é assegurada por um grupo de 12 enfermeiros, que integram o SEMER;

Em outras **áreas ligadas ao socorro e emergência** e na colaboração com estabelecimentos de ensino da RAM, os técnicos do SRPC também garantem a formação em áreas específicas.

Plano de Formação

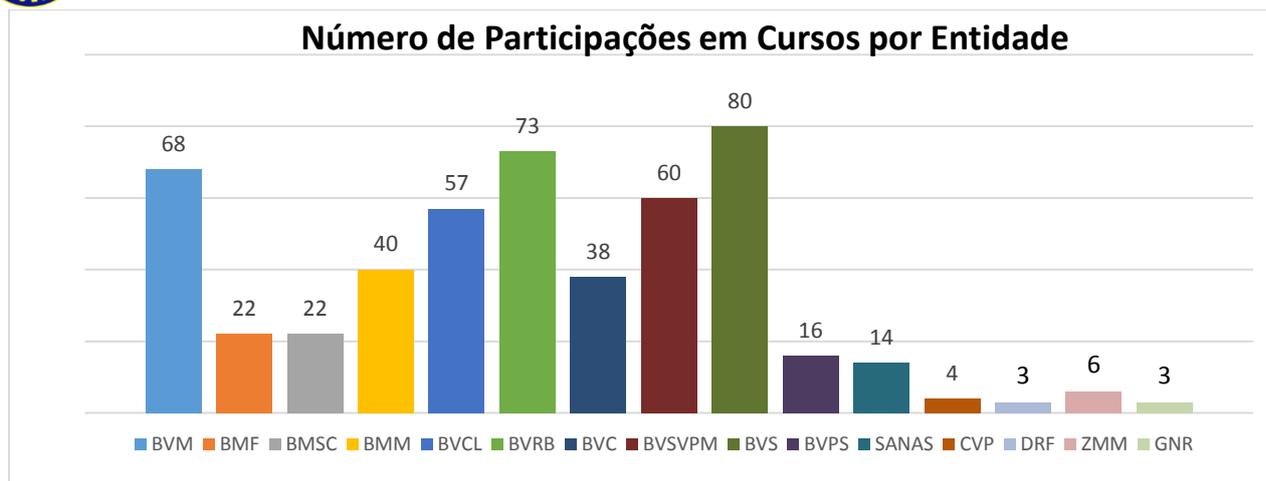
O Plano de Formação para 2016, que se encontra refletido no quadro seguinte, previu a realização de 46 ações de formação.

N.º CURSOS	DESIGNAÇÃO DOS MÓDULOS/CURSOS	CARGA HORÁRIA	TOTAL PART	TRIMESTRE				FORMADORES / ENT FORMADORA
				1.º	2.º	3.º	4.º	
5	TSD - TÉCNICAS SALVAMENTO E DESENCARCERAMENTO	50	100	x	x	x	x	CFPCB
5	TAT/TS - TRIPULANTE AMBULÂNCIA TRANSPORTE/TECNICAS SOCORRISMO	50	100	x	x	x	x	CFPCB
1	IUI2 - INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS - NÍVEL 2	25	16		x			CFPCB
1	IF2 - INCÊNDIOS FLORESTAIS - NÍVEL 2	25	16		x			CFPCB
1	LMH - LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO HUMANA	16	25		x			ENB/CFPCB
3	IUI1 - INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS - NÍVEL 1	50	48	x	x		x	CFPCB
3	IF1 - INCÊNDIOS FLORESTAIS - NÍVEL 1	50	48	x	x			CFPCB
2	SD2 - SALVAMENTO E DESENCARCERAMENTO - NÍVEL 2	25	32		x		x	CFPCB
1	AMP1 - ACIDENTES COM MATERIAS PERIGOSAS - NÍVEL 1	50	16			x		CFPCB
1	SGA - SALVAMENTO EM GRANDE ÂNGULO - NÍVEL 1	50	16		x			CFPCB
1	SGA - SALVAMENTO EM GRANDE ÂNGULO - NÍVEL 2	50	16				x	CFPCB
2	CFE1 - CONDUÇÃO FORA DE ESTRADA - NÍVEL 1	35	32		x		x	CFPCB
2	CD1 - CONDUÇÃO DEFENSIVA - NÍVEL 1	25	32				x	ENB/CFPCB
2	OT1 - OPERADOR TELECOMUNICAÇÕES - NÍVEL 1	25	32		x	x		ENB/CFPCB
2	IUI2 - INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS - NÍVEL 2	25	32	x			x	CFPCB
2	IF2 - INCÊNDIOS FLORESTAIS - NÍVEL 2	25	32		x			CFPCB
1	LMH - LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO HUMANA	25	16				x	ENB/CFPCB
1	IUI3 - INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS - NÍVEL 3	35	16				x	ENB/CFPCB
1	IF3 - INCÊNDIOS FLORESTAIS - NÍVEL 3	35	16			x		CFPCB
1	GIO - GESTÃO INICIAL DE OPERAÇÕES	35	16				x	ENB/CFPCB
1	TAS - TRIPULANTE AMBULÂNCIA SOCORRO - HORÁRIO LABORAL	210	20		x			CFPCB
1	TAS - TRIPULANTE AMBULÂNCIA SOCORRO - HORÁRIO PÓS-LABORAL	210	20				x	CFPCB
2	RTAS - RECERTIFICAÇÃO TRIPULANTE AMBULÂNCIA SOCORRO - HORÁRIO LABORAL	35	40		x		x	CFPCB
2	RTAS - RECERTIFICAÇÃO TRIPULANTE AMBULÂNCIA SOCORRO - HORÁRIO PÓS-LABORAL	35	40		x		x	CFPCB
2	ECIF - EQUIPAS COMBATE INCÊNDIOS FLORESTAIS	15	30		x			CFPCB
46	TOTAL		807					

Durante o ano 2016, a execução do plano foi de acordo com o seguinte quadro:

CURSOS PLANEADOS ANO 2016	RESULTADOS			
	CURSOS REALIZADOS	CURSOS ADIADOS	TOTAL DE PARTICIPAÇÕES	VOLUME FORMAÇÃO
46	35	4	526	18954

A distribuição dos participantes nas ações realizadas, encontra-se refletida no seguinte gráfico:



Novas Escolas de Bombeiros – Voluntariado

Outra das áreas, particularmente importante, em que o SRPC está empenhado, são os cursos de formação dos estagiários das novas escolas de bombeiros, que asseguram o ingresso e o acesso à carreira de bombeiro voluntário.

Como resultado das ações de sensibilização nas escolas, nos quartéis, os simulacros e exposições em espaços públicos ou as campanhas de divulgação, que ajudam os jovens a descobrirem o mundo dos bombeiros, as associações humanitárias de bombeiros voluntários têm integrado e aproveitado todo este trabalho realizado a nível regional e conseguido despertar, nos mais novos, o interesse pela causa, inoculando-lhes o gosto pelo voluntariado, conseguindo-se assim, o melhor complemento para as principais estruturas de socorro.

O quadro seguinte traduz o número de novas escolas realizadas pelas várias Associações, assim como o número de estagiários envolvidos e as que atualmente estão em execução:

Ano	Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários							Bomb Municipais Machico	TOTAL
	Calheta	Câmara Lobos	Madeirenses	Porto Santo	Rib ^a Brava	Santana	S.Vicente PortoMoniz		
2014/2015	15	18	19	31	11	8		19	121
2016					13	16	21		50

Total	15	18	19	31	24	24	21	19	171
--------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------

Cursos para Empresas e Instituições

O Centro de Formação passou a disponibilizar, desde 2015, para empresas e instituições, outras ofertas formativas, particularmente:

- Curso de Suporte Básico de Vida (SBV)
- Curso de Suporte Básico de Vida com Desfibrilhação Automática Externa (SBV-DAE)
- Ações de sensibilização de combate a Incêndios e evacuação de edifícios;
- Ações de sensibilização em combate a incêndios com meios de 1ª. Intervenção.

Em 2016, foram realizadas 13 ações descritas no quadro abaixo:

N.º	CURSOS	DATA REALIZAÇÃO	N.º PART/ /CURSO	N.º HORAS/ /CURSO
1	CURSO SBV-DAE	06-01-2016	14	8
1	CURSO SBV-DAE	07-01-2016	16	8
1	CURSO SBV-DAE	25-26/01/2016	14	8
1	Comunicações de Emergência	29-03-2016	15	8
1	Curso de Combate a Incêndios e Evac. de edifícios para Brigadas de Incêndios - 1.º Grupo	04-08/04/2016	10	21
1	Curso de Combate a Incêndios e Evac. de edifícios para Brigadas de Incêndios - 1.º Grupo	13-27/04/2016	12	21
1	Curso de Combate a Incêndios e Evac. de edifícios para Brigadas de Incêndios - 2.º Grupo	18 -22/04/2016	10	21
1	CURSO SBV-DAE	16-04-2016	10	8
1	CURSO SBV-DAE	30-04-2016	6	8
1	CURSO SBV-DAE	03-10-2016	10	8
1	Ação Sensibilização Combate Incêndios e Evacuação de Edifícios	04-10-2016	16	7
1	CURSO SBV-DAE	07-10-2016	10	8
1	CURSO SBV-DAE	21-22/12/2016	13	8
13	TOTAIS		164	

3.5.3. Atividade do Departamento de Formação no ano 2016

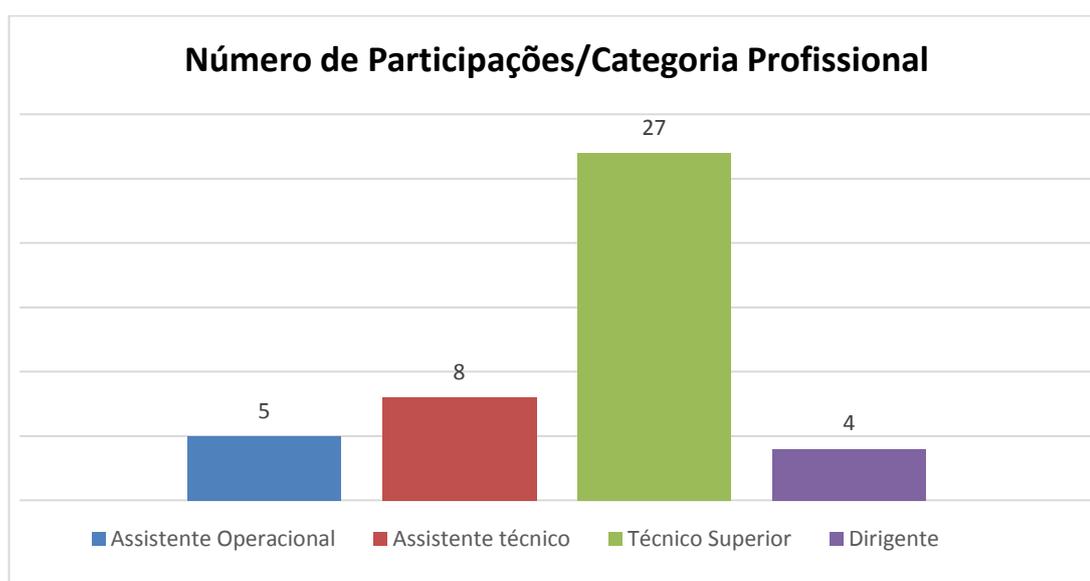
O resumo da atividade formativa do Departamento de Formação no ano 2016, encontra-se traduzido no quadro que segue, no que se refere quer ao número de ações quer ao número de participações.

Ano	Número de Ações	Número de Participações
2016	167	6340

3.5.4. Formação dos Funcionários e Colaboradores do SRPC, IP- RAM

No ano 2016, os Funcionários e Colaboradores do Serviço Regional de Proteção Civil participaram em 17 cursos, no total de 44 participações que representou 549 horas - volume de formação.

O gráfico seguinte traduz o número de participações por categoria profissional.



3.6. Unidades Flexíveis

3.6.1. Núcleo de Análise de Riscos

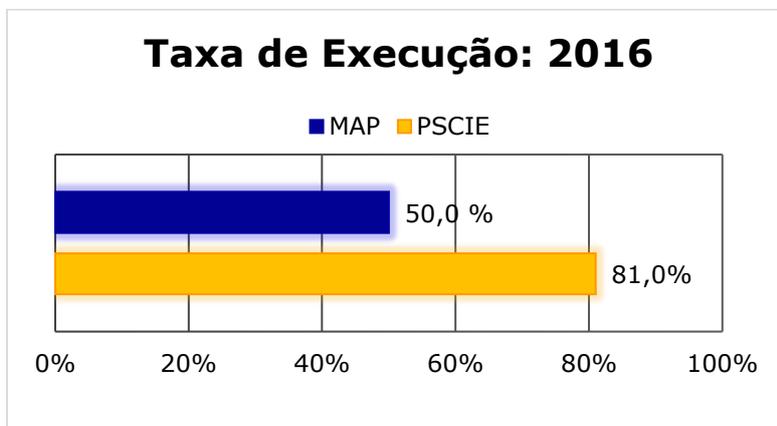
No âmbito da segurança contra incêndios (SCIE) a intervenção do NAR é efetuada, na fase de licenciamento/construção dos edifícios e recintos, através de:

- Análise e parecer aos respetivos projetos de especialidade de segurança contra incêndios em edifícios (PSCIE);
- Realização de vistorias.

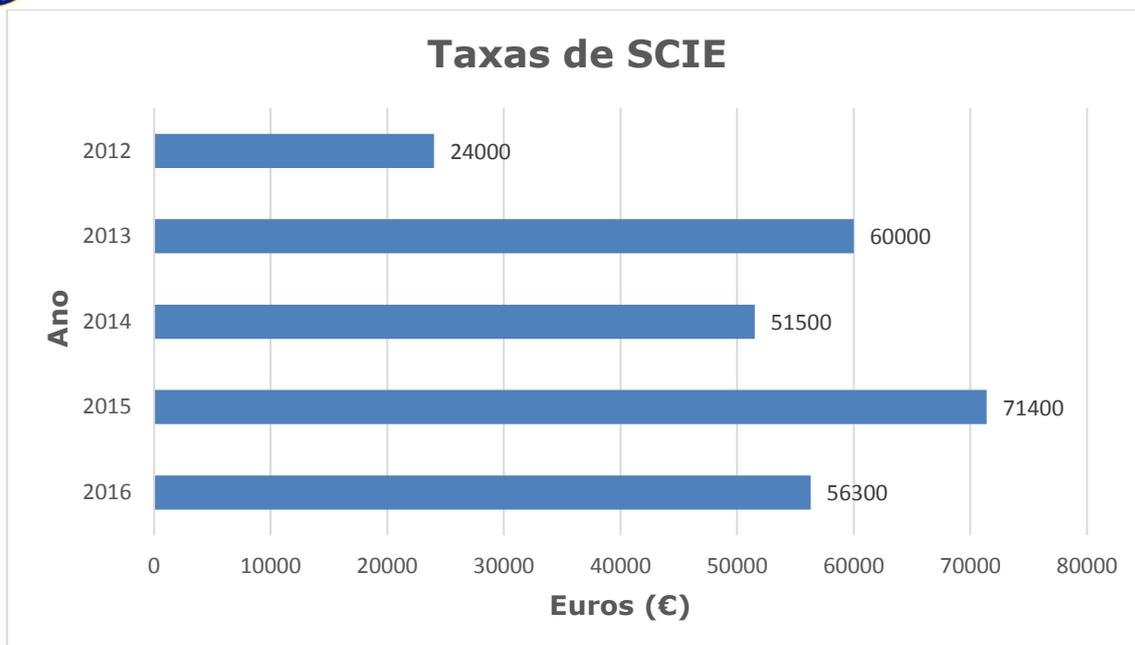
e ainda na fase de utilização/exploração dos mesmos, através de:

- Análise e parecer às correspondentes medidas de autoproteção (MAP);
- Realização de inspeções para verificação da manutenção das condições de segurança e da implementação das medidas de autoproteção;
- Participação em simulacros, e em ações de formação e sensibilização.

O quadro seguinte, traduz as taxas de execução - leia-se taxas de resposta face às solicitações efetuadas - durante o ano de 2016:



Os serviços prestados no âmbito da SCIE, estão sujeitos ao pagamento de taxas ao SRPC, IP-RAM, cuja evolução é a traduzida no gráfico seguinte, tendo atingido em 2016 o valor de 56.300 €.



Considera-se ainda relevante salientar no ano de 2016:

- A taxa de execução referente a vistorias de SCIE de 100%;
- O empenhamento na realização de 10 inspeções de SCIE, bem como na participação em 58 simulacros;
- A preparação e realização de ações de sensibilização sobre medidas de autoproteção em estabelecimentos de apoio social (lares de idosos);
- O apoio ao projeto “Segurança em Casa na Rua e na Escola”;
- A execução das tarefas inerentes á gestão da manutenção dos equipamentos e sistemas das instalações/sede do SRPC IP-RAM;
- Que sem a contratação das prestações de serviço efetuadas, não teria sido possível alcançar os resultados obtidos.

3.6.2. Núcleo de Planeamento de Emergência e Ordenamento do Território

O Planeamento de Emergência

No desenvolvimento da elaboração dos planos municipais de emergência de proteção civil, foram emitidos pareceres e de instruídos os respetivos processos para aprovação aos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil de Machico, Santa Cruz, Câmara de Lobos, Calheta e Porto Santo.

Após aprovação do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da RAM em setembro de 2015, e dando início ao trabalho da sua operacionalização, foram realizadas reuniões parciais com entidades com responsabilidades nas diferentes áreas de intervenção, onde foram reapreciados e detalhados, os procedimentos e instruções de coordenação, de colaboração e as prioridades de ação.

Participação na condução do exercício de teste ao Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da RAM - "CPX2016".

No apoio às ações de planeamento de emergência do comité de emergência do aeroporto da Madeira, participação no exercício parcial realizado no aeroporto da Madeira.

O Apoio à Emergência

No decurso dos incêndios que decorreram na Ilha da Madeira em agosto e as consequências daí resultantes, apoio nas ações de ativação e desativação do PREPCRAM e ativação do serviço de apoio à emergência, no âmbito do Programa Europeu Copernicus, do qual constou:

- O fornecimento rápido de informação Geoespacial em apoio das atividades de gestão da emergência.
- Resumo dos danos e da avaliação de risco de movimentos de massa em vertentes, em áreas suscetíveis aos efeitos dos incêndios,

Os serviços municipais de proteção civil



Apoio às ações dos serviços municipais de proteção civil, destacando-se as reuniões de carácter semestral realizadas nas respetivas câmaras municipais. Nestas reuniões foram abordados diversos assuntos, com o objetivo principal de reforçar a articulação entre as estruturas regional e municipal de proteção civil, dos quais se destacaram:

- Elaboração, revisão aprovação e operacionalização dos planos municipais e especiais de emergência de proteção civil;
- Ação de proteção civil ao nível municipal – comissão municipal de proteção civil e criação de unidades locais de proteção civil;
- Nomeação e responsabilidades dos coordenadores municipais de proteção civil
- Operacionalização dos serviços municipais de proteção civil e sua relação com o comando regional de operações de socorro;
- Sensibilização para a proteção civil- medidas preventivas para a primavera/verão e outono/inverno.

O Ordenamento do território

Integração nas comissões de acompanhamento dos trabalhos de revisão dos Planos Diretores Municipais do Funchal, Santana e Câmara de Lobos, com o envio de contributos e pareceres, na vertente da proteção civil.

Participação no processo de elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Arquipélago da Madeira (RH10).

A Formação

Integração no núcleo de formadores do SRPC, colaborando com as ações de sensibilização realizadas nas escolas no âmbito do projeto “segurança em casa, na rua e na escola”; na formação inicial em voluntariado local, realizada nas juntas de freguesia ainda no âmbito da operacionalização do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da RAM; e no Curso de Especialização Tecnológica em Guias da Natureza realizado na Universidade da Madeira, com o módulo Planeamento de Emergência da disciplina de Logística e Planeamento.

Participação no Workshop, no âmbito do projeto ClimAdaPT.Local, de debate sobre a adaptação do Município do Funchal às Alterações Climáticas promovido pela Câmara Municipal do Funchal; e no Colóquio "Redução de desastres e recuperação em comunidades locais" realizado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra,



no âmbito da Plataforma de Nacional de Redução de Risco de Catástrofes / Estratégia Internacional para a Redução de Catástrofes.

Outras atividades

Emissão de pareceres e realização de reuniões técnicas diversas, dos quais se salientam:

- Plataforma de nacional de redução de risco de catástrofes /estratégia internacional para a redução de Catástrofes;
- Política Europeia de Vizinhança (PEV) - emissão de contributos para a identificação de constrangimentos e elaboração das respetivas propostas para os ultrapassar;
- Plano de Envelhecimento Ativo - definição de objetivos e metas.

Participação no intercâmbio Europeu de peritos de proteção civil (“Exchange Experts 388 PT Madeira Áustria”), sobre o tema deslizamentos de terra, realizado na Áustria (Viena e Innsbruck).

Colaboração na elaboração de um manual de proteção civil para as juntas de freguesia.

4. Recursos

4.1. Recursos Humanos

A presente alínea pretende caracterizar a composição dos Recursos Humanos do SRPC, IP-RAM.

Em 31 de Dezembro de 2016 o SRPC, IP-RAM contava com 33 efetivos distribuídos pelas diversas categorias constantes no quadro seguinte.

Os efetivos pertencentes ao SEMER, embora representados no quadro, não estão refletidos nos totais, pela particularidade do desempenho das suas funções:

- Coordenador e o Enfermeiro Adjunto são nomeados por Despacho do Secretário Regional do Assuntos Sociais nos termos do Artº 12º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, de 30 de junho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/M, de 25 de março;

- Os médicos e enfermeiros das Equipas Médicas de Intervenção Rápida (EMIR) e da unidade de formação em emergência pré-hospitalar desempenham funções nos termos do Artº 12º Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, de 30 de junho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/M, de 25 de março;

Grupo de Pessoal	Comissão de Serviço	CTFP Tempo Indeterminado	CTFP termo resolutivo certo	Outros	Total
Dirigentes	3	2			5
Técnicos Superiores /Chefe Departamento		9		2*	11
Técnico Informática		1			1
Assistentes Técnicos		15			15
Assistentes Operacionais		3			3
Estagiário (PEP-Portaria 20/2009) e P.O.T. (Portaria n.º 137/2014)				6	6
Médicos e Enfermeiros/SEMER				27*	27
TOTAL	3	30		33	66

(*) Elementos do SEMER

Em termos de horas trabalhadas, a um número médio de trabalhador de 7 horas diárias, durante 22 dias por mês e 11 meses no ano, chega-se ao número total de **55 902** horas, havendo 12 colaboradores sujeitos ao regime de trabalho por turno. Acrescem 36 horas de trabalho extraordinário e 464 em dias feriados, chegando-se a um total de **56 402** horas. A tabela seguinte apresenta o total de número de horas, por tipologia, de ausência, não havendo faltas por motivos de atividade sindical. Então o total de horas não trabalhadas foi de **8 764** horas, o que permite calcular uma taxa de absentismo total de **16%**.

Ausências ao Trabalho	Sexo	Dirigentes	Tec Sup/Ch Dep	Tec Informática	Assist Técnico	Assist Operacionais	Estagiários	TOTAL
Total	H	32	102	0	393	202		729
	M	120	54	2	339	8		523
	T	150	156	2	732	210		1.252
Casamento	H							
	M							
	T							
Maternidade/ Paternidade	H		0		0			0
	M	86						86
	T							86
Nascimento	H							
	M							
	T							
Falecimento de Familiar	H		3					3
	M							0
	T		3					3
Doença	H	32	99		27	202		360
	M	34	43		251	8		336
	T	66	143		278	210		696
Doença Prolongada	H				365			365
	M							0
	T				365			365
Assistência a Familiar	H							0
	M		6					6
	T		6					6
Trabalhador Estudante	H							0
	M		2					2
	T		2					2
Por conta do período de férias	H	1						1
	M	5						5
	T	6						6
Outras	H							
	M				88			88
	T				88			88

4.2. Recursos Financeiros

O SRPC, IP-RAM presta contas de acordo com o POC-P.

O orçamento do SRPC, IP-RAM para 2016, constou do orçamento da RAM, aprovado e publicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2015/M, de 30 de dezembro de 2015 e posto em execução pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2016/M, de 11 de março de 2016.

Para o ano de 2016, tinha disponível um orçamento inicial de € 3.493.935,00, e orçamento corrigido de € 4.548.813,00.

A verba executada ascendeu € 2.489.069,04.

Orçamento	Planeado	Realizado
Funcionamento	3.333.935,00	2.489.069,04
PIDAR	160.000,00	0,00
TOTAL	3.493.935,00	2.489.069,04

Moeda - €

A aplicação dos fundos encontra-se afeta às rubricas abaixo discriminadas, por capítulo orçamental.

Orçamento	Planeado	Realizado
Despesas Recursos Humanos	1.382.500,00	1.379.513,54
Aquisição de Bens e Serviços	950.000,00	623.976,25
Aquisição de Bens de Capital	1.061.435,00	378.435,28
TOTAL	3.393.935,00	2.381.925,07

Moeda - €

A taxa de realização, em Aquisição de Bens e Serviços em 31 de dezembro foi de 65,68%.

Projetos Inscritos no FEDER

BREC - BUSCA E RESGATE EM ESTRUTURAS COLAPSADAS	FUNDO DE COESÃO	0,00€
SISTEMA SOLAR FOTOVOLTATICO	FUNDO DE COESÃO	0,00€
GESTÃO DOCUMENTAL	FUNDO DE COESÃO	0,00€

4.3. Recursos Físicos

4.3.1. Frota Automóvel

Composta por 33 viaturas, das quais 5 estão à disposição direta do SRPC, IP-RAM, como viaturas operacionais, sendo 2 TT. Uma das viaturas TT foi oferecida em 2010, na sequência da catástrofe de 20 de fevereiro. As restantes são viaturas especiais distribuídas da seguinte forma:

- 3 viaturas ligeiras transformadas para utilização pelas EMIR (Equipas Médicas de Intervenção Rápida), duas das quais foram adquiridas em 2009;
- 9 viaturas pesadas Pronto Socorro Florestal, adquiridas em 2010 através do projeto PROTECFLOR, ao nível do Programa INTERVIR+, e distribuídas, sob protocolo, às corporações de bombeiros;
- 2 viaturas pesadas com uma superestrutura de Autoescada, distribuídas sob protocolo, às corporações de bombeiros. Foram adquiridas em 2010, através do projeto INTERALTO, ao nível do Programa INTERVIR+;
- 2 moto-quatro distribuídas, sob protocolo, às corporações de bombeiros. Foram oferecidas ao SRPC em 2010, também na sequência da catástrofe de 20 de fevereiro.
- 9 viaturas pesadas Autotanques, adquiridas em 2006 e distribuídas, sob protocolo às corporações de bombeiros.
- 1 viatura média transformada em Unidade Móvel de Telecomunicações de Emergência adquirida em 2008 (Projeto Comunitário PLESCAMAC);

- Arelado P/Bomba de Alto Débito (Betsy) adquirida em 2008, (Projeto Comunitário PLESCAMAC);
- Arelado P/ Tenda Multivítimas, adquirido em 2008, (Projeto Comunitário PLESCAMAC);
- 2 Arelados, adquiridos em 2015, para operacionalização dos equipamentos da UIRT – Unidade de Intervenção em Riscos Tecnológicos;
- 2 VLCl, adquiridas em 2016, uma viatura para os BVRB (1940 VLCl 01) e uma para os BVCL (1960 VLCl 03).

4.3.2. Instalações

- **SRPC**

O SRPC, IP-RAM, desde julho 2013, ocupou as suas novas instalações, situadas no Caminho do Pináculo, Cancela.

A construção dos cenários de formação, infraestruturas fundamentais para o Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros, ficou concluída em outubro 2014. As instalações foram construídas no âmbito do projeto NIFORMAR, ao nível do Programa INTERVIR+, participado em 85% por fundos comunitários.

4.4. Planos de Manutenção Preventiva e Planos de Verificação e Calibração

O plano de manutenção preventiva de 2016 foi cumprido no que diz respeito aos extintores, viaturas e computadores. Relativamente ao edifício foram elaboradas as propostas de manutenção que já tiveram cumprimento no presente ano.

Como é possível verificar, grande parte das ocorrências advêm das auditorias.

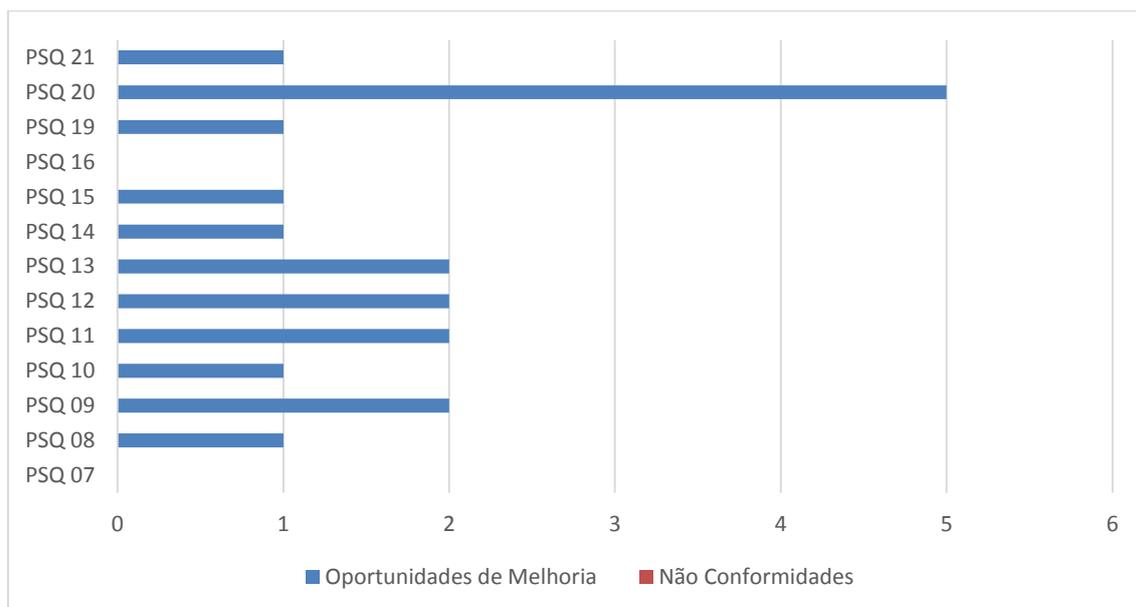
Não há registo de reclamações dos clientes.

5. Auditorias de Qualidade

5.1. Auditorias Internas aos Processos

No programa de auditorias estavam previstas a realização de 20 auditorias internas aos processos, tendo sido efetivamente realizadas 13, (65%).

Os auditores internos foram seleccionados mediante o cumprimento da IT 06-01.

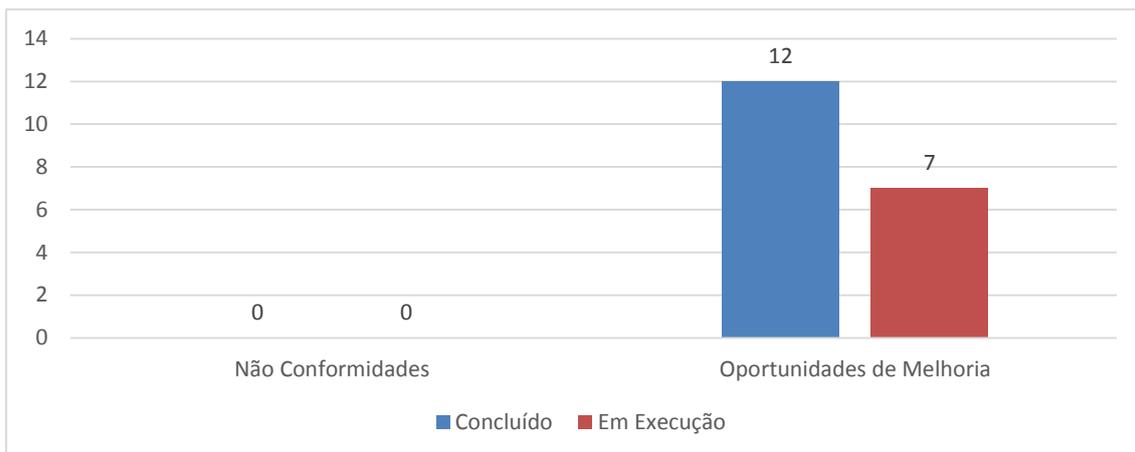


Tipo de ocorrência detetado por cada procedimento auditado.

Da auditoria interna resultaram:

- ✓ Não conformidades (NC) – 0
- ✓ Oportunidades de melhoria (OM) – 19

Estado das Ações

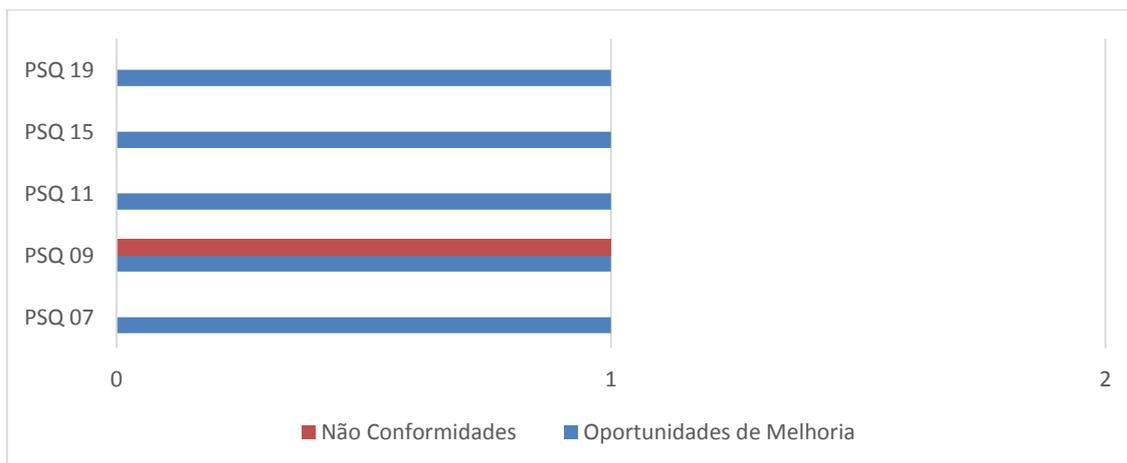


Estado das ações desencadeadas em função da auditoria interna ao SGQ segundo a NP EN ISO 9001:2008

5.2. Auditoria Externa

5.2.1. Sistema de Gestão da Qualidade

A auditoria externa de 2º Acompanhamento ao Sistema de Gestão da Qualidade foi realizada pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER) e teve lugar no dia 6 de outubro, pelo Eng.º Luís Pimenta.

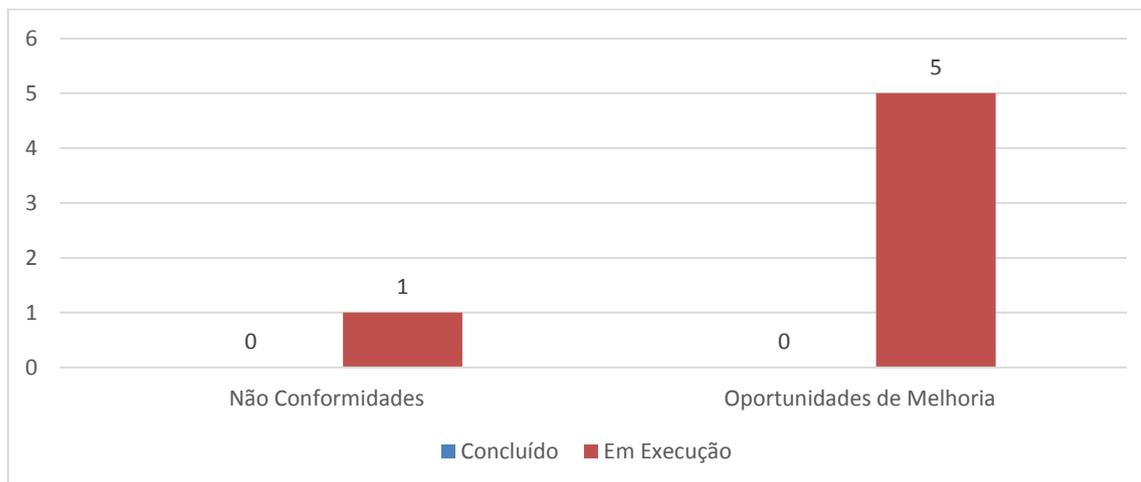


Tipo de ocorrência detetado por cada procedimento auditado.

Da auditoria externa resultaram:

- ✓ Não conformidades (NC) – 1
- ✓ Oportunidades de melhoria (OM) – 5

Estado das Ações



Estado das ações desencadeadas em função da auditoria externa ao SGQ segundo a NP EN ISO 9001:2008

5.2.2. Processo de Certificação do SRPC IP-RAM, como Entidade Formadora

Decorrente do Processo de Certificação do SRPC, IP-RAM como entidade Formadora Certificada, Processo nº. 11/2011 nas áreas de Educação e Formação 723 e 861, e no cumprimento do preceituado no art.º 15, n.º 3 da Portaria nº. 208/2013, foi elaborado e enviado à DRQP o Relatório de Autoavaliação referente a 2016, onde foram identificadas algumas áreas e ações de melhoria e também revisão de objetivos e metas para o Plano de Atividades 2017.

As áreas de melhoria identificadas relacionam-se com a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento e com a Avaliação do Desempenho Técnico-profissional em Contexto de Trabalho.

No que concerne aos objetivos e metas, o foco centra-se na redução da taxa de execução do Plano de Formação Sectorial, face aos condicionalismos com que, anualmente, nos confrontamos, pela ausência de disponibilidade orçamental/financeira



para assunção de qualquer compromisso, nos primeiros meses do ano, com reflexos negativos, não só no número de ações de formação/cursos, mas também participantes/participações.

A avaliação do grau de satisfação dos formandos foi avaliado e superou a meta prevista no Plano de Atividade, registando um grau de satisfação 90%.

A análise efetuada aos resultados de participação e conclusão das ações, permite concluir que das 35 ações realizadas para um universo de 526 formandos, registou-se 5.7% de desistências e a percentagem de não aprovados situou-se em 0,8%.

6. Avaliação Final

6.1. Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados

Como se pode verificar ao longo deste relatório, através de demonstrações de análise de resultados apurados sobre o grau de concretização dos objetivos contratualizados no QUAR SIADAP-RAM 1 e da apresentação da informação prevista no nº 2 do artigo 14.º, do Decreto Legislativo Regional Nº 27/2009/M que adapta à RAM a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, a avaliação final quantitativa deste SRPC, IP-RAM expressa-se em 101%; **efetivamente, 67% dos objetivos operacionais foram cumpridos ou superados e 33% não foram cumpridos.**

A taxa de absentismo dos colaboradores situou-se 16%.

No que diz respeito aos recursos financeiros, com uma dotação orçamental inicial disponível de **€ 4.548.813,00**, verificou-se que o montante realizado ascendeu a **€ 2.489.069,04**.

Foi aplicado um inquérito de satisfação aos utilizadores/clientes, cujos resultados obtidos revelam uma taxa de satisfação de 79%, resultado este, inferior ao ano anterior. Relativamente ao inquérito de satisfação aos colaboradores, verificou-se uma ligeira diminuição de 2%, em relação ao ano 2015, por outro lado, na taxa de resposta verificou-se um aumento de 11% na participação. Assim, os resultados dos inquéritos terão de ser devidamente analisados e avaliadas as causas da insatisfação, para introdução das inerentes medidas corretivas.

Os procedimentos utilizados para cumprimento do sistema de controlo interno, foram agilizados e devidamente integrados no sistema de gestão de qualidade, devendo depender da sua orientação técnica para avaliação e acompanhamento. A consecução deste sistema evidenciou substanciais progressos ao nível da uniformização de procedimentos, do aperfeiçoamento sistemático, da planificação de ações e da agilização e melhoria contínua de processos.

6.2. Menção proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da autoavaliação

- Considerando o grau de cumprimento do Quadro SIADAP-RAM 1;
- Considerando o esforço que foi solicitado a este Serviço, no âmbito e como resultado das suas atribuições em prol do socorro e emergência;

- Considerando o envolvimento dos dirigentes e de todos os funcionários na aplicação do SIADAP;
- Considerando, por último, o esforço na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros;
- A expressão qualitativa da avaliação do SRPC, IP-RAM situa-se, nos termos do disposto no artigo 17.º do Decreto Legislativo Regional Nº 27/2009/M, **na menção de desempenho satisfatório**, como resultado da autoavaliação efetuada. O resultado final aponta para 101%, tendo sido cumpridos ou superados 67% dos objetivos e 33% não foram cumpridos.

6.3. Conclusões e prospetivas

- Continuar o processo de monitorização do QUAR SIADAP-RAM 1 através do atual guião (elaboração, monitorização, avaliação e comunicação), integrado no sistema de gestão de qualidade e que será referencial para norma de procedimentos;
- Incrementar o processo de audição das partes interessadas através da aplicação de questionários de satisfação a colaboradores internos e externos/parceiros, sempre que houver lugar a intervenção;
- Prosseguir com a manutenção do sistema de gestão de qualidade garantindo o cumprimento das normas e definindo um plano de auditorias internas e externas que assegure a continuidade da certificação com base na Norma EN NP ISO 9001:2015, como mais-valia para a política de qualidade que a RAM persegue na sua Administração Pública;
- Dar continuidade à massificação das ações de informação e sensibilização, vocacionadas para toda a população. O Boletim, o sítio da internet, disponibilizando também informação em língua inglesa, as ações junto das escolas da RAM e de outros organismos coletivos, serão fundamentais para a prossecução destes objetivos;
- Aumentar a capacidade técnica e operacional do Dispositivo de Resposta Operacional da RAM, através de um conjunto de ações que lhe irá proporcionar melhor qualidade na intervenção em acidentes e/ou incidentes. A formação em áreas específicas relacionadas com os riscos potenciais da RAM, a aquisição de equipamentos individuais e coletivos adequados e necessários às intervenções dos seus agentes, a familiarização



com a doutrina operacional bem como a adequada difusão e utilização por todos os seus integrantes, é a linha de orientação a ser seguida;

- Enquanto entidade formadora devidamente certificada, consolidar a estrutura formativa, com recursos humanos próprios e cada vez mais qualificados, de forma a permitir maior autonomia, através do seu Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros, prosseguindo no investimento na formação profissional dos técnicos do SRPC e dos agentes de proteção civil, para aumentar a eficácia nas intervenções, constituindo-se como uma área de elevada prioridade;

- Acompanhar a atualização legislativa, com adaptação ou elaboração própria de diplomas essenciais, face à especificidade da Região Autónoma da Madeira e da transversalidade da matéria que é a proteção civil;

- Dar continuidade ao programa Regional de Desfibrilhação Automática Externa, com a instalação de equipamentos em vários locais públicos, com operadores habilitados a utilizar os DAE, constituindo um marco importante para o aumento da qualidade de vida da população e, desta forma, contribuirá para o destino turístico de excelência da RAM. Associado a este programa, incentivar a divulgação sobre primeiros socorros no âmbito de uma campanha generalizada, que contribua para sermos “cidadãos mais capazes”;

- Dar continuidade ao cumprimento do regime jurídico de segurança contra incêndios em edifícios, SCIE, de acordo com a Portaria n.º 29/2013 de 22 de abril que materializa a adaptação à RAM do respetivo regulamento técnico e para a qual o trabalho desenvolvido pelo NAR/SRPC, tanto na identificação de constrangimentos como na resolução das incorreções, foi determinante;

- Operacionalizar o Plano Regional de Emergência e Proteção Civil para que, concomitantemente com os Planos de Emergência Municipais, se potencie a consolidação do socorro e emergência na RAM, assumindo particular importância a realização de um exercício regional;

- Reeditar o Plano Operacional de Combate a Incêndios Florestais (POCIF) em 2017, tendo em conta as atribuições como estrutura central de coordenação regional da intervenção dos agentes de proteção civil no combate aos incêndios rurais, integrando assim, o esforço regional nas operações de prevenção e vigilância e garantindo a



diminuição do tempo da 1^o intervenção, o reforço da capacidade de intervenção e maior eficácia na sustentação das operações;

- Instrumentalizar a projeção de uma EMIR para o Porto Santo, durante o Verão, dando continuidade ao projeto iniciado em 2015, assegurando a resposta, ao nível da emergência pré-hospitalar, naquela ilha;

- Continuar a promover a apresentação de candidaturas de projetos, no âmbito dos vários programas comunitários, aproveitando não só os fundos subsequentes, mas também as sinergias resultantes do contacto com outras entidades, ligadas à área da proteção civil;

- Promover as necessárias propostas no quadro de pessoal do SRPC, que comporte o aumento dos efetivos, tendo particular pertinência o CIC/CROS, o Núcleo de Análise de Riscos, o Gabinete da Administração de Recursos, o Centro de Formação, sob pena da incapacidade de resposta destas áreas, que tem sido assegurada pelo recurso a contratos de prestação de serviços.

6.4. Consideração Final

É com este legado e com o compromisso de continuar trabalhando em prol da afirmação do SRPC IP-RAM como um serviço Regional de Excelência que o atual conselho diretivo se compromete no exercício das suas funções

Trata-se portanto de uma responsabilidade acrescida em fazer manter o padrão de qualidade alcançado sem, no entanto deixar de estar reparado para novas realidades e desafios, estimulando e incentivando os seus colaboradores em afirmar o SRPC IP-RAM como um serviço Eficiente, Eficaz, Moderno e Participativo.

Conselho Diretivo

Presidente – José António Oliveira Dias

Vogal – José Miguel Brazão Andrade da Silva Branco

Anexos:



- I - Inquérito de Satisfação a colaboradores externos/parceiros
- II - Inquérito de Satisfação a colaboradores internos
- III – QUAR SIADAP-RAM 1 – 2016
- IV - Plano de Atividades 2016



ANEXOS





Inquérito de Satisfação de Cliente

IDENTIFICAÇÃO DO CLIENTE

Entidade: _____ Abrev. _____

Pretendemos atingir o mais elevado nível de satisfação dos nossos clientes. Para atingir esse objectivo estamos a efectuar um inquérito de avaliação do grau de satisfação junto dos nossos clientes. Agradecemos a sua opinião no que respeita aos vários serviços que prestamos e a forma como são prestados e pedimos que dispense um pouco do seu tempo no preenchimento deste inquérito. Acima de tudo, está a colaborar para que **possamos melhorar toda a nossa dinâmica de trabalho**.

As notas correspondem às seguintes avaliações:

2- Não satisfaz 3- Satisfaz 4- Satisfaz bem 5- Satisfaz muito bem NA - Não Aplicável

2 3 4 5 N.A.

1 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

1.1- Como classifica a facilidade no contacto/ disponibilidade?	<input type="checkbox"/>				
1.2- As propostas apresentadas correspondem aos requisitos solicitados?	<input type="checkbox"/>				
1.3- Como avalia a simpatia dos serviços administrativos/financeiros do SRPC IP-RAM?	<input type="checkbox"/>				
1.4- No global como avalia os serviços administrativos/financeiros do SRPC IP-RAM?	<input type="checkbox"/>				

2 - SERVIÇOS DE FORMAÇÃO

2.1- Qual a sua opinião sobre a planificação da formação?	<input type="checkbox"/>				
2.2- Como classifica as Ações Formativas quanto aos conteúdos programáticos?	<input type="checkbox"/>				
2.3- Qual a sua opinião em relação à eficácia das Ações de Formação?	<input type="checkbox"/>				
2.4- Como avalia a adequação dos conteúdos das ações de sensibilização?	<input type="checkbox"/>				
2.5- Qual a sua percepção na globalidade da qualidade dos serviços de Formação?	<input type="checkbox"/>				

3 - SERVIÇOS TÉCNICOS

3.1- Como classifica a resposta aos pedidos de apoio e pareceres em termos de rapidez?	<input type="checkbox"/>				
3.2- Qual a sua opinião em relação à eficácia dos apoios prestado?	<input type="checkbox"/>				
3.3- Como avalia a facilidade de contacto (tel, fax, email,portal,...)?	<input type="checkbox"/>				
3.3- Como avalia a capacidade técnica demonstrada para resolução dos seus problemas?	<input type="checkbox"/>				
3.2- Qual a sua opinião em relação à clareza e utilidade da informação divulgada pelo SRPC IP-RAM?	<input type="checkbox"/>				
3.3- Como avalia a informação disponível no portal www.proclivmadeira.pt ?	<input type="checkbox"/>				
3.3- Qual a sua percepção sobre as prestações dos técnicos do SRPC IP-RAM, no que se refere a:					



	2	3	4	5	N.A.
1- Conhecimento	<input type="checkbox"/>				
2- Atitude/Simpatia	<input type="checkbox"/>				
3- Disponibilidade	<input type="checkbox"/>				

5- APRECIÇÃO GLOBAL DO SRPC IP-RAM

5.1- Profissionalismo	<input type="checkbox"/>				
5.2- Acessibilidade	<input type="checkbox"/>				
5.3- Rapidez	<input type="checkbox"/>				
5.4- Eficiência	<input type="checkbox"/>				
5.5- Eficácia	<input type="checkbox"/>				

6- Outras questões que considere pertinentes ou sugestões de melhoria:

Questionário respondido por:

Função:	Data:
---------	-------



Questionário de Avaliação da Satisfação dos Colaboradores

Instruções de resposta ao questionário:

Este questionário versa um conjunto de temáticas relativas ao modo como o colaborador percebe a organização, de modo a aferir o seu grau de satisfação para com a organização.

É de toda a conveniência que responda com o máximo de rigor e honestidade, pois só assim é possível à nossa organização apostar na melhoria contínua dos serviços que prestamos.

Não há **respostas certas ou erradas** relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera.

Cada grupo de perguntas é seguido por um campo, de carácter facultativo, onde poderão ser apontadas algumas sugestões.

Este questionário é de natureza **confidencial**. O tratamento deste, por sua vez, é efetuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o **anonimato** do colaborador é respeitado.

Ao preencher o questionário tenha em conta que o grau de satisfação:

2 = Não Satisfaz, 3 = Satisfaz, 4 = Satisfaz bem, 5 = Satisfaz muito bem, NA = Não Aplicável e NS = Não Sabe.

Imp 02-06_B


Questionário de Avaliação da Satisfação dos Colaboradores

Satisfação com:	2	3	4	5	NS	NA
Condições de Trabalho	1. Estou satisfeito(a) com as instalações (ex. gabinetes, refeitório, instalações sanitárias)					
	2. Estou satisfeito(a) com as condições de higiene e segurança das instalações e equipamentos					
	3. Existe conforto e bem-estar físico no meu local de trabalho (ex. temperatura, espaço, limpeza)					
	4. Disponho dos meios necessários para desempenhar a minha função					
	5. Tenho possibilidades de ser criativo(a)					
	6. Estou satisfeito(a) com o meu horário de trabalho					
Desenvolvimento Funcional	7. Raramente me é solicitado desempenhar outras funções para além das que me estão atribuídas					
	8. O meu trabalho é reconhecido por todos					
	9. Tenho possibilidades de me desenvolver profissionalmente					
	10. Sinto realização pessoal na função que ocupo na Instituição					
	11. Estou satisfeito com o modo como é reconhecido todo o meu trabalho, dedicação e esforço enquanto colaborador					
	12. Sinto que o Sistema de Avaliação de Desempenho é justo					
	13. Obtenho regularmente informação sobre o meu desempenho					
	14. Acedo à formação necessária para o correto desempenho da minha função					
	15. A Instituição permite-me frequentar as ações de formação que acho importantes					
Gestão e Sistema de Gestão	16. Participo no processo de decisão. As minhas opiniões são ouvidas					
	17. Tenho possibilidade de participar na definição das atividades a desenvolver e objetivos a atingir					
	18. Tenho autonomia para planear, executar e avaliar o meu próprio trabalho					
	19. Os objetivos que me estão atribuídos são adequados e possíveis de alcançar					
	20. Sei quem é o meu responsável direto					
	21. Estou sujeito a uma avaliação anual e no fim os resultados são-me comunicados					
	22. Conheço a política, a estratégia e os objetivos da Instituição					
	23. Tenho conhecimento do Plano de Atividades realizado no início do ano					
	24. Participo na apresentação de sugestões que visam melhorar o funcionamento da Instituição					
	25. São aceites e estimuladas por parte da organização, as sugestões apresentadas pelos colaboradores					
Organização	26. Considero que a Instituição fornece contributos positivos para a comunidade em que se insere					
	27. É prestigiante ser membro desta instituição (ex. perante a família e amigos)					
	28. Sinto que trabalho numa Instituição inovadora e em permanente melhoria					
	29. Conheço a Política e os objetivos da Qualidade da Instituição					
	30. O grau de satisfação dos utentes é uma das maiores prioridades da Instituição					
	31. O nível de qualidade dos serviços prestados pela Instituição é elevado					

Muito obrigado pela sua colaboração.

Imp 02-06_B

SIADAP RAM 1 - Sistema de Avaliação de Desempenho dos Serviços da Administração Pública Regional

Quadro de Avaliação e Responsabilização

2016

SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS SERVIÇO REGIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL, IP - RAM

Missão:

Prevenir os riscos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como resolver os efeitos decorrentes de tais situações, socorrendo pessoas e protegendo os seus bens.

Visão:

Proteção Civil: uma tarefa de todos para garantir o futuro

Orientar a sua atividade no cidadão e no património; **Rigor** na execução das tarefas; **Motivação** permanente para o trabalho; **Dinâmica** de grupo na prossecução das ações; **Qualidade** em tudo o que é efetuado; **Credibilidade** dos profissionais; **Ética** dos colaboradores nas tarefas que executam; **Prontidão** face à necessidade de respostas céleres

Objetivos Estratégicos (OE):

OE 1 - Promover a melhoria do Dispositivo de Resposta Operacional face à tipologia de riscos considerados mais suscetíveis de afetar o normal desenvolvimento das atividades da Região Autónoma da Madeira.

OE 2 - Aumentar a capacidade de monitorização das ocorrências, desenvolvendo e consolidando o sistema de aviso, alerta e alarme, no sentido de reforçar os níveis de prontidão do Dispositivo de Resposta Operacional e a consequente capacidade de decisão.

OE 3 - Promover uma cultura de prevenção através do desenvolvimento de programas de sensibilização e de educação para o risco, garantido o incremento da resiliência da população aquando de acidentes e catástrofes naturais.

OE 4 - Aumentar a qualidade da prestação dos nossos serviços, melhorando a qualificação dos agentes de proteção civil, apoiando e incentivando as instituições e organizações que sejam o garante da difusão da informação necessária à melhoria dos seus níveis de preparação e prevenção.

Objetivos Operacionais				Resultados Ano n-1 2015	Metas Ano n 2016	Concretização			Des vios		
						Resultados	Classificação				
Objetivo	Indicador		Superou	Ati ngi u	Não Atin giu						
EFICÁCIA											
1	Melhorar a capacidade de intervenção do Dispositivo de Resposta Operacional	30%	1	Taxa de aumento dos efetivos do SEMER	20%	2%	2%	0%		0%	- 100 %
			2	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Inspeções da IRB	25%	100%	100%	100%		100 %	0%
			3	Nº de exercícios, de âmbito regional, participados	30%	2	2	100%	200%		

			4	Taxa de cumprimento do plano de treinos operacionais	25%	60%	70%	75%	107%			5%
2	Acompanhar a definição da tipologia de riscos que possam afetar o normal desenvolvimento das atividades na RAM	20%	5	Elaboração de pareceres prévios sobre Planos Municipais de Emergência	100%	Até 90 dias após entrada	Até 90 dias após entrada	100%		100%		0%
3	Promover a qualificação dos recursos humanos que compõem os agentes de proteção civil do DROR, através da formação	30%	6	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Formação Sectorial para os elementos do DROR.	30%	60%	60%	76%	127%			16%
			7	Nº de elementos (bombeiros e outros agentes proteção civil) que frequentaram ações de formação	30%	200	500	526	105%			5.2%
			8	Índice de satisfação dos formandos que frequentaram as ações de formação	40%	75%	75%	90%	120%			15%
5	Promover a divulgação de informação técnica e operacional junto dos agentes de proteção civil	20%	14	Taxa de cumprimento do plano de auditorias ao RNBP	40%	90% ATÉ 30JUN 100% até 30DEC	50% ATÉ 30JUN 100% até 30DEC	70%			70%	-30%
			15	Nº de normas elaboradas, no âmbito da institucionalização de procedimentos operacionais	60%	3	3	3		100%		
4	Preservar a vida humana, o ambiente e o património cultural, facilitando a evacuação e o salvamento das pessoas em risco, permitindo a intervenção eficaz e segura dos meios de socorro.	40%	9	% de pareceres emitidos face ao nº de Programas DAE recebidos	20%	90%	90%	100%	111%			10%
			10	Nº de Contratos-Programa com ABV, CM e CVP propostos, para aquisição e manutenção de equipamentos no âmbito da operacionalidade do DROR.	20%	12	10	10		100%		0%
			11	Taxa de execução de pareceres emitidos face nº de processos recebidos no âmbito da SCI	20%	70%	70%	81%	116%			11%
			12	Taxa de execução de pareceres emitidos face ao nº de processos recebidos no âmbito das Medidas de Autoproteção, relativos a estabelecimentos de ensino e outros edifícios	20%	60%	60%	50%			83%	-10%
			13	Taxa de execução de vistorias realizadas face às solicitadas	20%	90%	90%	100%	111%			10%

6	Dinamizar a elaboração dos Planos de Emergência e Segurança, no âmbito do desenvolvimento do sistema de aviso, alerta regional	30%	1 6	Nº de reuniões realizadas com as CM no âmbito do planeamento de emergência	40%	6	6	19	317%			217 %
			1 7	Taxa de cumprimento do Plano de ações a executar no âmbito do PREPCRAM	60%	75%	75%	0%			0%	- 100 %
8	Melhorar o funcionamento interno do SRPC	30%	2 0	Taxa de cumprimento dos registos de assiduidade	20%	95%	95%	95%		100 %		0%
			2 1	Índice de satisfação dos funcionários	20%	75%	75%	74%			99%	-1%
			2 2	% de compromissos elaborados face aos nº de processos de despesa	20%	100%	100%	100%		100 %		0%
			2 3	Elaboração dos Mapas de Reporte Mensais	20%	100% até 06 cada mês	100% até 06 cada mês	100%		100 %		0%
			2 4	% de funcionários que frequentaram ações de formação	20%	50%	50%	61%	122%			11 %
7	Garantir a manutenção do Sistema de Gestão de Qualidade	40%	1 8	Taxa de execução do plano Anual de Auditorias Internas	60%	90%	75%	65%			87%	- 10%
			1 9	Índice de satisfação do serviço prestado (INQUÉRITO)	40%	75%	75%	78%	104%			3%
9	Desenvolver a política de informação e de educação em proteção civil	60%	2 5	Nº pessoas abrangidas pelas campanhas de sensibilização no âmbito do programa "Segurança em casa, na rua e na escola "	30%	4000	4000	5178	129%			29 %
			2 6	Índice de satisfação no âmbito do Programa "Segurança em casa, na rua e na escola"	25%	99%	75%	98%	131%			23 %
			2 7	Nº de visitas mensais à página WEB	15%	3090	3000	5602	187%			87 %
			2 8	Nº de boletins editados	15%	1	1	0			0%	- 100 %
			2 9	Taxa de cumprimento dos Planos Mensais de ações de divulgação/sensibilização	15%	100%	90%	100%	111%			10 %

Meios Disponíveis					
Recursos Humanos (*)	Pontuação	Planeados		Executados	Desvio
Dirigentes - Direção Superior	20,0	40,0		40	0,0
Dirigentes - Direção Intermédia e Chefes de equipa	16,0	48,0		38,2	-9,8
Técnico Superior	12,0	108,0		97,45	-10,55
Coordenador Técnico	9,0	9,0		2,1	-6,9

Técnico de Informática	9,0	9,0		8,3	-0,7
Assistente Técnico	8,0	104,0		82,61	-21,39
Assistente operacional	5,0	15,0		10,7	-4,3
TOTAL		333,0		279,36	-53,64
(*) Mapa em Anexo					
Orçamento		Estimado		Realizado	Desvio
Funcionamento		3.333.935,00 €		2.489.069,04 €	- 844.865,96 €
PIDDAR		160.000,00 €		0,00 €	160.000,00 €
TOTAL		3.493.935,00 €		2.489.069,04 €	- 1.004.865,96 €

Resultados Agregados			
		Contribuição da Dimensão	Avaliação Final
EFICÁCIA	50%	92.02%	100,72%
EFICIÊNCIA	30%	110.94%	
QUALIDADE	20%	107.16%	

Fontes de Verificação		
Indicador 1		Registo de Vencimentos
Indicador 2		Relatórios de Inspeção
Indicador 3		Relatórios de Exercícios
Indicador 4		Relatórios de Treinos
Indicador 5		Relatórios Departamento
Indicador 6		Relatórios do CFPCB
Indicador 7		Relatórios do CFPCB
Indicador 8		Relatórios do CFPCB
Indicador 9		Relatórios SEMER
Indicador 10		Registo Gabinete Jurídico
Indicador 11		Relatórios NAR
Indicador 12		Relatórios NAR
Indicador 13		Relatórios NAR
Indicador 14		Relatório IRB



Indicador 15		Normas de Execução Permanente
Indicador 16		Atas Reuniões
Indicador 17		Relatórios NPEOT
Indicador 18		Relatórios Auditorias
Indicador 19		Resultados Inquérito
Indicador 20		Registos de Assiduidade
Indicador 21		Resultados Inquérito
Indicador 22		SIAG
Indicador 23		Registo Mapa Mensais
Indicador 24		Relatórios CFPCB
Indicador 25		Relatórios CFPCB
Indicador 26		Relatórios CFPCB
Indicador 27		Registos WEBSITE
Indicador 28		Boletins
Indicador 29		Relatórios CFPCB

Anexo Quadro SIADAP RAM 1 - 2016

Dias Úteis Planeados no ano em causa (DUP): 248

Dirigentes - Direção Superior			Pontuação	
			20,0	
Direção Superior:	Dias úteis Planeados (DUP)	Pontuação Planeada	Dias Úteis Executados (DUE)	Pontuação Executada
Luís Manuel Guerra Neri	248	20,0	250	20,2
Pedro Manuel Dias Alves Barbosa	248	20,0	250	20,2
Total:	496	40,0	500	40,32258065

Dirigentes - Direção Intermédia e Chefes de Equipa			Pontuação	
			16,0	
Direção Intermédia e Chefes de Equipa:	Dias úteis Planeados (DUP)	Pontuação Planeada	Dias Úteis Executados (DUE)	Pontuação Executada
António José Sousa Rocha	248	16	248	16,0
Luís Miguel Figueira Silva Sousa	248	16	216	13,9
Ana Zaida Drumond Esteves Pinheiro	248	16	128	8,3
Total:	744	48	592	38,2

Técnico Superior			Pontuação	
			12,0	
Técnicos Superiores:	Dias úteis Planeados (DUP)	Pontuação Planeada	Dias Úteis Executados (DUE)	Pontuação Executada
Paul Nino Faria Afonseca	248	12,0	248	12,0
Diamantina Jardim Menezes	248	12,0	158	7,6
Emanuel Nunes Ferreira	248	12,0	159	7,7
Cláudia Maria Belchior Ribeiro Victorino Marquês	248	12,0	250	12,1
Gilson Virgílio Conceição Pereira	248	12,0	250	12,1
Nélia Maria Gonçalves Pereira Abreu	248	12,0	224	10,8
Teresa Maria Freitas Jardim	248	12,0	250	12,1
Valter Filipe Freitas Ferreira	248	12,0	235	11,4
Cláudia Isabel Silva Paixão	248	12,0	240	11,6
Total:	2232	108	2014	97,45

Técnico de Informática			Pontuação	
			9,0	
Técnicos de Informática:	Dias úteis Planeados (DUP)	Pontuação Planeada	Dias Úteis Executados (DUE)	Pontuação Executada
Manuel António Moura Dantas Nascimento	248	9,0	229	8,3
Total:	248	9,0	229	8,3

Coordenador Técnico			Pontuação	
			9,0	
Coordenadores Técnicos:	Dias úteis Planeados (DUP)	Pontuação Planeada	Dias Úteis Executados (DUE)	Pontuação Executada
Maria Zita Barros Jesus	248	9,0	57	2,1
Total:	248	9,0	57	2,1

Assistente Técnico			Pontuação	
			8,0	
Assistentes Técnicos:	Dias úteis Planeados (DUP)	Pontuação Planeada	Dias Úteis Executados (DUE)	Pontuação Executada
Magno José Silva Franco	248	8,0	248	8,0
Maria Isidra Oliveira Freitas	248	8,0	248	8,0
Américo Jorge Fernandes Aguiar	248	8,0	248	8,0
Carlos Duarte Lagos Batista Andrade	248	8,0	248	8,0
José Duarte Silva Gomes Gregório	248	8,0	248	8,0
José Emanuel Silva Gomes	248	8,0	231	7,5
Norberto Fernandes Silva	248	8,0	248	8,0
Noé Dinis Batista Martins	248	8,0	245	7,9
Maria Madalena Abreu Alves Tremura	248	8,0	218	7,0
Ângela Maria Ribeiro Rodrigues	248	8,0	248	8,0
Carlos Humberto Sousa Gomes	248	8,0	-365	-11,8
Norberto Sérgio Silva Rodrigues	248	8,0	248	8,0
Ana Eloisa Henriques Barros Caires	248	8,0	208	6,7
Sérgio Dinarte Rodrigues Moniz	248	8,0	248	8,0
Total:	3224	104	2561	82,61

Assistente Operacional			Pontuação	
			5,0	
Assistentes Operacionais:	Dias úteis Planeados (DUP)	Pontuação Planeada	Dias Úteis Executados (DUE)	Pontuação Executada
António Alberto Coelho Pestana	250	5,0	248	5,0
Daniel Duarte Franco Freitas	250	5,0	46	0,9
Maria Fátima Pestana Henriques	248	5,0	240	4,8
Total:	748	15,0	534	10,7



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



M. Leal
14.01.2016
A Secretária Regional
Rubina Leal
A despacho superior,
14.01.2016
SS.

Exma. Senhora
Chefe de Gabinete de Sua Excelência a
Secretária Regional da Inclusão e
Assuntos Sociais
Rua João de Deus nº 5
9050 – 527 FUNCHAL

despacho
1. Ao GAT/Amabil
para o assunto
2. Daí, com o
preço de
14/1/2016

Sua referência

Sua comunicação de

Serviço Regional de Protecção
Civil, IP-RAM

Saída

N.º: 53

Proc: 1.1.0

13-01-2016

ASSUNTO: Plano de Atividades SRPC, IP-RAM - 2016

Sobre o assunto em título, solicita-se os bons ofícios de V. Ex.^a no sentido de obter, por parte de Sua Ex.^a A Secretaria Regional da Inclusão e dos Assuntos Sociais, aprovação do Plano de Atividades do SRPC, IP-RAM para o ano 2016.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho Directivo,

Luís Manuel Guerra Neri

Serviço Regional de Protecção
Civil, IP-RAM

Entrada

N.º: 169/A

Proc: 3.1.9

14-01-2016

SECRETARIA REGIONAL DA
INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
Gabinete da Secretária
ENTRADA
N.º: 119 Data: 2016-01-13
Proc.: 1.6.0.0

OFICIO_SAG_010_PA2016

1

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL, IP-RAM



PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2016

Referências:

- a) Decreto Legislativo Regional nº 16/2009/M, de 30 de Junho
- b) Decreto Legislativo Regional nº 17/2009/M, de 30 de Junho
- c) Decreto Legislativo Regional nº 12/2013/M de 05 de Março
- d) Decreto Legislativo Regional nº 18/2014/M de 31 de Dezembro
- e) Portaria Conjunta nº 69/2013, de 02 de Agosto
- f) Programa do Governo 2015-18
- g) SIADAP 1-RAM do SRPC, IP-RAM
- h) Programa Operacional da Madeira 2014-2020

Luís
7

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O SRPC, IP-RAM é um serviço da administração indirecta da Região Autónoma da Madeira, integrado na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Neste sentido está incumbido de assegurar a protecção e socorro das populações residentes e de quem nos visita, coordenando as actividades de protecção civil.

A referência à Protecção Civil como sendo “*um instrumento importante para a protecção do equilíbrio do espaço regional, seja em termos de prevenção de situações de risco seja em termos de capacidade de accionar os mecanismos de combate a situações que ponham em perigo as populações e a integridade do território*”¹ orienta a definição dos objetivos estratégicos numa ótica de continuidade e que, muitos deles, tenham em linha de conta a perspetiva plurianual da sua consecução.

¹ Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2007-2013 da Região Autónoma da Madeira, pag 63

Protecção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 - Contribuinte Nº 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.proteccionmadeira.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



Refere o Programa do Governo Regional que ² "A segurança de pessoas e bens constitui, inquestionavelmente, uma das funções fundamentais dos governos e deve ser vista como uma missão que assume três princípios fundamentais: Prevenção, alerta e Socorro.

A proteção civil passa cada vez mais, não só pelo desempenho em contexto de emergência, mas sobretudo pelo conhecimento atempado dos riscos presentes na Região e pela gestão e minimização dos mesmos.

A missão da proteção civil no nosso território, só será eficiente e eficaz com uma verdadeira cooperação e responsabilidade partilhada entre os vários agentes de proteção civil e instituições de apoio social".

Para além disso e cada vez mais as orientações são focalizadas na necessidade de utilização de recursos humanos, materiais e financeiros, de uma forma criteriosa e com padrões de gestão que motivem a sua eficiência e eficácia máxima.

Para cumprimento das orientações acima referidas, o SIADAP 1-RAM define os objetivos estratégicos a cumprir, naquilo que o Programa do Governo determina como fundamental nesta área de atividade.

A entrada em funcionamento dos módulos práticos do Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros vai permitir um melhor aproveitamento dos espaços para promover as competências do Serviço proporcionando aos agentes de proteção civil e a outras organizações, um espaço de formação com as condições mais adequadas à sua missão e, por outro lado, continuar a permitir o desenvolvimento das competências com custos mais reduzidos.

A manutenção da certificação do SRPC, IP-RAM em duas áreas fundamentais – Formação e Gestão da Qualidade – é fundamental para a garantia de excelência dos

² Referência à Proteção Civil no Programa do XII Governo Regional da Madeira

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 – Contribuinte Nº 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.prcivmadeira.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM

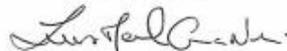


serviços por nós prestados e, dessa forma, ganhar maior confiança de todos quantos esperam de nós o apoio em situações que vão para além da normalidade.

O Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, 13 de Janeiro de 2016

O Conselho Diretivo

O Presidente


Luís Manuel Guerra Neri

O Vogal


Pedro Manuel Dias Alves Barbosa

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pinheiro n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 – Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.proteccionmadeira.pt

Plano de Atividades 2016

Página 3 de 22



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



ÍNDICE

Articulação	Página
Nota Introdutória	1-3
Índice	4
Capítulo I – Apresentação do SRPC, IP-RAM	5
1.1 - Missão do SRPC, IP-RAM	5
1.2 - Visão do SRPC, IP-RAM	5
1.3 - Valores do SRPC, IP-RAM	6
1.4 – Política de Qualidade	6-7
1.5 – Principais atribuições	7-11
1.6 - Organograma	11
1.7 – Ambiente Externo e Interno	12-13
Capítulo II – Objectivos e Estratégias	14
2.1 - Objectivos Estratégicos	14
2.2 - Estratégias	15-18
Capítulo III – Actividades previstas e recursos	19
3.1 - Actividades para 2016	19
3.2 - Constrangimentos	19-20
3.3 - Recursos disponíveis	20-21

Sub
7

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 -Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.proteccionmadeira.pt

Plano de Atividades 2016

Página 4 de 22



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



Capítulo I – APRESENTAÇÃO DO SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP - RAM

O SRPC, IP – RAM

O Serviço Regional de Proteção Civil, IP – RAM é um Instituto Público integrado na administração indireta da Região Autónoma da Madeira, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Prossegue atribuições da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, sob superintendência e tutela do respetivo Secretário Regional.

1.1 - MISSÃO ³

A **Missão** do SRPC, IP-RAM é prevenir os riscos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como resolver os efeitos decorrentes de tais situações, socorrendo as pessoas e protegendo os seus bens.

1.2 - VISÃO

No sentido de planear e coordenar as atividades de Proteção Civil na Região Autónoma da Madeira, designadamente, na proteção e socorro das populações e assegurar um adequado sistema de emergência pré-hospitalar, o SRPC, IP-RAM tem como **Visão** um lema que pretende traduzir uma continuidade nas suas acções, de hoje e de amanhã, para além de englobar nessas tarefas todos os cidadãos:

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.

³ Artigo 3º do DLR nº 17/2009/M, alterado pelo DLR nº 8/2010/M, alterado pelo DLR nº 12/2013/M

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo s.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 -Contribuinte Nº 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.prociomadeira.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



1.3 - VALORES

Para além disso, os valores com que é pautado todo o seu trabalho são:

- Orientar a sua actividade no cidadão e no património;
- Rigor na execução das tarefas;
- Motivação permanente para o trabalho;
- Dinâmica de grupo na prossecução das acções;
- Qualidade em tudo o que é efetuado;
- Credibilidade dos profissionais.
- Ética dos colaboradores nas tarefas que executam;
- Prontidão face à necessidade de respostas céleres;

Jul
7

1.4 – POLÍTICA DE QUALIDADE

O SRPC, IP-RAM tem como Política da Qualidade, no âmbito das suas atribuições, a seguinte:

- A obtenção de índices, sempre crescentes, de melhoria contínua da qualidade da prestação de serviços à sociedade e da eficácia do sistema de gestão da qualidade;
- A utilização eficaz, transparente e eficiente dos recursos à sua responsabilidade;
- A desburocratização, modernização e inovação dos serviços administrativos, com vista a agilizar a capacidade de resposta e os processos de tomada de decisão;
- A responsabilização, motivação, dignificação e valorização profissional dos seus funcionários;
- A contribuição para o aumento do prestígio e dignificação da Administração Regional;

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo n.º 14, São Gonçalo, 9050-236-FUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 - Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.pccivmadeira.m



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



- A prestação, aos cidadãos, empresas e outras entidades, de serviços que respondam às suas necessidades e expectativas no cumprimento integral da legislação aplicável.

1.5 - PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES ⁴

De um modo geral, podemos referir que as principais atribuições da actividade do SRPC, IP-RAM se enquadram nas seguintes áreas:

Actividade dos Bombeiros

- Zelar pelo cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis aos corpos de bombeiros e prestar-lhes o apoio necessário ao desenvolvimento das suas actividades;
- Promover o estudo, normalização e aplicação de técnicas adequadas de prevenção e socorro;
- Apoiar técnica e financeiramente as associações humanitárias de bombeiros e outras instituições que mantenham corpos de intervenção operacional na área do socorro e emergência, devidamente homologados;
- Exercer a ação tutelar sobre a componente operacional dos corpos de bombeiros, nomeadamente definindo o dispositivo e as áreas de intervenção;
- Através da Inspeção Regional de Bombeiros coordenar, acompanhar e fiscalizar, a nível regional, a atividade dos corpos de bombeiros no domínio da proteção civil e socorro;

⁴ Artigo 3º do DLR n.º 17/2009/M, alterado pelo DLR n.º 8/2010/M, alterado pelo DLR n.º 12/2013/M

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 -Contribuinte Nº 509 079 911
Email: srpci@gov-madeira.pt Site Oficial: www.pccivmadeira.pt

Plano de Atividades 2016

Página 7 de 22



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



- Garantir, através da Inspeção Regional de Bombeiros, a manutenção do Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses;
- Acompanhar, através da Federação Regional de Bombeiros, a concretização do Programa de Vigilância Médica dos bombeiros da RAM;

Planeamento de emergência e ordenamento do território

- Contribuir para operacionalização do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da RAM, com a realização de um exercício do tipo CPX;
- Promover, ao nível regional, a elaboração de estudos sobre planos de emergência especiais;
- Promover as ações conducentes à organização e funcionamento dos Serviços Municipais de Proteção Civil;
- Emitir parecer sobre os planos de emergência de âmbito municipal;
- Emitir parecer, na vertente da proteção civil, relativamente aos planos de ordenamento do território, nomeadamente os Planos Diretores Municipais;

No âmbito da avaliação e prevenção de riscos

- Organizar um sistema regional de aviso e alerta que integre os diversos serviços especializados e assegure a informação necessária à população;
- Promover, em coordenação com entidades tecnicamente credenciadas, o levantamento, previsão e avaliação dos riscos coletivos de origem natural ou tecnológica;
- Assegurar o cumprimento da legislação em vigor sobre o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios e recintos da RAM, nos termos da lei;

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Piaçúculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL - Telef: 291 700 110 - Fax: 291 700 117/291 764 604 - Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpe@gov-madeira.pt Site Oficial: www.pccivilmadeira.pt

Plano de Atividades 2016

Página 8 de 22



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



No âmbito da emergência pré-hospitalar

- Definir, organizar, coordenar, avaliar e fiscalizar as actividades de socorro de emergência pré-hospitalar, nas suas vertentes medicalizada e não medicalizada;
- Coordenar o accionamento dos meios de socorro apropriados no âmbito da emergência pré-hospitalar;
- Orientar a acção coordenada dos agentes de saúde nas situações de acidente grave ou catástrofe;
- Contribuir para a difusão e implementação do Programa Regional da Desfibrilhação Automática Externa;

No âmbito da protecção e socorro

- Promover a elaboração de Diretivas Operacionais que possam otimizar o Dispositivo de Resposta Operacional Regional para fazer face a ocorrências que, fruto da análise específica efetuada, venham a colocar em perigo a vida humana, os seus bens e o património.
- Decidir sobre a oportunidade, tipo e extensão da intervenção de qualquer agente de protecção civil em caso de iminência, ou ocorrência de incidente ou acidente que motive a sua acção, constituindo-se como a entidade coordenadora da protecção civil e do socorro;
- Desenvolver o Sistema de Apoio à Decisão Operacional (SADO);
- Implementar a Unidade de Intervenção em Riscos Tecnológicos (UIRT);
- Inspeccionar, fiscalizar e avaliar os serviços, meios e recursos de protecção civil, que integrem o dispositivo de resposta operacional da RAM;

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-336-FUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 – Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.proximmadeira.pt

Piano de Atividades 2016

Página 9 de 22



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



- Coordenar o planeamento conjunto de exercícios de proteção civil de âmbito regional;
- Integrar as operações de socorro, busca e salvamento marítimos, em articulação com a autoridade marítima, no âmbito do sistema de busca e salvamento marítimo

No âmbito da informação e sensibilização

- Desenvolver ações pedagógicas e informativas de sensibilização das populações, visando a proteção, o socorro, a emergência pré-hospitalar e o fomento da solidariedade;
- Fomentar o voluntariado junto da população para que a sua colaboração em situações de emergência possa ser a melhor e a mais cooperativa;
- Implementar a efetiva participação dos Corpos de Bombeiros nas ações de informação e sensibilização nas suas áreas de intervenção operacional;

No âmbito da formação

- Desenvolver um plano de formação integrador das várias matérias necessárias ao desenvolvimento de competências dos agentes de proteção civil, especialmente dos corpos de bombeiros, de quem colabora com eles e quem necessita de melhorar as suas formas de intervenção, através da formação;
- Promover a formação a todo o pessoal indispensável às ações de emergência pré-hospitalar;
- Promover e desenvolver protocolos de cooperação com várias instituições no âmbito da formação;

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Piaçúlo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 – Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.pccivm Madeira.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM

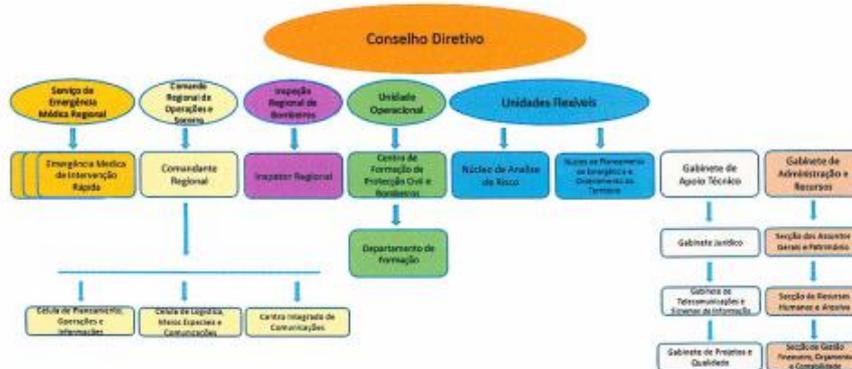


- Assegurar a realização de ações de formação e aperfeiçoamento operacional com vista à melhoria contínua dos conhecimentos técnicos do pessoal dos corpos de bombeiros;

1.6 - ORGANOGRAMA

O SRPC, IP-RAM tem a sua organização atual que decorre do DLR nº 17/2009/M, alterado pelos DLR nº 8/2010/M e DLR nº 12/2013/M e consubstanciada através da Portaria Conjunta nº 69/2013.

De seguida, apresenta-se o modelo de organização interna:



Para além do Conselho Diretivo e da Inspeção Regional de Bombeiros, tem como órgãos os seguintes: Fiscal único, Conselho Consultivo e Centro de Coordenação Operacional Regional.

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL – Telef. 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 -Contribuinte Nº 509 979 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.proteccao-civil-madeira.gov.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



1.7 – AMBIENTE INTERNO E EXTERNO

1.7.1 – **Internamente**, o SRPC, IP-RAM na prossecução das suas atribuições relaciona-se com as suas unidades orgânicas e flexíveis e, em momentos específicos, com o Centro de Coordenação Operacional Regional (CCOR), Comissão Regional de Proteção Civil (CRPC) e Conselho Consultivo.

1.7.2 – **Externamente**, o SRPC, IP-RAM relaciona-se com as várias estruturas da SRIAS e com as demais Secretarias do Governo Regional, através do Gabinete da SRIAS. Para além deste relacionamento e porque a transversalidade das atribuições do SRPC, IP-RAM há uma interdependência alargada a várias entidades, públicas e privadas, nacionais e internacionais:

- Associação de Municípios da Madeira, Câmaras Municipais e Serviços Municipais de Proteção Civil, Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e respetivos Corpos de Bombeiros, Delegação da Madeira da Cruz Vermelha Portuguesa, SANAS Madeira e seu Corpo Operacional, Federação dos Bombeiros da Região Autónoma da Madeira, Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, Forças Armadas, Forças e Serviços de Segurança, Autoridade Nacional de Proteção Civil, Instituto Nacional de Emergência Médica, Ministério da Defesa Nacional, Ministério da Administração Interna, Instituto Português do Mar e da Atmosfera e Observatório Meteorológico do Funchal, Escola Nacional de Bombeiros, Universidade da Madeira, Universidade de Coimbra, Universidade Nova de Lisboa, Direcção Geral da Autoridade Marítima, Liga dos Bombeiros Portugueses, Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, Órgãos de Comunicação Social, e outros que, caso a caso, possam ser incluídos.

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-256-FUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 -Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.protecvimadeira.pt

Plano de Atividades 2016

Página 12 de 22



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



1.7.3 – O nível de interesse/influência dos stakeholders pode apresentar-se desta forma: *Luís*

		Nível de Interesse	
		Baixo	Alto
Influência	Pouco	Esforço Mínimo	Manter Informado
		<ul style="list-style-type: none"> - Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários - ANBP- Associação Nacional de Bombeiros Profissionais - UMA – Universidade da Madeira - Fornecedores de Bens e Serviços - OCS - Órgãos de Comunicação Social - Câmaras Municipais - Federação de Bombeiros da RAM - INEM - Formadores Externos - Tribunal de Contas - Serviços de Proteção Civil e outros parceiros dos Arquipélagos da MACARONÉSIA - Comissão Regional de Protecção Civil - Portugal Telecom - IGSERV - Empresa de Eletricidade da Madeira - Centro Logístico de Combustíveis da Madeira - Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos - IASaúde 	<ul style="list-style-type: none"> - Serviços Municipais de Proteção Civil - Direção Regional de Florestas e Conservação da Natureza - VIALITORAL - VIAEXPRESSO - Direção Regional de Estradas - ANA - APRAM - Direção Regional de Infraestruturas e Equipamentos - SESARAM - Instituto de Segurança Social - Escola Nacional de Bombeiros - ANPC - Formadores Internos - Centro de Coordenação Operacional Regional - Observatório Meteorológico do Funchal - Laboratório Regional de Engenharia Civil - Dirigentes e funcionários
	Manter Satisfeito	Gerir em Proximidade	
	Muito	<ul style="list-style-type: none"> - Governo Regional da Madeira 	<ul style="list-style-type: none"> - Cidadãos - Dispositivo de Resposta Operacional - Agentes de Protecção Civil - Entidades com especial dever de cooperação

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL – Telef. 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 -Contribuinte N.º 509 679 911
Email: spc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.pccivmadeira.pt

Plano de Atividades 2016

Página 13 de 22



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



Capítulo II – OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS

2.1- OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Para dar cumprimento ao programa do Governo Regional o SRPC, IP-RAM definiu os seguintes **Objectivos Estratégicos**:

(1) Objectivo Estratégico 1 (OE1)

Promover a melhoria do Dispositivo de Resposta Operacional face à tipologia de riscos considerados mais suscetíveis de afetar o normal desenvolvimento das atividades da Região Autónoma da Madeira.

(2) Objectivo Estratégico 2 (OE2)

Aumentar a capacidade de monitorização das ocorrências, desenvolvendo e consolidando o sistema de aviso, alerta e alarme, no sentido de reforçar os níveis de prontidão do Dispositivo de Resposta Operacional e a consequente capacidade de decisão.

(3) Objectivo Estratégico 3 (OE3)

Promover uma cultura de prevenção através do desenvolvimento de programas de sensibilização e de educação para o risco, garantido o incremento da resiliência da população aquando de acidentes e catástrofes naturais.

(4) Objectivo Estratégico 4 (OE4)

Aumentar a qualidade da prestação dos nossos serviços, melhorando a qualificação dos agentes de proteção civil, apoiando e incentivando as instituições e organizações que sejam o garante da difusão da informação necessária à melhoria dos seus níveis de preparação e prevenção.

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 -Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.pccivmadeira.pt

Plano de Atividades 2016

Página 14 de 22



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



2.2 - ESTRATÉGIA

A entrada em vigor da Lei de Bases de Proteção Civil vai provocar a necessidade de alteração do regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil na RAM, para além da reestruturação do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, diplomas que são estratégicos para a proteção e socorro na RAM.

Também a área de bombeiros, sendo o principal agente de proteção civil, terá a sua base jurídica e operacional adequada. A avaliação dos recursos, as novas escolas de bombeiros e a aplicação da legislação que for, entretanto, aprovada é importante. Sendo o voluntariado uma fator essencial na vida associativa dos Corpos de bombeiros, irá ter-se em conta um conjunto de medidas que possam ser mobilizadoras de jovens para os corpos de bombeiros.

A entrada em pleno funcionamento do Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros, na sua componente prática, tem permitido que a formação de bombeiros e outros agentes e, cumulativamente, de empresas, possa ter um incremento bastante considerável nas áreas de combate a incêndios urbanos e industriais, no salvamento e desencarceramento. A formação específica para o POCIF revelou-se de enorme importância pelo será mantida e agregando nela todos os intervenientes – Bombeiros, polícia florestal, militares das forças armadas e da GNR. Por outro lado a aposta em outros módulos formativos – desobstrução e trabalhos em estruturas colapsadas, salvamento em grande ângulo - vão obrigar a desenvolver a capacidade de formação nessas matérias. A absoluta necessidade de dispor de recursos humanos capazes de dar apoio às atividades do CFPCB é fundamental.

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL - Telef: 291 700 110 - Fax: 291 700 117/291 764 604 - Contribuinte N.º 509 079 911
Email: spc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.pccivmdeim.pt

Plano de Atividades 2016

Página 15 de 22



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



Relativamente ao CROS vai ser avaliada a hipótese de se integrarem enfermeiros no CIC, em alguns turnos, de modo a tornar o CROS cada vez mais eficaz e eficiente na sua resposta, especialmente na vertente que maior incidência de mobilização de meios provoca – emergência pré-hospitalar. Para além disso a renovação de recursos humanos do CIC não pode ser descurada assim como a inclusão de mais um técnico no CROS é importante.

O Plano Operacional de Combate a Incêndios Florestais (POCIF) tendo sido planeado e operacionalizado em 2015 resultou numa redução da área ardida, fruto dos vários objetivos do plano. Durante este ano o POCIF vai ser novamente implementado, alargando a sua estrutura operacional por forma a que seja também contemplado o ataque ampliado e conjunto entre corpos de bombeiros.

O recurso ao IEM no sentido de manter ou aumentar o número de colaboradores vai manter-se como estratégia para minimizar a falta funcionários permanentes.

A interligação com o público em geral, sendo este o nosso principal cliente, é fundamental. A sua colaboração em situações de maior risco, a informação que lhes deve ser transmitida, resultado de acontecimentos com elevado grau de perigosidade e a sua consciencialização de que é fundamental para a sua segurança e bem-estar, vai continuar a motivar os nossos serviços para que este desiderato seja alcançado. Tudo o que for efectuado em termos de informação e sensibilização, mais geral ou especializada, vai ter a nossa maior atenção. A intervenção no universo escolar da RAM vai continuar a ser concretizada procurando obter uma participação, cada vez maior, dos pais e encarregados de educação. A vertente dos primeiros socorros tem que ser

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 – Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.pcsivmadeira.pt

Plano de Atividades 2016

Página 16 de 22



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



uma realidade, sendo a sua massificação uma peça importante para elevar a participação dos cidadãos na segurança de todos.

O desenvolvimento de uma ferramenta aplicacional para apoiar os utilizadores dos percursos pedestres recomendados, dando seguimento ao projeto elaborado em 2015, será fundamental para uma maior interação entre os utilizadores e quem lhes garante a segurança.

O Boletim, que passa a ser anual, será divulgado por correio eletrónico e na página da internet do SRPC e com disponibilização de informação em língua inglesa.

O Sistema de Apoio à Decisão Operacional (SADO) vai continuar a ser decisivo como ferramenta para a coordenação dos recursos operacionais.

A aquisição pelo SRPC, IP-RAM de equipamentos, individuais e coletivos, viaturas e outros, adequados e necessários às intervenções dos agentes, a familiarização com a doutrina operacional em uso e a sua difusão e utilização por todos os integrantes do Dispositivo de Resposta Operacional é a linha de orientação determinada. É fundamental que o conhecimento das capacidades de todos os intervenientes, diretos e indiretos, no socorro e emergência seja cada vez mais uma realidade e que as intervenções conjuntas possam constituir uma mais-valia para a comunidade.

A operacionalização da Unidade de Intervenção em Riscos Tecnológicos (UIRT) é, em 2016, importante para que a RAM fique dotada de uma capacidade importante e estrutural.

O quadro comunitário de apoio, seja no nível regional, seja no espaço da Macaronésia ou mesmo em outros contextos mais alargados, é fundamental para a nossa capacidade de intervenção estratégica.

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pintado n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL - Telef: 291 700 110 - Fax: 291 700 117/291 764 604 - Contribuinte Nº 509 079-911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.psicivildmadeira.pt

Plano de Atividades 2016

Página 17 de 22



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



A Segurança Contra Riscos de Incêndio em Edifícios, pela consolidação que se pretende de toda a legislação regional, especialmente na aplicação das Medidas de autoproteção (MAP) aos edifícios, será uma área para a qual o esforço do SRPC se vai continuar a orientar. Para além disso será alterada a legislação de suporte face ao que já existe a nível nacional.

A aprovação do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil em 2015 foi um objetivo estratégico fundamental para a RAM. Este ano será planeado e executado um exercício do tipo CPX, a realizar em Novembro, para testar o PREPCRAM.

A intervenção da EMIR/SEMER no Porto Santo, durante o período do Verão (entre fim de Julho e fim de Agosto) reveste-se de grande importância, garantindo melhores condições de segurança num período de grande afluxo de pessoas ao referido território.

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Platão n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL - Telef: 291 700 110 - Fax: 291 700 117/291 764 604 - Contribuinte Nº 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.pncismadeira.pt

Plano de Atividades 2016

Página 18 de 22



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



Capítulo III – ACTIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

3.1 – ACTIVIDADES PREVISTAS PARA 2016

Anexo A – Plano de formação
Anexo B – Matriz de Execução das Actividades

Lu
F

3.2 – CONSTRANGIMENTOS

Constrangimentos	Causas	Efeitos	Ações
Escassez de recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> • PAEF; • Limitações legais à contratação pública; • Inadequação funcional interna 	<ul style="list-style-type: none"> • Atrasos e dificuldades em respostas céleres; • Sobrecarga de trabalho em áreas fundamentais; <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades no cumprimento de prazos legais; <ul style="list-style-type: none"> • Não aceitação/desenvolvimento de atividades 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da mobilidade interna; • Promover estágios profissionais/contratos de prestação serviços; • Abertura de procedimento para recrutamento de pessoal;
Reduzida capacidade de intervenção em algumas áreas de atividade	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura orgânica sem recursos humanos suficientes; 	<ul style="list-style-type: none"> • Deficit de inspeções; • Dificuldade em desenvolver ações de informação e sensibilização; • Dificuldades no acompanhamento das ocorrências 24/24; • Necessidade de implementar adequadamente oferta formativa; 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior disponibilidade de recursos humanos; • Programa de inspeções aos CB adequado e sistemático; • Intervenções conjuntas no sentido de garantir maior capacidade técnica e de recursos humanos;

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 – Contribuinte N.º 509 079 911
Email: spc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.proteccao-civil.madeira.gov.pt

Plano de Atividades 2016

Página 19 de 22



S. R.
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
 GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



<p>Dificuldades na gestão orçamental</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conceito duodecimal do orçamento e a disponibilidade de fundos com base na receita própria, condicionam o timing de investimentos, quer ao nível de aquisição de equipamentos, quer ao nível da formação. • Impossibilidade de utilização dos saldos de receita própria (oriunda das taxas de seguros) em investimentos destinados ao DROR • Processo interno de assunção de despesas pouco operacional; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desfasamento temporal no processo de aquisição de equipamentos, especialmente os que se destinam ao DROR • Dificuldade em dotar o DROR dos recursos materiais em tempo oportuno 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição no tempo de resposta • Aumento do valor orçamental destinado a Investimentos • Autorização para a utilização dos saldos anuais provenientes de receita própria
---	--	--	---

lu
37

3.3 - RECURSOS DISPONÍVEIS

3.3.1 - Recursos Financeiros

	Execução Ano N-1	Orçamento Ano N (previsão)
Receita Própria	1.217.270,43	1.330.000,00
Funcionamento		
Encargos com Pessoal	1.254.537,49	1.382.500,00
Outros Encargos	888.383,78	950.000,00
Investimento		
PIDDAR	2.194.949,13	160.000,00

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Fimaleiro n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL - Telef: 291 700 110 - Fax: 291 700 117/291 764 604 - Contribuinte N.º 509 039 911
 Email: sprc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.pccivm Madeira.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



3.3.2 – Recursos Humanos

Designação		Recursos Humanos		Encargos com Pessoal (€)	
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2016 (previsão)
CROS	CIC	12	13 ^Δ	139 988.33	170 416.96
	CPOI	1	2 ^Δ	17 981.17	36 062.00
	CLMEC	1	1	18 132.15	18 031.00
IRB		1	1	43.809,67	44 921.24
NAR		4	4	91 692.96	95 081.35
GAR	SecAssGerPatr	4	4	42 989.20	44 764,72
	SecRecHumArq	1	1	18.959,18	19 481.41
	SecGesFinOrçCont	2	3 ^Δ	31 424.25	49 872.68
NPEOT		2	2	47 634.70	56 827.16
GAT	GabJur	1	1	24.797,51	25 248.47
	GabTelSI	1	1	16.567,45	20 791.38
	GabPQ	0	0		
CFPCB	DepFormação	1	1	28.507,61	29 008.20
SEMER		29	29	445 223.31	448 000.00
Órgãos Sociais		2	2	107 265.92	113 747.19
Fiscal Único		1	1	11 480.16	11 480.16

^Δ 1 vaga autorizada em Mapa de Pessoal, mas não ocupada.

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 -Contribuinte N.º 509 079 911
Email: apcer@gov-madeira.pt Site Oficial: www.pucis.madeira.pt

Plano de Atividades 2016

Página 21 de 22



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



O Conselho Diretivo

O Presidente

Luís Manuel Guerra Neri

O Vogal

Pedro Manuel Dias Alves Barbosa

ANEXOS

Anexo A - Plano de Formação

Anexo B - Matriz de Execução de Atividades

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 -Contribuinte Nº 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.prosivmadeira.pt

Plano de Atividades 2016

Página 22 de 22



Anexo A ao Plano de Atividades 2016

Plano de Formação 2016

Quadro de Cursos

Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM
Anexo A - PLANO FORMAÇÃO 2016
 Quadro de Cursos



FORMAÇÃO	N.º CURSOS	DESIGNAÇÃO DOS MÓDULOS/CURSOS	CARGA HORÁRIA	TOTAL PART	TRIMESTRE				FORMADORES / ENT FORMADORA
					1.º	2.º	3.º	4.º	
INGRESSO CBV	5	TSD - TÉCNICAS SALVAMENTO E DESENCARCERAMENTO	50	300	X	X	X	X	CFPCB
	5	TAT/TIS - TRIPULANTE AMBULÂNCIA TRANSPORTE/TECNICAS SOCORRISMO	50	300	X	X	X	X	CFPCB
	1	IUIZ - INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS - NÍVEL 2	25	16			X		CFPCB
ACCESSO BOMB. 1.ª cbs	1	IF2 - INCÊNDIOS FLORESTAIS - NÍVEL 2	25	16		X			CFPCB
	1	LMH - LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO HUMANA	16	25				X	ENB/CFPCB
	3	IUI1 - INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS - NÍVEL 1	50	48	X				CFPCB
APERFEIÇ. TÉCNICO	2	IF1 - INCÊNDIOS FLORESTAIS - NÍVEL 1	50	48	X	X			CFPCB
	2	SD2 - SALVAMENTO E DESENCARCERAMENTO - NÍVEL 2	25	32		X			CFPCB
	1	AMP1 - ACIDENTES COM MATERIAS PERIGOSAS - NÍVEL 1	50	16	X				CFPCB
	1	SGA - SALVAMENTO EM GRANDE ÂNGULO - NÍVEL 1	50	16	X				CFPCB
	2	CFE1 - CONDUÇÃO FORA DE ESTRADA - NÍVEL 1	35	32	X				CFPCB
	2	CD1 - CONDUÇÃO DEFENSIVA - NÍVEL 1	25	32				X	ENB/CFPCB
	2	OT1 - OPERADOR TELECOMUNICAÇÕES - NÍVEL 1	25	32	X	X			ENB/CFPCB
ATUALIZAÇÃO	2	IUIZ - INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS - NÍVEL 2	25	32		X			CFPCB
	2	IF2 - INCÊNDIOS FLORESTAIS - NÍVEL 2	25	32		X			CFPCB
	1	LMH - LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO HUMANA	25	16				X	ENB/CFPCB
	1	IUI3 - INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS - NÍVEL 3	35	16				X	ENB/CFPCB
	1	IF3 - INCÊNDIOS FLORESTAIS - NÍVEL 3	35	16				X	ENB/CFPCB
	1	GIO - GESTÃO INICIAL DE OPERAÇÕES	35	16				X	ENB/CFPCB
EMERG. PRE-HOSP	1	TAS - TRIPULANTE AMBULÂNCIA SOCORRO - HORÁRIO LABORAL	210	20	X				CFPCB
	1	RTAS - TRIPULANTE AMBULÂNCIA SOCORRO - HORÁRIO PÓS-LABORAL	210	20	X				CFPCB
OPERAC.	2	RTAS - RECERTIFICAÇÃO TRIPULANTE AMBULÂNCIA SOCORRO - HORÁRIO LABORAL	35	40		X			CFPCB
	2	RTAS - RECERTIFICAÇÃO TRIPULANTE AMBULÂNCIA SOCORRO - HORÁRIO PÓS-LABORAL	35	40		X			CFPCB
	2	ECIF - EQUIPAS COMBATE INCÊNDIOS FLORESTAIS	15	30	X	X	X	X	CFPCB
	45	TOTAL		791					

O Vogal do Conselho Diretivo

O Presidente do Conselho Diretivo



Anexo B ao Plano de Atividades 2016

[Handwritten signature]
3/7

Matriz de Execução das Atividades

7



Anexo B - Matriz de Execução das Atividades

Iniciativas	Objetivos Estratégicos											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Desenvolver o CRCP (Centro Regional de Resposta Operacional) e o SRRCP (Sistema Regional de Resposta Operacional) para o distrito de Funchal, através da aquisição de equipamentos e materiais necessários para o funcionamento do mesmo. Promover a melhoria do Dispositivo de Resposta Operacional Regional. Acompanhar as diferentes vulnerabilidades perante situações de risco que possam afectar o normal desenvolvimento das actividades na RAM e implementar medidas que contribuam para a sua mitigação. Promover as iniciativas legislativas necessárias à evolução sustentada do socorro e emergência na RAM, nomeadamente na adaptação da Lei de Bases de Protecção Civil. Promover a qualificação dos recursos humanos que compõem os agentes de protecção civil do CRCP, através da formação. Reservar a vida humana, o ambiente e o património cultural, facilitando a evacuação e o salvamento das pessoas em risco, permitindo a intervenção eficaz e segura das meios de socorro. Promover as candidaturas aos programas Madeira 14-20 e ao Programa Operacional de Cooperação Territorial Madeira-Açores-Canárias 14-20. Promover e apoiar a implementação das medidas de autoproteção nos edifícios e recintos da administração pública regional. Desenvolver o sistema de aviso e alerta regional. Desenvolver a política de informação, sensibilização e de educação em protecção civil, aumentando a resiliência da população. Dinamizar e estreitar o relacionamento com as estruturas municipais, apoiando a implementação das unidades locais de protecção civil. Garantir a manutenção do Sistema de Gestão de Qualidade. Melhorar a capacidade de resposta do SRRCP (RAM)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Handwritten initials/signature

